



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA

NATALI GOMES DE ALMEIDA SANTANA

**AS CONSTRUÇÕES DATIVAS NO PORTUGUÊS DE DUAS
COMUNIDADES BILÍNGUES DE SÃO TOMÉ (ÁFRICA)**

Salvador
2019

NATALI GOMES DE ALMEIDA SANTANA

**AS CONSTRUÇÕES DATIVAS NO PORTUGUÊS DE DUAS
COMUNIDADES BILÍNGUES DE SÃO TOMÉ (ÁFRICA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade
Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de
mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Alan Norman Baxter

Salvador
2019

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Santana, Natali Gomes de Almeida

As construções dativas no português de duas comunidades bilíngues de São Tomé (África) / Natali Gomes de Almeida Santana. -- Salvador, 2019.

110f.

Orientador: Alan Norman Baxter.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Língua e Cultura) -- Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 2019.

1. Construções dativas. 2. Sociolinguística. 3. Português reestruturado. 4. São Tomé. I. Baxter, Alan Norman. II. Título.

NATALI GOMES DE ALMEIDA SANTANA

**AS CONSTRUÇÕES DATIVAS NO PORTUGUÊS DE DUAS
COMUNIDADES BILÍNGUES DE SÃO TOMÉ (ÁFRICA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade
Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de
mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Alan Norman Baxter

APROVADO EM: 29/04/2019

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva – Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Lanuza Lima Santos – Instituto Federal da Bahia

Prof. Dr. Alan Norman Baxter – Universidade Federal da Bahia

*Ao meu Pai Eterno, ao meu melhor amigo,
àquele que me sustém em todo esforço e
dedicação: Jesus.*

AGRADECIMENTOS

Agradecimento e louvor, sempre, Àquele que merece toda honra e glória: Jesus. Reconheço que Jesus é o responsável por me cercar de tantas pessoas fundamentais nesses dois anos de mestrado:

Alan Baxter, o mais querido de todos os professores, meu atencioso orientador, que gentilmente me acompanha desde a Iniciação Científica, me instigando nesse caminho da Sociolinguística. A ele, agradeço de coração toda paciência, fineza e competência.

Elaine, a amiga que levo em meu coração desde as tardes compartilhadas na sala do Vertentes. A ela, agradeço o esforço e a atenção com as correções desde o anteprojeto na seleção.

Ludquellen e Jailma, as colegas mais prestativas, a quem agradeço as impressões, as anotações e as reservas de lugar.

Pai Mariva, o melhor de todos, que me incentivou a continuar os estudos, a voltar à UFBA, a fazer a seleção da pós e a *tocar o barco*, mesmo quando eu já não tinha ânimo. A ele, também agradeço todo amor demonstrado em forma de *paitrocínio*.

Joquinha, a típica mãe coruja, aquela que consegue transformar qualquer dificuldade em oportunidade para aprender. A ela, agradeço pelos mimos: os cafés da tarde, as palavras de conforto, o colo macio nas noites de cansaço e, principalmente, as orações. Realmente, esses dois anos foram um “tirocínio”.

Marquinhos, o melhor irmão, o mais servo, a quem agradeço as caronas e as noites de distração regadas a filmes e cochilos.

Vó Edna, a quem devo o amor e as orações. Vó Maxu e vô Fernando, cujas vidas exalam sabedoria, muito trabalho, esforço e honradez. A eles, agradeço a inspiração.

Saionara, a ratinha de congressos, que me ajudou a localizar eventos e cumprir os créditos de publicação. A ela, também agradeço o lindo testemunho de perseverança.

Flávia e Talita, as de sempre e para sempre; Fabiana e Sofia, que gentilmente me ajudaram com a estatística; Karen, Mariana, Juli, Cíntia e Lorena, as amigas incentivadoras de sempre. A elas, agradeço por existirem e persistirem em minha vida! Todos os meus amigos de longe e de perto, que tornam minha vida mais leve.

Meus irmãos-amigos de Itaberaba, que me receberam com tanto amor em um ano tão diferente. E, em especial, Adriënne, que me cedeu seu tempo valioso para revisão deste trabalho.

Que todos saibam que a mão do Senhor fez tudo isso!

SANTANA, Natali Gomes de Almeida. As construções dativas no português de duas comunidades bilíngues de São Tomé (África). 110 f. il. 2019. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

RESUMO

O objeto de estudo desta dissertação são as construções dativas dos verbos bitransitivos no português reestruturado de duas comunidades bilíngues de São Tomé (África): Monte Café e Almoxarife. A diversidade linguística em ambas as comunidades se verifica pela presença de três variáveis distintas para expressar o dativo. A primeira variável é a alternância dativa, cujas variantes são a realização do OI como Construção Dativa Preposicionada (CDP), no exemplo “dexô casa pa filho”, ou como Construção de Objeto Duplo (COD), no exemplo “ê levava comida filho”. A segunda variável é a realização do OI pronominal, cujas variantes são a Construção com Clítico Dativo (CCD) [padrão], exemplo “Eu vi que ño ia me dar essa vantagem”, em contraste com as variantes não-padrão, expressas nos exemplos “Tem que dá seôr purada” e “Dá ajuda pa nós”, que correspondem, respectivamente, à COD e à CDP [não-padrão]. A terceira variável corresponde à colocação do OI clítico, cujas variantes são a posição enclítica, no exemplo “Então deram-lhe um lugar” e a posição proclítica, no exemplo “me levô aqui dois cabra”. Este trabalho descreve os condicionamentos linguísticos e extralinguísticos para esse quadro de variação nestas comunidades santomenses que, embora geograficamente distantes, possuem uma sócio-história muito próxima e compartilham com o Brasil uma história de colonização portuguesa, marcada por povoamento, migrações forçadas, distribuições latifundiárias, relações de dominadores-dominados e situações de bilinguismo. A pesquisa se desenvolveu com o aporte teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008; GUY; ZILLES, 2007). Os dados foram extraídos de dois *corpora* (BAXTER, 2004 e 1998-2000), que registram a fala de 24 informantes de Monte Café e de 18 de Almoxarife, distribuídos por gênero em três faixas etárias, I (de 20 a 40 anos), II (de 41 a 60 anos), III (mais de 60 anos), e foram processados pelo programa GOLDVARB-X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005). Os resultados revelaram a preferência pelas variantes não-padrão; pela preposição *para*, nos casos de CDP; e pela ordem OI-OD, nos casos de COD, mesmo quando se trata de verbos leves. Verificou-se também que, na escolha da construção dativa, a semântica do verbo é mais relevante do que o tipo de predicação. Em Monte Café, observou-se um favorecimento ao uso do OI clítico apenas na faixa I. Já em Almoxarife, essa mesma variável, associada à variável escolaridade, sugere um perfil de aquisição do clítico dativo, mediante, principalmente, a escolarização. Os resultados contribuem com a proposta de Petter (2009, 2015) sobre a existência de um *continuum* afro-brasileiro, ao indicar uma relação, no que diz respeito às construções dativas, entre o português dos tongas, o de Almoxarife, o português afro-brasileiro (LUCCHESI; MELLO, 2009) e o português urbano de S. Tomé (GONÇALVES, R., 2016).

Palavras-chave: Construções dativas. Sociolinguística. Português reestruturado. São Tomé.

SANTANA, Natali Gomes de Almeida. As construções dativas no português de duas comunidades bilíngues de São Tomé (África). 110 f. il. 2019. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

ABSTRACT

This dissertation is concerned with the dative constructions of bitransitive verbs in the restructured Portuguese of two bilingual communities of Sao Tome and Principe (Africa): Monte Cafe and Almojarife. Linguistic diversity in both communities is evidenced in the presence of three different variants forms to express the dative. The first variable is dative alternation whose variants are the realization of IO as a Prepositional Dative Constructions (PDC), in the example “dexô casa pa filho”, or as the Double Object Construction (DOC), as in “ê levava comida filho”. The second variable is the implementation of pronominal IO, in which the variations are the Dative Clitic Construction (DCC) [standard]. For example, “Eu vi que nã ia me dar essa vantagem”, in contrast to non-standard variations, as expressed in the examples “Tem que dá seô purada” and “Dá ajuda pa nós”, which correspond, respectively, to the DOC and the PDC. Lastly, the third variable corresponds to putting the clitic IO, in which the variations are the enclitic position, as in the example “Então deram-lhe um lugar”, and proclitic position, in the example “me levô aqui dois cabra”. The study describes the linguistic and extra linguistic conditioning of this variation scenario in these two São Tomé communities which, although geographically distant, have a very similar social-history and share with Brazil a history of Portuguese colonization, marked by settlements, forced migrations, large land properties, dominant-dominated relations, and situations of bilingualism. The research was undertaken within the theoretical-methodological framework of Variationist Sociolinguistics (LABOV, 2008; GUY e ZILLES, 2007). Data were extracted from two *corpora* (BAXTER, 2004 e 1998-2000), comprising 24 informants from Monte Cafe and 18 from Almojarife, distributed by gender in three age groups, I (20 to 40 years), II (41 to 60 years), III (>60 years), and were processed by GOLDVARB-X program (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005). Results revealed preference for non-standard variants; for the preposition “para” in the CDP structure; and for the sequence IO-DO, in the DOC structure, even in the case of light verbs. It was also noted that, in the choice of the dative construction, the semantics of the verb are more relevant than the type of predication. In Monte Café, a preference for clitic IO was found only in age group I. In Almojarife, this same variable, together with the level of education of the speaker, revealed a profile of clitic dative acquisition. The results contribute to Petter's (2009, 2015) proposal on the existence of an Afro-Brazilian continuum, by indicating a relation, as regards dative constructions, between the Tongas portuguese, the Almojarife portuguese, the Afro-brazilian portuguese (LUCCHESI, MELLO, 2009) and the urban Portuguese of S. Tomé (GONÇALVES, R., 2016).

Keywords: Dative Constructions. Sociolinguistics. Restructured Portuguese. Sao Tome.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	Almoxarife
CCD	Construção com clítico dativo
CDP	Construção dativa preposicionada
COD	Construção de objeto duplo
DLP	Dados Linguísticos Primários
GU	Gramática Universal
L1	Primeira Língua (ou língua materna)
L2	Segunda Língua
LA	Língua alvo
LH	Linguística histórica
MC	Monte Café
MFIC	Meio de comunicação interétnica
OD	Objeto direto
OI	Objeto indireto
PALOP'S	Países africanos de língua oficial portuguesa
PB	Português brasileiro
P/Cs	Línguas pidgins e crioulas
PE	Português europeu
PROHPOR	Programa para a História da Língua Portuguesa
PST	Português de São Tomé
SN	Sintagma nominal
STP	São Tomé e Príncipe
TLI	Transmissão Linguística Irregular
VBT	Verbo bitransitivo
WLH	Weinreich, Labov e Herzog (2006)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO	15
1.1 A LINGUÍSTICA HISTÓRICA COMO ÁREA DE CONCENTRAÇÃO.....	15
1.2 TEORIA DA MUDANÇA	16
1.2.1 A teoria da mudança e a teoria da aquisição: uma contradição eminente?.....	19
1.3 A AQUISIÇÃO DE L2 EM SITUAÇÃO DE CONTATO	22
1.3.1 Notas sobre a aquisição bilíngue	27
2 AS COMUNIDADES ANALISADAS.....	30
2.1 UM RELATO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DE SÃO TOMÉ E AS FASES DE CONTATO	30
2.2 A ROÇA MONTE CAFÉ.....	34
2.2 A COMUNIDADE DE ALMOXARIFE.....	35
2.3 POR QUE ESTUDAR ESSAS COMUNIDADES?.....	36
3 O FENÔMENO LINGUÍSTICO.....	39
3.1 A CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA DAS CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS...	39
3.2 AS CONSTRUÇÕES DATIVAS DE VERBOS BITRANSITIVOS	41
3.3 AS CONSTRUÇÕES DATIVAS PREPOSICIONADAS	45
3.3.1 Construções com Clítico Dativo	46
3.2 CONSTRUÇÕES DE OBJETO DUPLO	49
3.2.1 A COD em Moçambique (GONÇALVES, P., 1990).....	50
3.2.2 A COD na Zona da Mata Mineira (SCHER, 1996).....	51
3.2.3 A alternância dativa no Rio de Janeiro (GOMES, 1996).....	52
3.2.4 A alternância dativa nas comunidades afro-brasileiras (LUCCHESI; MELLO, 2009).....	53
3.2.5 A COD em comunidades rurais goianas (NASCIMENTO, 2009)	54
3.2.6 A alternância dativa no PST (GONÇALVES, R., 2016).....	54
3.3 OBJETO INDIRETO NULO	55
4 METODOLOGIA.....	56
4.1 AS VARIÁVEIS DEPENDENTES E AS VARIÁVEIS INDEPENDENTES.....	56
4.1.1 As variáveis independentes linguísticas.....	57
4.1.2 As variáveis independentes sociais	62
4.2 A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> TONGA.....	63

4.3	A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> ALMOXARIFE.....	65
4.4	O TRATAMENTO DOS DADOS	66
5	AS CONSTRUÇÕES DATIVAS EM MONTE CAFÉ E ALMOXARIFE.....	70
5.1	DISTRIBUIÇÃO DAS CONSTRUÇÕES DATIVAS NOS <i>CORPORA</i> DE MONTE CAFÉ E ALMOXARIFE	70
5.2	O FENÔMENO DA ALTERNÂNCIA DATIVA NAS DUAS COMUNIDADES ...	72
5.1.1	Alternância dativa em Monte Café e Almojarife: condicionamento linguístico .	73
5.1.2	Alternância dativa em Monte Café e Almojarife: condicionamento social	78
5.1.3	A origem da COD nas duas comunidades	80
5.1.3.1	A atribuição do Caso dativo na COD	82
5.3	OS OI PRONOMINAIS EM MONTE CAFÉ E ALMOXARIFE: A FORMA PADRÃO VS. AS FORMAS NÃO-PADRÃO	83
5.3.1	OI pronominais em Monte Café e Almojarife: condicionamento linguístico.....	85
5.3.2	OI pronominais em Monte Café e Almojarife: condicionamento social.....	87
5.4	O USO DOS OI CLÍTICOS: A POSIÇÃO PRÉ-VERBAL VS. A PÓS-VERBAL ...	91
5.4.1	A variação na colocação do OI clíticos em Almojarife	91
5.4.2	A aquisição dos clíticos dativos entre os tongas	94
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
	REFERÊNCIAS.....	102

INTRODUÇÃO

“Adotar a língua em sua dimensão histórica não se resume a tomá-la na dimensão do temporal-cronológico” (PAIXÃO DE SOUSA, 2006, p.27) porque uma abordagem histórica assume a língua como um objeto historicamente contextualizado. Portanto, não se trata apenas de uma observação das transformações da língua no tempo; é necessário que os estudos linguístico-históricos partam de uma postura historiográfica crítica. A Nova História¹ tem ajudado a corrigir a corrente canônica da história tradicional, tornando-a mais inclusiva, por se dizer assim. E quais são os impactos sobre a Linguística Histórica (doravante LH)?

William Labov foi um dos primeiros a aplicar a história-vista-de-baixo aos estudos da linguagem. Obviamente, a sua visão de língua permitia que suas “ideias subversivas” ganhassem corpo e constituíssem o principal modelo teórico para o estudo da relação entre as estruturas sociais e as estruturas linguísticas e o principal modelo metodológico para análises linguísticas quantitativas. Labov (2008) inaugura uma historiografia crítica no âmbito da linguística, elegendo como objeto de estudo a fala vernácula espontânea; debruçando-se sobre a variação (esquecida pela historiografia linguística até então); e observando as pressões sociais (estigmas ou prestígios) a que as formas linguísticas estão submetidas.

Essa historiografia linguística crítica também chegou ao Brasil e se manifesta em estudos que reconhecem os negros e os mulatos como os principais atores no processo de formação do português brasileiro (doravante PB) e se dedicam a alguns dos fatos dessa história que sempre estiveram ocultos aos livros didáticos: a relação entre os escravos e os novos brasileiros, a demografia díspar entre brancos e não brancos, a assimilação cultural dos indígenas... O fazer LH no Brasil tem forçado um olhar crítico sobre a história tradicional do povo brasileiro e do PB já que se trata de uma realidade bastante particular. Até os gerativistas têm admitido que algumas situações externas à linguagem (como deslocamentos populacionais ou contatos intensos entre idiomas ou dialetos) podem *abalar* a estabilidade do ambiente linguístico e resultar em mudanças linguísticas sutis, num nível dialetal, ou catastróficas (formação de um crioulo, por exemplo) (PAIXÃO DE SOUSA, 2006, p.40).

No caso desta pesquisa de mestrado não foi diferente. Conforme Burke (1992), a Nova História se constrói com base em quatro problemas: de definição, de fonte, de método e de explicação. Primeiramente, é complexo definir o que seria uma história-vista-de-baixo porque existem muitas perspectivas sobre um mesmo fato. Neste trabalho, optou-se por contribuir para

¹ Cf. Burke (1992).

a compreensão da formação do PB, a partir do ponto de vista da África lusófona, mais especificamente, do ponto de vista de duas comunidades rurais de São Tomé (África) que vivenciaram um contexto semelhante ao do Brasil. Antes, estavam em destaque os colonos portugueses que transmitiram sua língua a vários povos. Aqui, destacaram-se os africanos que adquiriram uma segunda língua pelo contato, enquanto eram obrigados a se submeter a um regime escravagista. Quanto à fonte e ao método, ao invés de ler documentos oficiais que narram grandes feitos de grandes homens, utilizaram-se dados de fala vernácula espontânea de homens e mulheres comuns, de três faixas etárias diferentes, recolhidos a partir de entrevistas sociolinguísticas *in loco*, seguindo a tradição laboviana. Quanto às interpretações, estão o mais interdisciplinar possível, congregando, de forma conveniente, diferentes teorias (a sociolinguística e a gerativa), sem, contudo, apelar para o *ecletismo teórico* (MATTOS E SILVA, 2008, p.19). Nas palavras de Burke (1992, p.29), a ideia foi ler nas entrelinhas a *vida social dos grupos, revelada por seu uso dos objetos*; ou será por seu uso dos verbos bitransitivos?

Portanto, o objetivo deste trabalho é descrever e analisar um fenômeno específico (as construções dativas) no português de duas comunidades bilíngues santomenses (Monte Café e Almojarife), com o enquadramento teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, a fim de compreender a relevância do contato entre línguas na formação das variedades faladas nessas comunidades. Para tanto, foi necessário: (i) descrever a forma como os fatores linguísticos e extralinguísticos condicionam a realização dos argumentos internos dos verbos bitransitivos nas referidas comunidades; e (ii) verificar as possíveis transferências das línguas de substratos nas construções dativas nas comunidades em questão. Sendo assim, este trabalho justifica-se pela contribuição às discussões sobre o processo de aquisição de L2 em severa situação de contato; isso inclui o PB e as variedades africanas do português. Por outro lado, corresponde a um acréscimo no que diz respeito às construções dativas; o fato de esse fenômeno estar figurado no *World Atlas of language structures* (HASPELMATH, 2013) e no *Atlas of pidgin and creole language structures* (MICHAELIS et. al., 2013) no WALS e no APiCS como um critério para classificação tipológica das línguas por si só já demonstra a relevância do tema.

A fim de delinear de forma clara e objetiva os caminhos desta pesquisa, esta dissertação foi dividida em cinco capítulos. O primeiro apresenta os pressupostos teóricos da Sociolinguística e da Gerativa, detendo-se aos conceitos necessários para a análise que se está propondo, e inclui uma exposição mais detalhada sobre a aquisição de segunda língua (doravante L2) em situação de contato. O segundo capítulo apresenta um panorama geral da colonização portuguesa em São Tomé, com um foco no contexto sócio-histórico de Monte Café

(doravante MC) e Almojarife (doravante AL). O terceiro capítulo está dedicado ao fenômeno linguístico analisado e às definições gramaticais base para a análise. O quarto capítulo apresenta de forma clara as variáveis dependentes e independentes e traz algumas decisões metodológicas tomadas ao longo da pesquisa, conforme as instruções de Guy e Zilles (2007). O quinto capítulo apresenta, com o suporte de gráficos e tabelas, os resultados estatísticos, gerados pelo programa GOLDVARB-X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), que delineiam o encaixamento linguístico e social das variáveis dependentes, relacionados a discussões sobre o contato e a aquisição em MC e AL. Por fim, a conclusão apresenta uma síntese dos achados centrais do estudo.

1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Este capítulo destina-se à apresentação dos pressupostos teóricos da presente análise. Este trabalho enquadra-se em uma das áreas da LH, apresentada na seção 1.1, e está baseada na teoria da mudança (LABOV, 2008; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006), apresentada na seção 1.2. A seção 1.3 aborda os aspectos mais relevantes sobre a aquisição de L2 em situação de contato linguístico, utilizando como ponto de partida a proposta de Lightfoot (2006).

1.1 A LINGUÍSTICA HISTÓRICA COMO ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

A discussão sobre a *língua brasileira*, iniciada na literatura pelos românticos no Brasil oitocentista e reforçada pelos modernistas em 1922, foi transferida à Filologia e à Linguística no século XX. Por esta razão, começaram a emergir opiniões que se opunham à unidade e ao conservadorismo do português. Estavam à vista avanços nos estudos dialetológicos e sociolinguísticos, que anunciavam um momento promissor. Mesmo assim, Mattos e Silva (1998) declara que a língua portuguesa não possuía um “relato histórico circunstanciado e fundamentado teórica e empiricamente” (p.31) uma vez que os trabalhos que se desenvolviam nesse momento apontavam para uma abordagem diacrônica [mas não histórica], pautada em reflexões funcionalistas, do ponto de vista da gramaticalização, e em explicações de cunho estrutural, com base na Gramática Gerativa.

Nesse sentido, a fim de se reconstruir o passado histórico do PB, ou melhor, formular uma versão dessa história, Mattos e Silva (1998) anuncia o Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), cujo objetivo geral “é reunir novos e velhos dados reinterpretados com a finalidade de fazer uma história renovada da língua portuguesa” (p.24). Para tanto, defende a necessidade de se utilizar da Sociolinguística Histórica e da História linguística. Essas macroáreas se desenvolveriam em quatro campos de estudo: campo (a) da História social do Brasil; campo (b) do Problema do encaixamento, da difusão e da avaliação; campo (c) da História interna; e campo (d) da Divergência e continuidade entre o PB e o português europeu (doravante PE). Segundo a autora, os estudos comparativos têm o objetivo geral de demonstrar se a tipologia do PB aponta para *derivadas antigas* ou para *peculiaridades sócio-históricas*. Embora não tenha sido dito explicitamente pela autora, o campo (d) inclui também as análises contrastivas entre o PB e variedades da língua portuguesa no mundo, ou ainda entre crioulos de base lexical portuguesa.

Na prática, o que se faz são comparações entre localidades que se aproximam em termos históricos a fim de se compreender melhor se as semelhanças entre tais localidades apontam para a unidade sistêmica da língua portuguesa entre os continentes ou para a sistematicidade na atuação de fatores externos sobre a estrutura linguística. Em geral, têm-se destacado comparações entre o PB e outras variedades do português (principalmente, em Moçambique e Angola) (AVELAR; GALVES, 2014; PETTER, 2007, 2009, 2015). A obra recentemente publicada por Brandão (2018), que reúne trabalhos sobre o português de São Tomé e o de Moçambique, expressa bem essa proposta já na apresentação:

Em virtude, justamente, de se acreditar ser possível contribuir para um melhor conhecimento do PB por meio do que se verifica hoje nos países africanos de Língua Portuguesa, decidiu-se iniciar as pesquisas observando duas variedades com características sociais e linguísticas específicas (p.12).

Dessa forma, o presente trabalho possui como área de concentração a LH e está incluído no campo (d) proposto por Mattos e Silva (1998) na medida em que tem como objetivo descrever e analisar um fenômeno linguístico específico (as construções dativas) no português das comunidades de Monte Café e Almoxarife, em São Tomé (África), a fim de se compreender a relevância do contato entre línguas na formação do português reestruturado delas, de forma que contribua para as discussões sobre a formação do PB.

1.2 TEORIA DA MUDANÇA

A base teórica e metodológica deste trabalho é a Sociolinguística Variacionista por três razões: primeira, admite-se que a variação, seja diastrática, diatópica, diageracional ou diassexual, está prevista no próprio sistema linguístico; segunda, considera-se que fatores externos à língua, tais como sexo, idade, escolaridade, localidade e contato entre povos, pertencem, na verdade, à própria língua; e terceira, utiliza-se o método estatístico laboviano como forma de elevar a variação a um lugar central no processo de compreensão das relações existentes entre as expressões linguísticas e os aspectos sociais de uma comunidade específica (GUY; ZILLES, 2007, p.73).

É bem verdade que, embora haja inúmeras abordagens que tratem da relação entre o corpo da língua e seu exterior, nem todas possuem o rótulo de Sociolinguística. Isso porque são sociolinguísticos apenas os estudos que relacionam a autonomia do sistema à sua inter-relação com o mundo social, por compreender que “o sistema linguístico tem um funcionamento

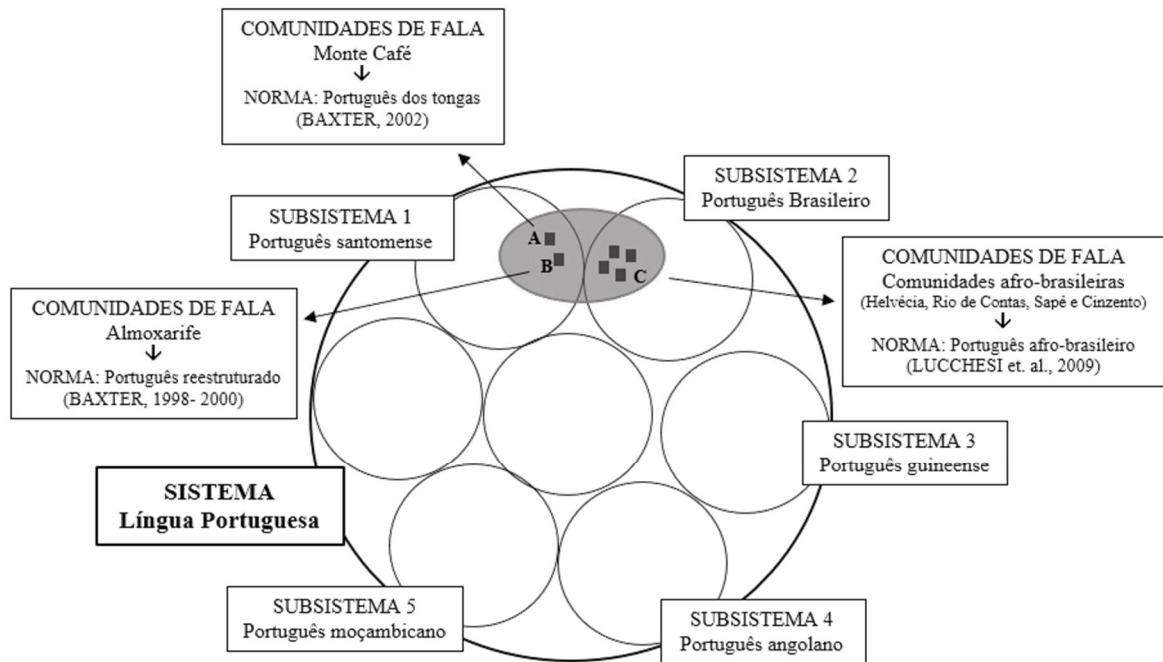
próprio, independente do mundo social, embora submetido a ele” (PAGOTTO, 2006, p.51). Portanto, entende-se a *língua* como uma entidade sistematicamente variável e socialmente motivada. Sendo assim, os fatores externos (condição social do falante e a sócio-história da comunidade, por exemplo) não atuam diretamente sobre a estrutura interna da língua, mas fazem emergir as inovações linguísticas, i.e., “os meios alternativos de dizer ‘a mesma coisa’” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p.97). Em outras palavras, a variação é “uma propriedade inerente e regular do sistema” (LABOV, 2008, p.262). Defende-se que a língua muda de forma ordenada, acompanhando a estrutura social.

Nessa perspectiva, uma *comunidade de fala* corresponde a um grupo de indivíduos que compartilhem a mesma *norma* (LABOV, 2008, p.150). Enquanto o sistema linguístico corresponde a um conjunto de possibilidades, a *norma* diz respeito “ao que já ‘se disse’ e tradicionalmente ‘se diz’ na comunidade considerada” (COSERIU, 1979, p.50). A identidade dos falantes está sempre ligada intrinsecamente às formas linguísticas próprias de sua realidade dialetal. Assim, “os membros de uma comunidade de fala compartilham, sim, um conjunto comum de padrões normativos, mesmo quando encontramos uma variação altamente estratificada na fala real” (LABOV, 2008, p.225). Logo, o que diferencia um dialeto de outro são as variantes linguísticas específicas de cada um; trata-se, portanto, de uma noção relativa.

Em resumo, o diagrama 1 a seguir pretende demonstrar, de forma mais didática e de um ponto de vista sincrônico, a relação entre o *sistema* da Língua Portuguesa e os *dialetos* das duas *comunidades de fala* estudadas aqui, cujo limite de aproximação/distanciamento, além do espaço geográfico, é a constituição *sócio-histórica*. Nele, pode-se observar um círculo maior, que corresponde ao sistema macro e intercontinental, que reúne todas as possibilidades de realização da Língua Portuguesa, e círculos médios que marcam alguns subsistemas, o do PB e do português de São Tomé (PST), claramente delimitados pelo espaço geográfico, e outros subsistemas como o do português guineense, do português moçambicano e do angolano.

Quanto aos pontos **A**, **B** e **C**, pertencentes à elipse pintada, correspondem a *dialetos sócio-históricos* da Língua Portuguesa, uma vez que sobre ambas as comunidades atuaram fatores externos semelhantes, que cooperaram para a formação de um dialeto com características linguísticas próximas. Embora os pontos **A** e **B** pertençam ao mesmo subsistema e se aproximem geograficamente, o que se pretende destacar neste trabalho é o aspecto sócio-histórico dessas comunidades que permita uma associação com as comunidades afro-brasileiras, já estudadas em Lucchesi et al. (2009), representadas no diagrama pelo ponto **C**, e com outras comunidades brasileiras sobre as quais já se têm estudos sobre o mesmo fenômeno linguístico.

Diagrama 1- Os dialetos sócio-históricos e o sistema da Língua Portuguesa



Fonte: Autoria própria.

P. Gonçalves (1996), numa comunicação apresentada no “I Encontro de Centros de Estudos Portugueses do Brasil – Balanço do século XX”, ocorrido em São Paulo, em 1993, apresentou uma discussão que chamou de “Provas de (in) existência do Português Africano”. Naquele momento, a autora declarou que, do ponto de vista histórico-geográfico, era, sim, possível confirmar a existência do Português Africano, mas que essa entidade seria contestável devido à ausência de estudos linguísticos específicos em cada um dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP’S), muito embora se possa perceber interrelações, por exemplo, no desenvolvimento estrutural do PB e das variedades africanas. Mais de 20 anos se passaram e notam-se algumas mudanças nesse sentido. A cátedra “Português Língua Segunda e Estrangeira”, por exemplo, que surgiu como uma cooperação entre o Instituto Camões e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) com o intuito de fomentar a pesquisa nessa área, já reúne em sua página web diversos trabalhos desenvolvidos sobre as diferentes variedades africanas do português. Por outro lado, não obstante esse progresso, percebe-se um avanço dispar entre as diferentes zonas linguísticas dos PALOP’s uma vez que ainda há poucos estudos, por exemplo, sobre o português falado [como L2] em Cabo Verde e Guiné Bissau. Dessa forma, no diagrama 1, a representação das variedades faladas nos PALOP’s como diferentes subsistemas respeita meramente um critério geográfico, sem desconsiderar, entretanto, possíveis interseções ou ainda um possível [ou provável] agrupamento entre eles.

1.2.1 A teoria da mudança e a teoria da aquisição: uma contradição eminente?

Como as particularidades sócio-históricas das comunidades em questão exigem que se tenha um olhar atento ao processo [abstrato] de aquisição de L2 em situação de contato, esta pesquisa também transita pela Gerativa, no que diz respeito à aquisição da linguagem, já que os trabalhos pioneiros de Noam Chomsky sobre o aspecto inatista da linguagem², do ponto de vista da linguística, são considerados “o grande ponto de ancoragem para o desenvolvimento de estudos sobre a aquisição da linguagem” (SIM-SIM, 2017, p.7).

Parece contraditório que um mesmo trabalho possa apropriar-se da perspectiva sociolinguística e da gerativa já que essas teorias seguem caminhos divergentes, possuem objetos teóricos distintos e assumem concepções de língua incompatíveis. Entretanto, antes que pareça uma miscelânea teórica irresponsável, ou “um amontoado acrítico, [...] ingênuo de teorias”, nas palavras de Faraco (2005, p.111), o quadro 1, elaborado a partir de Weinreich, Labov e Herzog (2006) [doravante WLH], Labov (2008), Galves (1995), Kroch (2003) e Lightfoot (2006), pretende delimitar os pressupostos teóricos da Sociolinguística e da Gerativa, limitando-se apenas aos conceitos que se aplicam ao presente trabalho.

Quadro 1- Sociolinguística Vs. Teoria Gerativa

SOCIOLINGUÍSTICA	TEORIA GERATIVA
A língua é um fato social, um sistema historicamente determinado; a própria <i>forma de comportamento social</i> .	A língua é um órgão mental inato; a gramática internalizada (Língua-I); um sistema de regras (princípios e parâmetros).
A variação pertence e obedece ao sistema de possibilidades; trata-se de um sistema de <i>regras com condicionamentos variáveis</i> .	Não existe variação na Língua-I porque as propriedades da Gramática Universal (GU) são constantes.
Mesmo numa transmissão geracional regular, o esperado é que surjam inovações linguísticas e concorrência entre variantes que se correspondam.	Não há razões para sustentar a ideia de haver mudança numa transmissão geracional regular, sem que haja alterações ou sem um desencadeador externo.
A variação faz parte da competência monolíngue do falante.	A única variação reconhecida é a variação paramétrica, ou seja, entre as línguas.

² Cf. Chomsky (1970 [1975]).

A variação se manifesta dentro de uma mesma língua, de uma mesma norma e numa mesma comunidade de fala.	A língua de manifestação externa (Língua-E) está em fluxo constante, não é sistemática e modifica o ambiente social e cultural.
Fatores linguísticos e extralinguísticos (sociais) atuam sobre a variação, apontando uma provável direção para a mudança. As condições externas e a avaliação do falante definem qual variante é mantida.	Fatores externos, como contato entre línguas, aquisição de L2 ou atitudes sociais, interferem apenas na Língua-E, modificando os Dados Linguísticos Primários (doravante DLP) para as gerações seguintes.
A mudança se concretiza quando há a substituição de uma variante por outra, dentro de uma mesma comunidade.	A mudança acontece na aquisição da linguagem, quando ocorre um erro na marcação paramétrica (KROCH, 2003).
A mudança linguística só existe diacronicamente. O que se percebe, numa mesma sincronia, é uma variação estável ou uma mudança em progresso.	A mudança é percebida numa mesma sincronia quando falantes avaliam de forma diferente uma mesma sentença da língua.
A mudança linguística possui três estágios: <i>origem, propagação e término.</i>	A mudança linguística implica a <i>competição de gramáticas</i> (KROCH, 2003).
As formas linguísticas em concorrência sofrem pressões <i>vindas de baixo</i> ou <i>vindas de cima</i> , que dependem, respectivamente, do nível de consciência/percepção do falante e do prestígio social/status das variantes em questão.	Como nem sempre as crianças alcançam a língua alvo (doravante LA) a que estão expostas, numa mesma comunidade, haverá crianças com a fixação paramétrica antiga e outras com a nova. A comunidade torna-se <i>diglósica</i> e, a partir de então, todo falante aprende ambos os parâmetros.
A estrutura social interfere diretamente na adoção e difusão de uma variante em detrimento de outra.	A <i>competência diglósica</i> , i.e., o bilinguismo, é instável. Aparentemente, há uma língua dominante ou central.
A mudança se completa mediante o encaixamento linguístico e social. Logo, toda mudança é processual.	Um <i>input</i> divergente desencadeia uma reanálise dos DLP e resulta numa nova Língua-I, diferente do da geração anterior.
Toda mudança pressupõe a variação, mas nem toda variação implica mudança.	A mudança gramatical é contingente, i.e., eventual, incerta e abrupta.

Embora tais concepções sejam opostas, elas podem se complementar na medida em que cada uma dessas teorias parte de pontos diferentes: a Sociolinguística considera a língua como uma entidade social e a Gerativa, como individual. Entretanto, excedendo a teoria, está claro que a língua não é exclusivamente social, nem exclusivamente individual; ela existe nessas duas dimensões. Sendo assim, é completamente plausível que, numa abordagem específica, sejam considerados tanto os aspectos sociais como os aspectos mentais relacionados à linguagem. Interessam, portanto, neste trabalho as concepções de variação e mudança da Sociolinguística e as considerações da Teoria Gerativa sobre os processamentos mentais envolvidos na aquisição da linguagem, principalmente, nos casos de L2 em situação de contato.

1.3 A AQUISIÇÃO DE L2 EM SITUAÇÃO DE CONTATO

“As pessoas têm seu próprio sistema interno, uma gramática, que se desenvolve nelas nos primeiros anos de vida, como resultado de uma interação entre fatores genéticos comuns às espécies e a variação ambiental nos dados linguísticos primários. Tal gramática representa o alcance linguístico da pessoa, o tipo de coisa que a pessoa pode dizer e como ela pode dizê-las.”
David Lightfoot³

Na aquisição de primeira língua, ou língua materna, (doravante L1), uma criança, a partir do *input* linguístico a que está exposta, constrói [inconscientemente] a própria gramática, tornando-se competente ao ponto de ser capaz de reconhecer e produzir as mais variadas sentenças nessa língua. Esse processo se dá num *período crítico*⁴, em que a interação entre a faculdade da linguagem⁵ e o *input* recebido dos adultos ocorre de forma espontânea. Uma *transmissão linguística regular* ocorre quando, nesse processo, os DLP são de uma L1. Segundo Kroch (2003, p.4), se essas condições naturais não forem alteradas, a língua não sofrerá nenhuma mudança.

Entende-se, entretanto, que a mudança não é um fenômeno contingente, que só ocorre com a perturbação das condições naturais próprias à transmissão regular. Pelo contrário, mudanças sistemáticas na língua ocorrem a todo tempo mediante a atuação de fatores externos diversos. Assim, a mudança neste trabalho é entendida como um fenômeno de grupo na medida em que, tal como aponta Lightfoot (2006, p. 13), “se as pessoas ouvirem coisas diferentes, elas podem alcançar uma nova gramática; se elas atingirem uma nova gramática, dirão coisas diferentes” (tradução nossa⁶). O diagrama a seguir resume tal perspectiva:

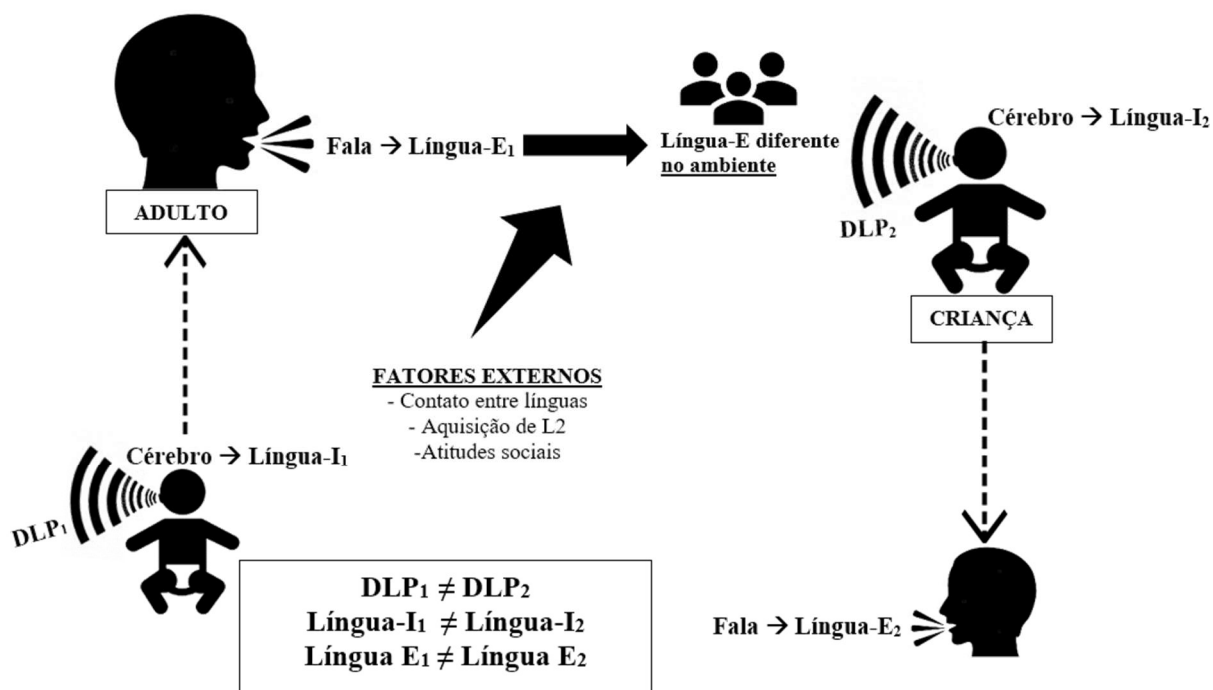
³ “People have their own internal system, a grammar, which develops in them in the first few years of life as a result of an interaction between genetic factors common to the species and environmental variation in primary linguistic data. Such a grammar represents the person’s linguistic range, the kind of things that the person might say and howhe/she may say them” (LIGHTFOOT, 2006, p.12, tradução nossa).

⁴ Lenneberg (1969) propôs que o período crítico acaba com a puberdade, logo seria impossível que falantes adultos alcançassem uma gramática nativa. Propostas mais recentes, entretanto, têm reconhecido que o período crítico não é absoluto e que a natividade pode ser alcançada pelos adultos em módulos específicos da gramática, a depender dos efeitos da idade na aquisição (ou do *período sensível*) (SLABAKOVA, 2016, p.85).

⁵ Entende-se por faculdade da linguagem “os mecanismos mentais específicos para linguagem” (MADEIRA, 2017, p.315).

⁶ “if people hear different things, they may attain a new grammar; if they attain a new grammar, they will say different things”.

Diagrama 2- Como acontece a mudança gramatical segundo Lightfoot (2006, p.13-15)



Fonte: Autoria própria.

O diagrama indica que a língua-I de um mesmo indivíduo não muda; as línguas-I de um grupo, sim, podem sofrer alterações ao longo do tempo, que são o resultado do próprio uso da língua, i.e., das alterações na língua-E. Os adultos criam inovações na língua-E, que podem ou não se difundir e persistir na língua, a depender das atitudes sociais em relação às variantes linguísticas e da aceitação geral da comunidade. Dessa forma, assim como alterações no fenótipo de um indivíduo não alteram sua genética, assim também modificações na língua-E de um indivíduo não alteram sua língua-I. O que se configura é uma *variação ambiental nos DLP*, que faz com que as próximas gerações estejam expostas a DLP diferentes dos da geração anterior. Em outras palavras, alterações na língua-E, desencadeadas por fatores externos, se tornam DLP na aquisição de L1 para a geração seguinte.

No caso de esse fator externo ser a aquisição de L2, são os adultos os protagonistas e isso, por si só, já traz algumas implicações. Embora tanto as crianças como os adultos não partam do zero na aquisição porque ambos possuem um conhecimento linguístico prévio, a aquisição de L1 é fundamentalmente diferente da aquisição adulta de L2 já que as crianças utilizam como ponto de partida a GU e os adultos, a própria L1 (BLEY-VROMAN, 1990, p.4; SLABAKOVA, 2016, p.44-45). Isso explicaria os processos de *transferência*, *imposição*, *empréstimo* e *convergência* entre a L1 e a L2 associados à aquisição adulta, discutidos por Hickey (2010). Do ponto de vista da língua-E, a transferência pode ser uma estratégia para

compensar a limitação de proficiência na L2. O que se observa é que, mesmo que a exposição à LA seja intensa e frequente, os adultos nunca desenvolvem a mesma proficiência e naturalidade semelhantes entre si ou em relação às crianças (MADEIRA, 2017, p.306-307).

Está estabelecido, portanto, que “se a aquisição de L2 vier depois da adolescência, a natividade completa e global é difícil” (SLABAKOVA, 2016, p.102, tradução nossa⁷). Dessa forma, os aprendentes adultos, ao atingirem um grau de comunicabilidade aceitável, estacionam em um estágio em que mantêm alguns itens, regras e subsistemas fossilizados. Em outras palavras, a L2 que desenvolvem é sempre uma interlíngua individual, que é fundamentalmente diferente da LA e com interferências da L1⁸ (SELINKER, 1972, p.215-216; MADEIRA, 2017, p.307). Quando essa interlíngua chega a ser de um grupo inteiro, então se está diante de um novo dialeto, cujas regras fossilizadas correspondem à situação normal (SELINKER, 1972, p.217; BLEY-VROMAN, 1990, p.36).

Schwartz e Sprouse (1996) propõem que a aquisição de L2 funciona por meio de uma transferência plena, em que a gramática da L1 é transferida completamente para a L2, que vai sendo posteriormente reestruturada à medida que o aprendente é exposto a ela. Embora essa seja apenas uma hipótese, o que se pode afirmar com certa razoabilidade é que o *input* é o que vai definir o resultado da aquisição. Logo, “se o aprendiz não faz ideia do que é enunciado, esse input é de pouco valor na aquisição [...] Uma deficiência geral de insumo pode explicar muitos casos” (BLEY-VROMAN, 1990, p. 25, tradução nossa⁹). Dessa forma, quanto mais distantes tipologicamente forem a L1 e a L2, mais dificuldade terão os aprendentes adultos para identificar no discurso algumas estruturas gramaticais da L2 e, portanto, mais dificuldade poderão ter para adquiri-las (LIGHTFOOT, 2006, p.158; GASS; SELINKER, 2008, p.216).

Conforme demonstra o diagrama 2, o contato entre línguas é também um fator externo que desencadeia alterações na língua-E. O conceito de Transmissão Geracional Irregular¹⁰, ou de nativização da língua dominante (BAXTER, 1992 e 1995) dá conta desse contexto, que se caracteriza (i) pelos latifúndios coloniais; (ii) por grandes deslocamentos populacionais; (iii) pela mão-de-obra escrava; (iv) pela disparidade populacional; e (v) pelo isolamento de comunidades. Dessa forma, o contato entre um grupo demograficamente expressivo de adultos

⁷ “It is fairly well established that if L2 acquisition comes after adolescence, complete and global nativelikeness is difficult”.

⁸ Por isso, nem sempre os aprendentes conseguem avaliar com segurança a gramaticalidade de sentenças da L2 (MADEIRA, 2017, p.309).

⁹ “if the learner hasn't any idea of what an utterance is about, this input is of little value in acquisition [...] A general deficiency of input may well explain many cases”.

¹⁰ Esse modelo é amplamente aceito internacionalmente, mas há formulações semelhantes propostas por outros autores (HOLM, 2000; WINFORD, 2005; LIGHTFOOT, 2006).

cujas línguas são mutuamente ininteligíveis e um grupo dominante cuja língua se torna alvo nas interações comunicativas emergenciais culminará num processo [particular] de aquisição de L2. Nesse caso, os adultos em contato desenvolvem um meio de comunicação interétnica (doravante MFIC¹¹), i.e., uma L2 que se adequa às necessidades comunicativas imediatas. Conforme mudam essas necessidades, os adultos, que não têm consciência de que estão envolvidos num processo de aquisição de L2, expandem esse MFIC, utilizando recursos das línguas que lhes estão disponíveis: a sua própria L1 e as línguas dos participantes de seu convívio social (BAKER, 1990, p.111).

Se esse MFIC passa a ser a língua-E de toda comunidade, então se está diante de um *pidgin*, uma variedade de L2, em geral, pouco estruturada¹², utilizada nas comunicações emergenciais. As crianças das novas gerações, que possuem acesso irrestrito à GU, examinam o ambiente dos DLP em busca de pistas para preencher as lacunas estruturais desse pidgin e, no processo de marcação paramétrica, convergem-no em uma gramática adequada. O fator sócio-histórico, nesse caso, cria um contexto para a formação de uma nova língua, que emerge naturalmente e que é adquirida pelas crianças em seus primeiros anos, ou seja, uma língua que foi nativizada, o *crioulo* (LIGHTFOOT, 2006, p.139-160). Se por outro lado as interlínguas dos adultos se mantêm bastante assistemáticas ao longo das gerações, se estabelece na comunidade um quadro heterogêneo de línguas-E. Nesse caso, a diferença entre esses idioletos é reduzida à medida que os adultos se apropriam das características da fala uns dos outros, ocorrendo, portanto, ao longo de várias gerações, um nivelamento dialetal (SEIGEL, 1997, p.128; HOLM, 2000, p.10).

Quando se trata dos contextos de colonização, a língua dos dominadores (ou língua de superstrato) se impõe como LA, por meio de políticas linguísticas voltadas à manutenção das relações de poder. Nesse caso, a aquisição de L2 ganha direcionalidade a uma língua específica, à língua de superstrato. Por isso, com o tempo, a depender das possibilidades de contato com modelos da LA, as interlínguas desses adultos começam a se aproximar mais da LA, mesmo que em alguns aspectos gramaticalmente mais abstratos possam se manter divergentes. As crianças, embora expostas a DLP variáveis, reconhecem, pelas frequências de uso e pelos valores sociolinguísticos imbricados, uma língua específica, que é assentada em sua gramática.

¹¹ Optou-se por manter a sigla em inglês do termo cunhado por Baker (1990, p.111): Medium For Interethnic Communication.

¹²Há casos de pidgins mais estruturados, como por exemplo o *tok pisin*, em Papua-Nova Guiné (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p.105). Mas o fato é que, “embora um pidgin possa ser expandido pelos adultos (no processo que eu chamaria de *crioulização*), independentemente de sua adoção como L1 pelas crianças (*nativização*), a nativização sem expansão parece não ter sido atestada” (PARKVALL, 2012, p.32, grifo do autor).

Nesse caso, o fator sócio-histórico cria um contexto de mudança em traço(s) linguístico(s) específico(s), que desencadeia um processo de reanálise e resulta na consolidação da gramática de uma variedade da LA (LIGHTFOOT, 2006, p.13-15; SLABAKOVA, 2016, p.45).

Assim, segundo as palavras de Lucchesi (2012, p.53),

[...] o processo de formação de uma variedade linguística em situação de contato é visto como gradual, em função da gradação nos valores de certas variáveis sociais que o estruturam, de modo que o seu resultado pode não ser um pidgin ou crioulo, mas uma variedade da língua que prevalece na situação de contato, com alterações em sua estrutura que podem inclusive resultar da transferência de estruturas gramaticais de outras línguas envolvidas na situação de contato (LUCCHESI, 2012, p. 53).

Está claro, portanto, que o processo de pidgnização/crioulização localiza-se num *continuum*. Quando os fatores sócio-históricos atuam de forma abrupta, massiva e radical, resultam na formação de uma nova língua; quando, por outro lado, atuam de forma leve e/ou localizada, promovem na comunidade em questão uma variedade diferente da LA (LUCCHESI, 2003; LUCCHESI; BAXTER, 2006). Assim, em um extremo desse *continuum*, estariam as variedades completamente reestruturadas (ou totalmente crioulizadas), “cuja estrutura linguística difere radicalmente das línguas mais antigas das quais extraíram a maior parte do seu léxico” (HOLM, 2004, p.5, tradução nossa¹³). No outro extremo, estariam as línguas parcialmente reestruturadas, cujas variedades se aproximam mais das variedades nativas padrão. Nas duas situações demonstradas, a língua de substrato (ou a língua dos povos dominados) exerce um papel fundamental porque pode funcionar como um *filtro* das informações que o aprendente adulto interpreta da variedade a que está exposto (PARKVALL, 2012, p. 50) e/ou como *ponte* para a marcação dos parâmetros da L2 no processo de aquisição (SLABAKOVA, 2006, p.45). Nesse caso, a distância tipológica entre as línguas envolvidas no contato endossa ainda mais o surgimento de novas estruturas linguísticas (HOLM, 2000, p.10; WINFORD, 2010, p.178).

Para compreender a origem dessas novas estruturas resultantes do contato, o ideal [e ao mesmo tempo infactível] seria analisar os DLP a que os primeiros falantes em contato estiveram expostos. Entretanto, o que se faz são postulações teóricas (i) sobre o processo de aquisição de L2 em situação de contato e (ii) sobre a natureza dos DLP envolvidos nessa aquisição, com base em análises de *tempo aparente*, que permitem inferir o passado de uma língua a partir de

¹³ “languages whose linguistic structure differs radically from that of the older languages from which they drew most of their léxico”.

dados orais de falantes de uma mesma sincronia e de faixa etárias diferentes (LABOV, 2008, p.318). Ademais, é necessário considerar a tipologia das línguas envolvidas, as características gerais das línguas pidgins e crioulas (doravante P/Cs) e a própria LH. Segundo Parkvall (2012), um determinado traço linguístico de uma variedade reestruturada, resultante do contato pode ser¹⁴:

- (i) uma *conservação da língua lexificadora*, quando “estiver presente na língua lexificadora e ausente dos substratos, e se for incomum interlinguisticamente e não geralmente presente em outros P/Cs não relacionados” (Ibid., p.56);
- (ii) uma *transferência a partir do substrato*, “se o traço estiver presente nos substratos, ausente na língua lexificadora e se for translinguisticamente incomum e não geralmente presente em outros P/Cs não relacionados” (Ibid., p.56-57);
- (iii) um *universal de reestruturação*, “se está ausente tanto na língua lexificadora quanto nos P/Cs não relacionados” (Ibid., p.57);
- (iv) ou ainda um caso de *desenvolvimento independente*, que se caracteriza “por estar ausente de todos os componentes *input*, assim como de outros P/Cs não relacionados” (Ibid., p.57).

1.3.1 Notas sobre a aquisição bilíngue

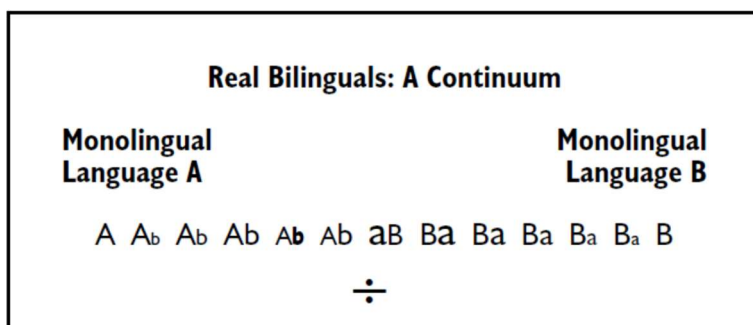
Existem discussões mais detalhadas de cunho psicolinguístico no sentido de desvendar as especificidades de uma aquisição bilíngue, como por exemplo, o local do cérebro envolvido nesse tipo de aquisição e a natureza do *input* recebido pelas crianças (ALMEIDA; FLORES, 2017). Entretanto, esta breve nota pretende destacar que um estudo sobre uma situação de contato deve observar as prováveis situações de bilinguismo e suas particularidades, como mais um suporte para a compreensão das mudanças linguísticas nesses contextos.

As situações de contato são propícias ao estabelecimento de comunidades multilíngues e, nesse contexto, as crianças podem adquirir duas línguas simultaneamente durante a infância. A idade da primeira exposição a cada língua pode interferir no curso dessa aquisição, embora não se tenha clareza de quais seriam esses efeitos (DEUCHAR; QUAY, 2000, p.1). O fato é que, em concordância com Slabakova (2016, p.133), parece difícil admitir que as duas línguas de um bilíngue simultâneo não interajam ou se influenciem mutuamente uma vez que essa aquisição acontece dentro de um mesmo cérebro. Por outro lado, a condição de bilíngue não

¹⁴ Não se trata de enquadrar as P/Cs nesses critérios, mas, sim, de classificar um traço linguístico específico na língua de uma comunidade específica.

está restrita aos indivíduos que aprenderam duas línguas desde o nascimento, mas também a todos os que possuem competência em duas línguas diferentes; isso inclui, portanto, os adultos que estão no processo de aquisição de L2 (WEI, 2000, p.7). Dessa forma, o próprio bilinguismo está localizado num *continuum*, conforme a figura 1 a seguir, retirada de Valdés (2001, p.5):

Figura 1- O *continuum* bilíngue



Fonte: Valdés (2001, p.5)

Note-se na imagem que “nenhum desses indivíduos é completamente bilíngue. O importante é que nenhum desses seja completamente monolíngue” (VALDÉS, 2001, p.4, tradução nossa¹⁵). O fato é que a norma dos bilíngues é diferente da dos monolíngues, não necessariamente pelos diferentes graus de proficiência, mas sobretudo pela simples condição de bilinguismo, que implica a interferência de uma língua sobre a outra (SLABAKOVA, 2016, p.161). Tanto crianças como adultos transitam por esse bilinguismo em função de fatores históricos, sociais e cognitivos.

Nessa perspectiva, Wei (2000, p.6-7) apresenta uma lista com a definição de vários tipos de bilinguismo. Destaca-se aqui os dois tipos em que se enquadram as comunidades analisadas neste trabalho: (i) o bilíngue simultâneo, que é aquele cujas duas línguas estão presentes desde o início da própria fala e (ii) o bilíngue passivo, aquele que compreende uma segunda língua, seja oralmente ou por escrito (ou ambos), mas não necessariamente fala ou escreve nessa língua. Na comunidade de Monte Café, há informantes bilíngues passivos, cuja língua dominante pode ser o português ou o umbundu (o mais comum no *corpus*), que demonstraram tendências diferentes em relação ao uso do OI pronominal (ver seção 5.2). Por outro lado, em Almojarife, há informantes que adquiriram simultaneamente o forro e o português; estes exibem uma característica particular no que diz respeito aos OI clíticos, que se distingue dos outros informantes que foram submetidos a uma aquisição monolíngue durante a infância e possuem como L1 o forro (ver seção 5.4.1).

¹⁵ “Neither of these individuals is completely bilingual. What is important is that neither of these individuals is completely bilingual.”

Desse modo, está claro que a presente análise se baseia nos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006). Além disso, devido ao perfil bilíngue e ao contexto sócio-histórico das comunidades analisadas, utilizaram-se como suporte os aspectos relacionados à aquisição de L2 em situação de contato linguístico, tendo como ponto de partida as considerações de Lightfoot (2006).

2 AS COMUNIDADES ANALISADAS

Este capítulo apresenta o panorama histórico no qual se inserem as comunidades analisadas neste trabalho. A seção 2.1 trata do processo de constituição da ilha de São Tomé, abordando os principais ciclos econômicos e as fases de contato. As seções 2.2 e 2.3 tratam especificamente do contexto sócio-histórico de cada uma das comunidades analisadas, respectivamente, Monte Café e Almojarife. A seção 2.4 traz a justificativa para o estudo dessas localidades como uma contribuição para as discussões sobre a formação do PB.

2.1 UM RELATO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DE SÃO TOMÉ E AS FASES DE CONTATO

Após a descoberta das ilhas de São Tomé e Príncipe (doravante STP), em 1470, o que se observou no período entre 1493 e 1822 (as fases de habitação e de plantação da cana-de-açúcar) foi uma *Transmissão Geracional Irregular* que resultou no surgimento de três línguas crioulas de base lexical portuguesa: Santome, Angolar e Lung'ie (falado na Ilha do Príncipe). Como mão-de-obra, foram escravizados, inicialmente, africanos do Reino de Benin (atual Nigéria) e, posteriormente, das zonas Bantu (primeiro, do Congo e depois da Angola). Por este motivo, as línguas crioulas de STP que se formaram nesse primeiro momento de colonização possuem como substrato a língua edo, do grupo edóide e as línguas bantu, kikongo e kimbundu (HAGEMEIJER, 2009).

No século XIX, o ciclo de café e cacau se estabelece sob uma nova configuração, marcada pela mudança na mão-de-obra. Em 1854, ocorre a libertação dos escravos nativos, que a partir de então começaram a se chamar *forros*, e em 1876 dos escravos estrangeiros, dando início, num período compreendido entre 1870 e 1950, à contratação de trabalhadores, principalmente, de Angola, Moçambique e Cabo Verde, cujas línguas maternas eram o crioulo caboverdiano, línguas bantu e, em pequeno número, as línguas kwa, devido à pequena enclave portuguesa de São João Batista de Ajudá, em Dahomey (BAXTER, 2002; LORENZINO, 2015).

As produções agrícolas se concentravam em roças¹⁶, uma espécie de grande fazenda cuja estrutura básica lhe dava certa independência; por isso, funcionavam “como sistemas

¹⁶ Cf. Mapa do Inventário 2013 na página 35 (PEPE; ANDRADE; NOGUEIRA, 2009-2016).

fechados, como um estado dentro de um estado”, segundo as palavras de Rougé (1992, p.172, tradução nossa¹⁷). Nas moradias rudimentares (senzala), que pertenciam anteriormente aos escravos, conviviam os contratados e seus descendentes (denominados *tongas*); na antiga casa grande, o administrador português. Este era responsável por fornecer a cada serviçal hospedagem, alimentação, vestuário, assistência médica e, quando acabava o contrato, deveria custear a repatriação (CADBURY, 1910, p.108).

Embora os africanos continentais tivessem sido contratados oficialmente como serviçais assalariados, é importante destacar que as condições sociais eram bastante controversas já que alguns registros históricos descrevem o regime em São Tomé como uma forma disfarçada de escravidão: nas roças, os administradores definiam o horário de se recolher, a língua que se podia falar e aplicavam castigos aos “insubordinados”. Cadbury (1910, p.112, tradução nossa¹⁸) registrou:

A punição *corporal* é proibida por lei, mas é praticada extensivamente. Às vezes, a mão é espancada com um pedaço de madeira circular, grosso e achatado, com uma alça, conhecida como "palmatoria". Em casos mais sérios, uma tira de pele, conhecida como "chicotte", é às vezes usada ocasionalmente uma correia de borracha grossa. O sistema roça coloca um poder quase ilimitado nas mãos do plantador. É preciso acompanhá-lo em sua inspeção noturna das serviçais alinhadas para perceber isso. Os capatazes brancos estão ao lado de suas gangues de negros, com seus chapéus nas mãos, quando ele passa e dá a palavra que muda as figuras negras para se movimentarem, falando homens e mulheres; precisaria de coragem quase sobre-humana para desafiar sua autoridade ali. O que são leis e decretos reais comparados com a proximidade de uma chicotte? Pequenas como são as ilhas, muitas roças, devido a montanhas íngremes e caminhos sinuosos, estão afastadas da cidade, pode ser de dois dias de viagem e o serviçal, se ele se apresentar para apresentar uma queixa ao Curador, pode ser apreendido antes de chegar ao seu destino.

Esses relatos de Cadbury são confirmados na fala de alguns informantes entrevistados na constituição do *corpus tonga* (ver seção 4.2). A informante [MC_ISASIF2], por exemplo, aponta que havia capatazes maus: “nõ podia ficá dois minuto mamá da garoto, quando bocê

¹⁷ “comme des systems clos, étât dans l’étât”.

¹⁸ Corporal punishment is prohibited by law, but it is nevertheless extensively practised. At times the hand is beaten with a thick, flat, circular piece of wood with a handle, known as a ‘palmatoria’. In more serious cases a strip of hide, known as a ‘chicotte’, is sometimes used occasionally a thong of thick rubber. The roça system places an almost unlimited power in the hands of the planter. One has but to accompany him in his nightly inspection of the lined-up serviçaes to realize this. The white foremen stand by their gangs of negroes, with their hats in their hands, as he passes by and gives the word which changes the black figures into moving, speaking men and women. It would need almost superhuman courage to defy his authority there. What are laws and royal decrees compared with the proximity of a chicotte? Small as are the islands, many roças, owing to steep mountains and winding paths, are remote from the city -it may be two days’ journey-and the serviçal, if he sets out to lodge a complaint with the Curator, may be seized before he reaches his destination.

demora [...] tomá ocê garoto põe chão da você puruda” (tradução: não podia amamentar o garoto por dois minutos, quando você demorava [...] tomava o garoto de você, colocava no chão e te dava porrada).

Nos quase cem anos de importação de mão-de-obra, São Tomé vivenciou uma grande desproporção entre estrangeiros e nativos, sejam forros, angolares ou tongas. Além disso, a partir de 1910, os contratos já não eram renovados automaticamente e os africanos continentais (com exceção dos angolanos) começaram a ser repatriados, fazendo com que, nas roças, a população estrangeira se renovasse ciclicamente (BAXTER, 2002, p.15). Para além das roças, havia comunidades mais isoladas de forros ou angolares, que se recusavam a se submeter ao regime de contratação por considerarem um serviço “indigno de seu status como homens livres” (SEIBERT, 1997, p.174, tradução nossa¹⁹). Os angolares dedicavam-se à pesca e a serviços específicos de corte de árvores e transporte de cacau para os fazendeiros portugueses. Os forros, por outro lado, ocupavam funções em escritórios, oficinas e instalações sanitárias, que pertenciam quase exclusivamente a empresas portuguesas; a elite forra mantinha-se pela agricultura familiar ou por funções inferiores na administração colonial, semelhantes a um funcionalismo público (SEIBERT, 1997; LORENZINO, 1996).

Devido ao passado histórico de escravidão/libertação, os forros eram os únicos negros que possuíam pequenas porções de terra; além disso, devido à cultura crioula, portavam-se com certa superioridade. Já os tongas não podiam nem sequer cultivar a terra livremente (SEIBERT, 1997, p.174). Essa estratificação na sociedade santomense evidenciava uma certa tensão étnico-racial. Os forros viviam sob a ameaça de serem forçados ao trabalho nas roças e de terem suas terras doadas aos contratados, principalmente, quando é suspenso o recrutamento de trabalhadores angolanos (em 1950). Os colonos começam a atribuir as condições precárias dos contratados à falta de cooperação dos forros (SEIBERT, 1997, p.175). Já os contratados conservavam uma imagem ruim dos forros. A informante [MC_AMENAF1], por exemplo, recorda: “Então aqui quando gente fala também vocês é foro, nõ presta. Então... aqui há briga”. Cadbury (1910, p.22, tradução nossa²⁰) declara que os forros eram “insolentes, preguiçosos e sem lei”, além de os responsáveis pelos roubos às fazendas.

Diante desse quadro, no ano de 1945, Carlos de Souza Gorgulho assume como governador da ilha com um plano de governo que dificultaria o trabalho dos forros e melhoraria as condições de trabalho dos contratados com o objetivo de atrair os nativos às roças. Após uma série de acontecimentos, prorrope o Massacre de Batepá em 1953, com a prisão/morte de

¹⁹ “indigne de leur statut d’hommes libres”.

²⁰ “insolent, lazy, and lawless”.

muitos forros. Essa tragédia expôs o fato de que tanto os forros, os angolares e os tongas como os contratados foram alvo das ações divisionistas dos portugueses para impedir a mobilização nacional contra a exploração e em prol da independência. Começa a brotar a partir de então um sentimento nacionalista que culminou, em 1972, na formação do grupo de orientação marxista Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), na independência em 1975, com a nacionalização das roças. Como aconteceu em todas as colônias portuguesas, não houve um processo responsável de descolonização; os portugueses apenas abandonaram o arquipélago e deixaram para que o próprio país se reconstruísse.

O tipo de ocupação da ilha, a separação nas senzalas conforme o país de origem, o isolamento socio-geográfico de algumas roças e comunidades, bem como as repressões dos colonizadores quanto ao uso das línguas identitárias, o crioulo santome (ou forro) e o angolar, cooperaram para que STP se tornasse uma nação dividida. A informante [MC_CECIF3] confirma: “São Tomé passô muitos problemas. É havia, bê até agora há essa divisão, de roças. Uma etnia não quer com, tá ligado com outra, outra etnia não quer ir com outra, outra”. A polarização que havia entre os núcleos urbanos e rurais só foi amenizada com o desenvolvimento nas áreas de educação (a partir de 1940), com a introdução das mídias (da rádio, em 1949 e da televisão, em 1982), com os investimentos em infraestrutura (saneamento básico e construção de estradas) e, mais tarde, com as políticas de nacionalização pós-independência (FIGUEIREDO, 2012, p.46). Os tongas, que viviam restritamente nas roças, começaram gradualmente a se reintegrar à sociedade, ou se diluir, através da mestiçagem (GONÇALVES; HAGEMEIJER, 2015, p.90).

Como parte desse processo de nacionalização, a língua portuguesa foi instituída como língua oficial. Logo, São Tomé, que no tempo colonial vivia um contexto de diglossia estável, em que o português pertencia à alta sociedade e o forro à baixa, passou a compor uma diglossia instável. As línguas nacionais, que eram faladas pela maioria da população até o final do séc. XX, foram superadas pela língua portuguesa, que já ocupa todos os espaços (GONÇALVES; HAGEMEIJER, 2015, p.91-92). Por causa da ascensão social dos filhos da terra, o crioulo santomense se difundiu a outros grupos, tornando-se o crioulo mais falado no país (LORENZINO, 1996, p.3). A situação mais recente foi comprovada no recenseamento de 2012, feito pelo Instituto Nacional de Estatística da República Democrática de São Tomé e Príncipe, que aponta que 98,4% da população fala o português, 36,2% fala o forro e apenas 6,6% fala o angolar (INE, 2012).

Nesse sentido, a segunda fase de contatos vivenciados em STP, que vai do início das contratações até a generalização da língua portuguesa, configurou uma *Transmissão*

Geracional Irregular de menor intensidade, que resultou não em línguas crioulas, mas em variedades da língua portuguesa reestruturadas, em diversas comunidades rurais, como é o caso das duas comunidades analisadas neste trabalho, Monte Café e Almoxarife.

2.2 A ROÇA MONTE CAFÉ

Localizada na região de Mé-Zóchi, a grande roça Monte Café, uma ex-empresa agrícola portuguesa, produz cacau e café e é considerada uma das roças mais importantes de São Tomé. Na época colonial, a partir de meados do século XIX, cada roça contratava trabalhadores africanos de origens variadas e cada uma era conhecida pela língua africana usada. Em Monte Café, assim como em Água Izé e Agostinho Neto, predominam os tongas descendentes de angolanos, falantes, principalmente, do umbundu (ROUGÉ, 1992).

O contexto de aquisição em MC foi bastante peculiar. Segundo Baxter (2002, p. 11-14), houve crianças de pais africanos, cuja L1 era a língua africana dos pais, que aprendiam o português como L2 através do contato com os adultos administradores no campo ou no quintal²¹ e com os adultos africanos e tongas nas senzalas. Por outro lado, houve crianças de casais tonga+africano(a), que aparentemente adquiriram a língua africana, juntamente com o português, a partir dos DLP fornecidos pelos tongas e pelos angolanos. O regime contratual contínuo tornou esse contexto ainda mais complexo já que, de tempo em tempo, contratavam-se novos trabalhadores e, conseqüentemente, crescia o número de adultos falantes de um estágio inicial de português-L2.

A separação étnica dos contratados nas senzalas contribuiu, num primeiro momento, para a conservação do umbundu, uma língua comum entre a maioria dos trabalhadores. Contudo, a contratação de serviçais de Moçambique e Cabo Verde (entre 1901 e 1974), falantes de kimbundu e crioulo caboverdiano, línguas tipologicamente próximas do umbundu, mudou a dinâmica de contatos e, por isso, o umbundu começa a sofrer o atrito referido por Lorenzino (2015). Os recursos linguísticos disponíveis para a expansão do MFIC provinham, então, da língua portuguesa, nas relações com capatazes e administradores da roça; do umbundu, L1 língua predominante entre os trabalhadores; do kimbundu e do caboverdiano.

Inconscientemente, os serviçais participavam de um processo de aquisição de L2 que os tornou, inicialmente, bilíngues em umbundu e [uma variedade do] português. Porém, a ideia de que as línguas africanas eram “pesadas”, i.e., difíceis de se aprender, fez com que o umbundu

²¹ Lugar onde as crianças de mais ou menos oito anos eram reunidas sob a supervisão de um adulto africano ou tonga.

fosse eliminado aos poucos nas comunidades ao ponto de, atualmente, não se registrarem falantes de umbundu no país (INE, 2012). Há, portanto, quatro razões principais para o fato de o português ter se estabelecido de forma generalizada em MC e não o crioulo santome: (i) os tongas não mantiveram contato com os forros no séc. XX (BAXTER, 2002, p.11); (ii) o uso do crioulo na roça era proibido (ROUGÉ, 1992, p.173); (iii) o santome e o umbundu não se aproximam tipologicamente; e (iv) houve um esforço para unir os grupos de São Tomé através da língua portuguesa (LORENZINO, 1996, p.14).

Em resumo, estiveram à disposição aí, ao longo de várias gerações, além do umbundu [do kimbundu, do makhua e outras línguas de Moçambique], e em menor grau do kimbundu e do caboverdiano]²², diferentes modelos da língua portuguesa: o PE moderno (possivelmente regional e simplificado, e não necessariamente metropolitano²³), falado pelos administradores (BAXTER, 2002, p.20), o português-L2 dos adultos contratados e o português-L1 dos tongas. O resultado desse contexto foi uma variedade diferente do português estandar ensinado nas escolas: o Português dos Tongas. “Devido a todas as alterações que a independência desencadeou, hoje não restará muito do português dos tongas, mas o seu legado linguístico contribuiu para o que é hoje a variedade de português de São Tomé e Príncipe” (GONÇALVES; HAGEMEIJER, 2015, p.90).

2.3 A COMUNIDADE DE ALMOXARIFE

A comunidade de Almojarife está localizada numa baía no distrito de Cantagalo, cuja sede administrativa é a pequena cidade de Santana, uma localidade que foi ocupada inicialmente por 150 forros que compunham a aristocracia no início do séc. XIX e se mantinham pela agricultura de subsistência. A comunidade manteve-se isolada pela ausência de rede de transporte até a capital São Tomé e pela falta de rede elétrica que dificulta o acesso à televisão, por exemplo. A língua predominante nesta comunidade era o forro (ou santome), entretanto, o prestígio da língua portuguesa, o estigma em torno do crioulo e a escolarização cooperaram para que fosse a língua portuguesa amplamente difundida às gerações mais novas de Almojarife.

²² Os serviçais angolanos constituíam o núcleo da população de trabalhadores, sendo contratados inicialmente a partir da década de 1860. Os moçambicanos e os caboverdianos chegaram principalmente no século XX. Cabe sublinhar também, que cada etnia era alojada separadamente. Os moçambicanos eram principalmente homens, não formavam núcleos familiares, e geralmente regressavam ao seu país depois do contrato (BAXTER, 2002). Houve casos individuais de tongas que aprenderam a língua de um outro grupo, mas essa não chega a ser a regra geral da comunidade.

²³ Em 2001, numa visita a Portugal, Alan Baxter descobriu que a maioria desses portugueses era do centro norte de Portugal; muitos da região de Viseu.

Em Almocharife, verificou-se uma aquisição do português como L1 e como L2, a partir do português-L1 ou L2 dos pais, configurando ao longo do tempo um “continuum linguístico”, diferentemente das roças, as quais vivenciaram “ondas de contato” (BAXTER, 2002, p.15; FIGUEIREDO, 2008, p.24) e renovações da população estrangeira, que lhes gerava múltiplos modelos de português-L2 para aquisição. Por este motivo, o português reestruturado de Almocharife conserva marcas crioulizantes devido ao seu isolamento e às situações evidenciadas no censo de 1970: o fato de os mais jovens terem abandonado a região em busca de melhores condições de vida e a distribuição díspar entre homens e mulheres ao longo de uma geração.

2.4 POR QUE ESTUDAR ESSAS COMUNIDADES?

Como MC vivenciou “ondas de contato” e AL “um continuum linguístico”, uma comparação entre essas comunidades fornece um material interessante para a discussão sobre o contexto de contato: as novas configurações linguísticas resultantes do contato seriam fruto de influências substratais ou dos processos mentais e cognitivos próprios da aquisição de L2?

Hipoteticamente, o que já se podia esperar era que as realizações linguísticas de AL seriam menos inovadoras em relação a MC. Além disso, em AL, seriam mais visíveis estruturas do PE uma vez que (i) durante a aquisição, estaria claro que essa era a LA e (ii) mediante a escolarização, estariam em relevo os modelos de prestígio dessa língua. Por outro lado, em MC, seriam mais evidentes as marcas da língua de substrato já que as ondas de contato em MC tornariam mais difícil para as novas gerações identificar qual a LA e qual modelo linguístico adotar (lembrando que não somente conviviam nessa comunidade línguas diferentes, mas também versões diferentes de uma mesma língua).

Nesse sentido, o estudo sobre MC e AL permite comparações produtivas com estudos sobre o mesmo fenômeno, realizados em comunidades brasileiras: Zona da Mata Mineira (SCHER, 1996); Rio de Janeiro (GOMES, 1996); Goiânia (NASCIMENTO, 2009); comunidades afro-brasileiras (LUCCHESI; MELLO, 2009). Além disso, são possíveis comparações com algumas variedades africanas do português, que podem fornecer pistas sobre a contribuição dos substratos africanos em contato com o português: Moçambique (GONÇALVES, P., 1990) e STP (GONÇALVES, R., 2016). Essas comparações vão ao encontro da proposta de Petter (2009, 2015) sobre a existência de um continuum afro-brasileiro. Como hipótese, podia-se propor que as variedades [africanas] de português estudadas aqui “estariam manifestando um estágio [...] de variação mais intensa, e em que o português

brasileiro já apresentaria maior estabilidade, fruto de um período de variação mais antigo, que se teria desenvolvido em mudança, pela adoção de uma das variantes (PETTER, 2009, p.209).

Portanto, diante do que foi exposto nesse capítulo, pode-se dizer que o presente estudo, embora não constitua um de seus objetivos, fornece situações de laboratório para avaliar fenômenos brasileiros já que o contexto sócio-histórico das roças em S. Tomé e da comunidade semi-isolada de Almoxarife reflete em certa medida situações de contato vividas no Brasil; algumas delas discutidas em Lucchesi (2008, 2012), em Lucchesi e Baxter (2006) e em Lucchesi et. al. (2009).

MAPA DO INVENTÁRIO 2013



Localização aproximada da Comunidade de Almojarife



Ilha de São Tomé

- | | | |
|---|---|---|
| <p>LEMBÁ</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 SANTA CATARINA 2 BRIGOMÁ 3 SÃO JOÃO 4 LEMBÁ 5 PONTA FURADA 6 DIOGO VAZ 7 ESPRAÍNHA 8 MULUNDO 9 RIBEIRA FUNDA PRAIA 10 RIBEIRA PALMA 11 RIBEIRA PALMA PRAIA 12 ROSEMA 13 SANTA TERESA 14 RIO LEÇA 15 PONTA FIGO 16 GENEROSA 17 MONTE FORTE | <p>LOBATA</p> <ul style="list-style-type: none"> 18 BOA ENTRADA 19 RIO DO OURO 20 FERNÃO DIAS 21 CANAVIAL 22 SANTA LUZIA 23 SANTA CLARA 24 CALDEIRAS 25 BOA ESPERANÇA 26 CHAMICO 27 ÁGUA SÁMPIO 28 POISO ALTO 29 VÁLLE FLÖR 30 FERREIRA GOVERNO 31 ÁGUA CASADA 32 BELA VISTA 33 MESQUITÁ 34 GRATIDÃO 35 VILA BRAGA | <p>36 SANTARÉM-CANTANHEDE /SANTO ANDRÉ</p> <ul style="list-style-type: none"> 37 SANTARÉM ARAÇÃO 38 MAIAÇO 39 PRAIA DAS CONCHAS 40 PLANÇAS I 41 PLANÇAS II <p>ÁGUA GRANDE</p> <ul style="list-style-type: none"> 42 PRAIA NAZARÉ 43 PRAIA LACARTO |
|---|---|---|

- | | | | |
|---|---|---|---|
| <p>MÉ-ZÓCHI</p> <ul style="list-style-type: none"> 44 MONTE MACACO 45 VISTA ALEGRE 46 RIO LIMA 47 SANTA MARGARIDA 48 PRADO 49 BENFICA 50 QUELUZ 51 BOA NOVA 52 PEDRA MARIA 53 MONTE CAFÉ 54 NOVO DESTINO 55 BEMPOSTA 56 NOVA MOKÁ 57 SAUDADE 58 SÃO JOSÉ 59 BENFICA 60 SANTY 61 SÃO NICOLÁU 62 SANTA FÉ | <ul style="list-style-type: none"> 63 SANTA CLARA 64 MILAGROSA 65 SANTA LUZIA 66 SANTA ADELAIDE 67 JAVA 68 BOMBAIM 69 ABADE 70 ÁGUAS BELAS 71 LAURA 72 VITÓRIA QUILEMBÁ 73 AMPARO II | <p>CANTAGALO</p> <ul style="list-style-type: none"> 74 CLARA DIAS 75 UBA-BUDO PRAIA 76 PEDROMA 77 UBA-BUDO 78 GUE-GUÉ 79 PINHEIRA 80 MESTRE ANTÓNIO 81 SANTA CLOTILDE 82 ÁGUA-IZÉ 83 NOVA OLINDA 84 MATO CANÁ 85 BERNARDO FARO 86 MONTE BELO 87 ALTO DOURO 88 MENDES DA SILVA 89 ANSELMO ANDRADE 90 CARIDADE 91 COLÓNIA AÇOREANA 92 SANTA CECÍLIA | <ul style="list-style-type: none"> 93 MICONDÓ 94 AMPARO I 95 CLAUDINO FARO <p>CAUÉ</p> <ul style="list-style-type: none"> 96 SÃO JOÃO DE ANGOALARES 97 SOLEDADE 98 VILA JOSÉ 99 RIBEIRA PEIXE |
|---|---|---|---|

EQUADOR

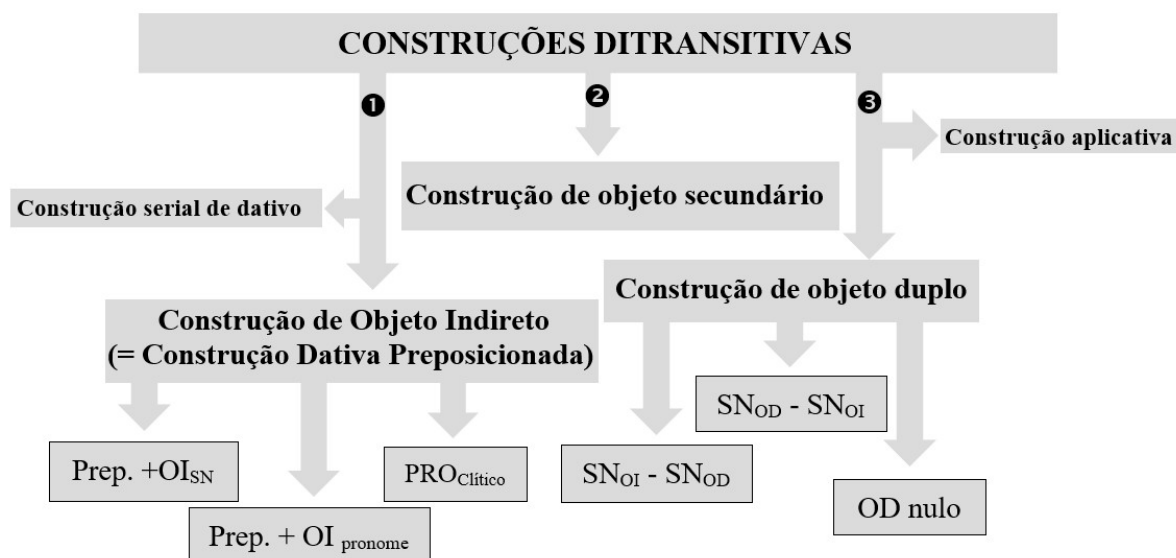
3 O FENÔMENO LINGUÍSTICO

Este capítulo discute o fenômeno linguístico em questão. A seção 3.1 apresenta as construções ditransitivas e suas possíveis representações entre as línguas do mundo. A seção 3.2 aponta a definição de construção dativa e discute alguns aspectos relacionados, principalmente, à classificação dos verbos bitransitivos. As seções 3.3, 3.4 e 3.5 apresentam as construções dativas que estão registradas na língua portuguesa, indicando, quando possível, suas especificidades nas variedades do português faladas em Portugal, no Brasil e nos países africanos de língua portuguesa.

3.1 A CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA DAS CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS

“Uma construção ditransitiva é definida aqui como uma construção que consiste em um verbo (ditransitivo), um argumento de agente, um argumento do tipo receptor [ou beneficiário] e um argumento temático” (MALCHUCOV; HASPELMATH; COMRIE, 2007, p.2, tradução nossa²⁴). A comparação da propriedade semântica dos argumentos (agente, paciente, tema e alvo/beneficiário) entre as construções monotransitivas e as ditransitivas delimita um tipo de alinhamento, que, por sua vez, classifica as línguas do mundo tipologicamente. O diagrama 3 a seguir sintetiza as diferentes estruturas possíveis para a construção ditransitiva:

Diagrama 3- Distribuição das construções ditransitivas



Fonte: Autoria própria.

²⁴ “A ditransitive construction is defined here as a construction consisting of a (ditransitive) verb, an agent argument (A), a recipient-like argument (R), and a theme argument (T)”.

O alinhamento indireto, representado no diagrama pelo símbolo ❶, inclui as línguas que exibem o beneficiário e o paciente [nas construções monotransitivas] distinguidos estruturalmente do tema. Esse é o caso da língua portuguesa. Considere-se a construção monotransitiva no exemplo (1) e a ditransitiva no exemplo (2):

- (1) [João]_{Agente} abraçou [Raquel]_{Paciente} .
 (2) [João]_{Agente} deu [o pastel]_{Tema} [a Joaquim]_{Beneficiário} .

É perceptível que o beneficiário em (2), que possui o Caso dativo, se apresenta precedido pela preposição *a*, distinguindo-se estruturalmente do paciente em (1) e do tema em (2), que se expressam por meio de um sintagma nominal (doravante SN) sem qualquer marcador de Caso acusativo, compondo, assim uma *construção dativa preposicionada* (doravante CDP).

No processo de constituição de muitas línguas pidgins e crioulas, pode ocorrer um processo de gramaticalização, em que um verbo ditransitivo prototípico passa a ser usado como preposição introdutória do beneficiário e/ou destinatário. Assim, nesse mesmo alinhamento indireto, tem-se a *construção serial de dativo*, encontrada, por exemplo, nos três crioulos santomenses (MAURER, 2013).

O alinhamento secundário, representado no diagrama pelo símbolo ❷, inclui as línguas que distinguem apenas o tema em relação aos demais argumentos, formando uma *construção de objeto secundário*. Tais sentenças ditransitivas possuem uma estrutura que pode ser representada literalmente por “Eu dei João com livro”, mantendo-se a noção de transferência. (HASPELMATH; MICHAELIS, 2013, tradução nossa²⁵).

Por fim, o alinhamento neutro, representado no diagrama pelo símbolo ❸, inclui as línguas que não fazem distinção estrutural entre beneficiário, paciente e tema, compondo uma *construção de objeto duplo* (doravante COD). Nesse caso, tanto o tema como o beneficiário se apresentam sem marcação de caso e sem indexação no verbo, ou então indexados ao verbo com o mesmo marcador que o paciente. Assim, a ordem das palavras ou o contexto podem ser os principais fatores para a identificação dos papéis temáticos e das entidades envolvidas na ação. O inglês, o holandês e as línguas bantu, por exemplo, apresentam esse tipo de construção (MALCHUCOV; HASPELMATH; COMRIE, 2007).

Algumas línguas que possuem esse mesmo tipo de alinhamento expressam suas construções ditransitivas como *construção aplicativa*, uma instância particular da COD, que

²⁵ “If the theme receives special marking, and the recipient is coded like the monotransitive patient, we are dealing with a secondary-object construction (something like ‘I gave John with book’, cf. monotransitive ‘I saw John’)”

resulta de uma construção transitiva básica, a que se lhe adiciona um objeto beneficiário sem nenhuma distinção morfológica, geralmente, por meio de um morfema indexado ao verbo. De maneira simplificada, seria o resultado da expansão da grade argumental do verbo em questão. Essas construções são mais comuns em línguas que possuem pouca marcação de Caso no SN e morfologia rica, por exemplo, as línguas bantu (POLINSKY, 2013).

É possível observar no *World Atlas of language structures* (HASPELMATH, 2013) e no *Atlas of pidgin and creole language structures* (MICHAELIS et. al., 2013) que é mais comum que cada língua realize apenas um tipo de construção. Entretanto, há casos de alternância, em que o mesmo verbo pode ocorrer com diferentes construções com aproximadamente o mesmo significado; as línguas que apresentam essa “mistura” correspondem a 40 das 378 línguas catalogadas por esses autores. Embora a língua portuguesa esteja incluída entre as línguas de construções de objeto indireto, como já se disse, há trabalhos que apontam para a presença da *alternância dativa*, que ocorre entre a CDP e a COD, em algumas de suas variedades brasileiras e africanas.

3.2 AS CONSTRUÇÕES DATIVAS DE VERBOS BITRANSITIVOS

Neste trabalho, foram denominadas *construções dativas* todas as sentenças ditransitivas compostas por um sujeito (agente), um verbo bitransitivo, um objeto direto (tema) e um objeto indireto (alvo/beneficiário/fonte). Dessa forma, são construções dativas tanto a CDP como a COD uma vez que, independentemente de como o dativo se apresenta [preposicionado ou não] se mantém a relação sintático-semântica apontada. Observe-se que, inicialmente, se está apresentando uma definição baseada na presença/ausência de elementos, e não na noção de transferência de posse ou na estrutura sintagmática específica de cada componente da construção, embora essas noções possam ser deduzidas a partir do que está posto.

A frase *Levei o carro para a oficina*, por exemplo, é ditransitiva pelo fato de o verbo selecionar dois argumentos internos, [o carro] como objeto direto (doravante OD) e [para a oficina], que é um locativo, portanto, um objeto oblíquo. Porém, não corresponde a uma construção dativa justamente pela ausência do objeto indireto (doravante OI): elemento da oração que se torna alvo da ação do verbo ou beneficiário/fonte do objeto-tema em questão. Por outro lado, o fato de o elemento alvo/beneficiário/fonte estar presente numa oração não garante que esta seja uma construção dativa. Na frase *Maria bateu em seu filho*, por exemplo, o sintagma [em seu filho] corresponde à entidade alvo da ação, porém não se trata de uma

construção dativa pela ausência do verbo bitransitivo, que, conseqüentemente, selecionaria mais um argumento interno, o OD (tema).

Nesse sentido, está claro que as construções dativas são possíveis apenas com verbos bitransitivos (doravante VBT), para os quais Malchucov, Haspelmath e Comrie (2007, p.2) propuseram três grupos. Abaixo apresenta-se tal proposta, incluindo algumas subdivisões como uma atualização da proposta de Lucchesi e Mello (2009, p.443):

- a) verbos que pressupõem uma transferência física
 - Benefativos: indicam a transferência de posse material de um agente para um beneficiário/destinatário (*dar, entregar, doar, emprestar, pagar, ceder, passar*).
 - Dativos de posse: indicam a transferência de posse material de uma fonte para um agente (*roubar, arrancar, tirar, tomar*).
 - De condução: indicam a transferência de posse material de um agente para um beneficiário/destinatário, associada à ideia de movimento (*levar, mandar, transportar, encaminhar, despachar, conduzir, trazer*).
- b) verbos que pressupõem uma transferência mental
 - *Dicendi*: remetem ao ato comunicativo (*contar, dizer, perguntar, falar, responder, explicar, agradecer, avisar, alertar, ensinar*).
- c) verbos que pressupõem uma transferência menos central
 - De transferência: indicam uma transferência futura, em que não se pode garantir a concretização do ato de transferência do agente para o beneficiário (*oferecer, deixar, reservar, caber, distribuir, prometer, permitir, dividir*).
 - De solicitação: indicam a solicitação para uma transferência de posse, mas não indicam o ato de transferência propriamente dito (*pedir, encomendar, solicitar*).

Rappaport-Hovav e Levin (2008), ao discutir a alternância dativa no inglês, propôs uma classificação para os VBT: os *core dative verbs*, que são aqueles que causam posse e que, portanto, solicitam um OI receptor (RAPPAPORT-HOVAV; LEVIN, 2008, p.149), e os *non-core dative verbs*, que causam posse e pressupõem o movimento (ou trânsito) do tema até um OI meta (Ibid., p.154). Essa classificação, utilizada por R. Gonçalves (2016) em seu estudo sobre as construções ditransitivas no português de São Tomé, se baseou (i) na frequência de uso desses verbos no discurso; e (ii) no tipo de regência pelas preposições *to* e *for* do inglês. Os autores reconhecem, no entanto, que “a explicação proposta deve ser corroborada

empiricamente por meio de um estudo de *corpus*” (Ibid., p.159, tradução nossa²⁶). Neste trabalho, essa proposta foi testada com base nos usos desses verbos pelas comunidades analisadas e o resultado foi discutido no capítulo 5.

Note-se que não foram incluídos nessas discussões os verbos existenciais, os *faciendi* e os leves, como propõem Lucchesi e Mello (2009). Entende-se que, assim como em determinados contextos os VBT são usados como transitivos (ver seção 3.3), em outros contextos, são os verbos transitivos usados como bitransitivos, ao lhe ser acrescentado um beneficiário. Nesse caso, formam-se construções dativas do tipo existencial ou do tipo *faciendi*, as quais seguem, respectivamente, o seguinte modelo: “ter/existir/faltar/haver algo para alguém” e “fazer algo para alguém”. Este último é o mais produtivo pelo fato de o verbo poder ser substituído por uma série de outros verbos: “comprar algo para alguém, preparar algo para alguém, pagar algo para alguém, olhar (cuidar) para, arar para, resolver para, pegar para, liberar, receber, tirar, arrumar, copiar, procurar, colocar, costurar, arranjar” (LUCCHESI; MELLO, 2009, p.443).

É bem verdade que tais classificações nem sempre são transparentes. Lucchesi e Mello (2009, p.443), em nota de rodapé, apontam a diferença entre *João pagou o aluguel ao locador* e *João pagou o aluguel da casa para a irmã*, indicando que, na primeira frase, o verbo é benefativo e, na segunda, *faciendi*. Tal distinção, entretanto, só é possível fazer pelo uso na primeira frase da norma padrão na expressão do OI (introduzido pela preposição *a*) e pelo uso do item lexical “locador”, bastante restritivo. Entretanto, se a frase fosse *João pagou o aluguel para minha irmã*, apenas o contexto específico poderia esclarecer se [minha irmã] corresponde ao receptor e beneficiário do valor do aluguel ou apenas ao beneficiário da ação em questão.

Registra-se, assim, o desacordo com a proposta de Brito (2009) de que os argumentos acrescentados não seriam verdadeiros por serem não-argumentais, ou seja, por não fazerem parte da grelha argumental do verbo. Defende-se que, nos casos das construções existenciais e *faciendi*, os OI são verdadeiros porque obedecem à definição proposta no § 2º da seção 3.2. Além disso, a distinção proposta por Brito (2009) não possui nenhuma implicação sintática relevante para a presente abordagem.

Por outro lado, está o caso dos verbos leves, que possuem uma relação semântica com OD muito estreita ao ponto de poder constituir com ele uma lexia composta. Sintaticamente, esses verbos compõem um predicado complexo, cujos “dois elementos [o verbo leve e o nome] participam na formação da estrutura argumental e na atribuição dos papéis temáticos, através

²⁶ “Although our proposed explanation needs to be corroborated empirically through a corpus study, we believe that it is plausible”.

da combinação das suas estruturas temáticas” (GONÇALVES et. al., 2010, p.450). Brito (2009) defende que o OI não funciona com esse tipo de verbo porque “o complemento a+SN é selecionado pelo próprio N deverbal” (p.150). Entretanto, o fato de a seleção do argumento dativo ser feita pela combinação <verbo leve + SN> não interfere nas propriedades sintático-semânticas da construção dativa resultante. Assim, o OI também é legítimo porque corresponde à definição proposta no § 2º da seção 3.2.

O fato de haver nos *corpora* estudados construções com verbos leves tanto na ordem Vleve+OD+OI (*paga contribuições ao stados-* AL_ABILH2), como na ordem Vleve +OI+OD (*deu essa mulher purada-* AL_ANTOM1) são uma mostra de que:

Esses verbos leves comportam-se como predicado na medida em que possuem sua própria estrutura de argumento, preservam o significado lexical central de seu verbo principal correspondente e exibem algumas alternâncias sintáticas do mesmo tipo que os verbos principais exibem (DUARTE et. al., 2010, s/n, tradução nossa²⁷).

Em outras palavras, se nos *corpora* estudados há algum condicionamento sintático em relação à ordem dos argumentos internos na construção dativa, os verbos leves também lhe estão sujeitos (ver seção 5.1.1). Ademais, é importante pôr em relevo que nem todo verbo leve pode compor uma construção dativa por uma razão simples: é necessário que o verbo pleno correspondente esteja incluído em uma das classes de VBT já apontadas. Semanticamente, o que ocorre são interseções entre os domínios conceituais do verbo pleno e do SN em questão, logo as transferências indicadas pelo verbo leve são metafóricas²⁸. Portanto, há verbos leves que [metaforicamente] indicam, por exemplo, transferência de posse (*dar técnica, dar pancada, dar bolo, dar tiro, dar de comer, dar a posse da terra...*), ato comunicativo (*dar conselho, dar indicação, deitar culpa...*), transferência menos central (*fazer promessa*) e solicitação (*pedir desculpa, solicitar silêncio...*).

Apresentadas as questões preliminares, propõe-se o quadro 2 com as representações possíveis para o OI no âmbito das construções ditransitivas, as quais serão exploradas nas seções 3.3, 3.4 e 3.5 mais adiante.

²⁷ “These light verbs behave like predicates insofar as they have their own argument structure, preserve the core lexical meaning of their corresponding main verb and exhibit some syntactic alternations of the same kind as the ones main verbs exhibit”.

²⁸ Cf. Lakoff e Johnsen (2003).

Quadro 2- Representações para o OI na Língua Portuguesa

		Estrutura sintática	Exemplos
<i>Construções Dativas preposicionadas</i>	OI com preposição	Prep. + SN	(3a) João deu o livro a/para Raquel.
		Prep. + Pronome	(3b) João deu o livro a/para ela.
<i>Construções com Clítico Dativo</i>	OI clítico	Pré-verbal	(4a) João me deu o livro.
		Pós-verbal	(4b) João deu-me o livro.
		Com redobro	(4c) João deu-lhe o livro a ela.
<i>Construções de Objeto Duplo</i>	OI sem preposição	Adjacente ao verbo	(5a) João deu Raquel livro.
		Após o OD	(5b) João deu livro Raquel.
		Com OD nulo	(5c) João deu Raquel [o livro].
<i>OI Nulo: Inferido pelo contexto</i>			(6) João disse que ganhamos o jogo.

3.3 CONSTRUÇÕES DATIVAS PREPOSICIONADAS

As discussões sobre a configuração da CDP entre as variedades da língua portuguesa giram em torno, principalmente, do tipo de preposição utilizada para introduzir o dativo. Bechara (2009, p.348) aponta que o objeto indireto é “introduzido apenas pela preposição ‘a’ (raramente ‘para’)”. No PE, de fato, a preposição *a* é a única capaz de expressar posse direcionada entre o OI e o OD. O sintagma *para Raquel* na sentença (3a) é um complemento oblíquo [e não um OI], assim como em *João deu a Elias um livro para Raquel*; isso porque Raquel, nos dois casos, não teria a posse do livro e, portanto, não seria a beneficiária (MORAIS, RIBEIRO; FERREIRA, 2008, p.108). Entretanto, essa situação não reflete a realidade de outras variedades da língua portuguesa sobre as quais se tem conhecimento. Em relação ao PB, Morais, Ribeiro e Ferreira (2008, p.109) afirmam que

[...] Do ponto de vista da variação e mudança, os estudos sobre o PB têm apontado para o uso cada vez mais freqüente da preposição *para / de* em lugar de *a*, com verbos ditransitivos em que o argumento dativo é interpretado como *meta/ recipiente* ou *fonte/origem*. No que diz respeito ao argumento *meta/recipiente*, as realizações da preposição *a* variam segundo a origem geográfica do informante; em todos casos, contudo, há predomínio da preposição *para* [...]

Portanto, registram-se no PB (i) a perda da preposição *a* [incorporada à fala somente através da escolarização] e (ii) a expansão do uso da preposição *para*, inclusive nos contextos

em que no PE não se obtém o sentido de beneficiário, como em (3a). Além disso, quando se trata de uma construção dativa de posse, enquanto no PE mantem-se a prevalência da preposição *a*, no PB, a preposição *de* é a única capaz de expressar o sentido de fonte do OI:

(7) [João]_{Agente} roubou [o relógio]_{Tema} [a/de Pedro]_{Fonte} (PE/PB)

A respeito do português angolano, Chavagne (2005), embora não trate especificamente do OI, apresenta uma análise do ponto de vista dialetológico que notifica o uso generalizado da preposição *em* com verbos benefativos (ou, como diz o autor, atributivos), como em “deu na mãe a outra metade” (ibid., p. 225). Está posto, portanto, que “no português de Angola, a estratégia dominante é a CDP encabeçada pela preposição *em*” (GONÇALVES, R., 2016, p.31).

Em Moçambique, o português é falado como L2 pela maioria da população e, por isso, o OI passa por três configurações distintas ao longo da aquisição: primeiramente, o moçambicano adquire o OI sem preposição e “com a exposição a mais dados da língua-alvo, surgem as variantes *a* e *para* na introdução de complementos dativos” (OLIVEIRA, 2008, p.106). Quanto ao português de STP, “há uma generalização do uso da preposição *para* em detrimento da preposição *a* tanto com os chamados *non-core dative verbs* como com os *core dative verbs*” (GONÇALVES, R., 2016, p.182); a preposição *a* é preferida apenas quando se trata de um NP pronominal (Ibid., p.190).

Quanto ao português falado em Cabo Verde, Alexandre (2018) registra o apagamento da preposição *a* em casos como “Primeiro amarras o macaco os pés e os mãos” (p.154); o uso da preposição *para* como introdutora do OI, exemplificado em “O sobrinho arrancou um pé de mandioca e deu para o lobo” (p.154) e a presença de COD como em “O lobo pediu o macaco um figo” (p.155). Quanto ao português em Guiné-Bissau, não se encontraram dados a respeito das configurações do OI. Faz-se necessário, portanto, um estudo dialetológico que aponte as principais estratégias de representação do OI, que possa orientar estudos sociolinguísticos sobre o contexto de variação (se é que existe) no âmbito das construções dativas nessas variedades.

3.3.1 Construções com Clítico Dativo

Optou-se por distinguir a construção com clítico dativo (doravante CCD) como um subtipo da CDP porque, de maneira simplificada, ambas estão em correspondência e, em geral,

são intercambiáveis; ou seja, a CCD é uma instância particular da CDP. Em geral, as discussões sobre as CCD estão pautadas no quadro de pronomes e na cliticização de cada variedade.

No PE, a forma mais produtiva é a CCD, logo todos os casos de CDP podem ser expressos por um clítico na posição pós-verbal, conforme a regra de cliticização da variante europeia. O clítico aparece também com redobro, como forma de contraste, como em (4c), acompanhado obrigatoriamente da partícula *a ele*, *a ela*, *a eles* ou *a elas*. Vale ressaltar que tais partículas só aparecem no PE no caso de clítico com redobro, logo são agramaticais sentenças semelhantes a (3b). Os exemplos (8a) e (8b), extraídos de Morais (2008, p.252), assim como o exemplo (8c), apontam as possibilidades para alternância no PE:

- (8) a. “A Maria fez um jantar aos convidados”.
- b. “Fez-lhes um jantar”.
- c. Fez-lhes um jantar a eles.

Quando se trata do PB, a característica distintiva em relação ao PE vai além da posição pré-verbal dos clíticos, como em (4a). Como demonstram os exemplos (9), retirados de Perini (2010, p.118), a CDP e a CCD são intercambiáveis e o clítico com redobro aparece de forma ocasional numa estrutura diferente do PE, acompanhada do complemento com *para*.

- (9) a. “Eu vou te contar uma história incrível”.
- b. “Eu vou contar para você uma história incrível”.
- c. “Eu vou te contar para você uma história incrível”.

Segundo Bechara (2010, p.38), “o registro formal, principalmente escrito, difere do registro informal, por preferir aquele o uso do pronome átono como complemento verbal [em 9a] em vez do pronome tônico preposicionado [em 9b]”. A oposição que o gramático estabelece entre *formal* e *informal*, na verdade, deve ser entendida como *padrão* e *não-padrão*. Contrastivamente, no PB, sentenças como (9b) não são variantes diafásicas, como indicou Bechara, mas as mais produtivas na língua falada e escrita (MORAIS, 2006, p.263); o que aponta para uma possível mudança em progresso. Diferentemente das outras línguas românicas, que são ricas em clíticos com Caso inerente (isso inclui o PE), o quadro de pronomes do PB sofreu alterações relevantes que afetam diretamente a configuração das construções dativas:

- (i) a perda dos clíticos de 3ª pessoa, que levou ao uso dos pronomes retos na função de objeto, como em (3b);

- (ii) o uso de *lhe* como dativo de 2ª pessoa, em variação diatópica com *te*, como em *Ele lhe deu o livro?*

No português de Angola, “o lugar do pronome não obedece a regras precisas. Pode ser colocado indiferentemente antes ou depois do verbo [...] o discurso será cada vez mais angolano quando o pronome ocupar, referente ao verbo, o lugar simétrico a que *lhe* é atribuído pela norma Portuguesa” (CHAVAGNE, 2005, p.248, tradução nossa²⁹). No exemplo (10), segundo a norma europeia, o pronome relativo “que” deveria atrair o clítico para a posição pré-verbal:

- (10) “trabalhadores da rádio que diziam-nos” (Ibid., p.249)

O português de STP apresenta uma oscilação (ou seja, nos mesmos contextos sintáticos, encontra-se ora a próclise, ora a ênclise). Por um lado, o contato direto ou indireto com o forro e o modelo de colocação pronominal do PE parecem exercer influência para a opção pós-verbal; por outro lado, como a variedade santomense não está consolidada, os padrões proclizadores não foram plenamente estabelecidos na aquisição, ao ponto de se encontrar a próclise em contextos em que no PE deveria ser a ênclise, no exemplo (11b) e *vice-versa*, no exemplo (11c) (VIEIRA; VIEIRA, 2018, p. 315-316). Dessa maneira, essa variedade africana apresenta a alternância entre a CDP e a CCD conforme os exemplos a seguir:

- (11) a. “Sempre *digo a eles* que é para esforçar” (GONÇALVES, R., 2016, p. 45)
 b. “as pessoas me olhavam com bons olhos” (VIEIRA; VIEIRA, 2018, p. 290)
 c. “foi nessa base que mandaram-me pra aqui” (Ibid., p.291)

Em comparação ao português de STP, Vieira e Vieira (2018, p.298-309) apontam que também no português de Moçambique se verifica uma instabilidade em relação à colocação pronominal, com certa tendência à ênclise (52% de frequência no *corpus* analisado), como em (12a), mesmo diante de elementos alçadores do clítico, em (12b).

- (12) a. “Deus vai devolver-lhe a saúde” (GONÇALVES, 2005, p. 60).
 b. “posso dizer que deve-se ao professor” (VIEIRA; VIEIRA, 2018, p. 303)

Dessa maneira, observa-se que:

²⁹ "la place du pronom n'obéit pas à des règles précises. Il peut être placé indifféremment avant ou après le verbe [...] le discours sera plus angolais lorsque le pronom occupera, par rapport au verbe, la place symétrique à celle que lui assigne la norme portugaise".

[...] Globalmente, os padrões de colocação dos clíticos nas variedades africanas do português apresentam mais instabilidade do que as variedades portuguesa e brasileira. Ainda assim, parecem aproximar-se mais dos padrões do português europeu do que do português brasileiro, embora sejam necessários estudos quantitativos baseados em *corpora* orais para corroborar esta afirmação (HAGEMEIJER, 2016, p.62).

Essa instabilidade nos PALOP's pode estar associada: (i) ao contato com o PE mais prolongado (observe-se que tais países tornaram-se independentes apenas em 1975); (ii) à difusão/expansão da língua portuguesa, majoritariamente, por meio da aquisição como L2; (iii) ao contato intenso do português com línguas bantas ou crioulas; e (iv) a questões socioeconômicas mais específicas, como a escolarização, a mobilidade social e o acesso às mídias, que de certa forma funcionam como um normatizador.

3.4 CONSTRUÇÕES DE OBJETO DUPLO

Primeiramente, é importante ratificar que, regra geral, as línguas românicas expressam suas construções bitransitivas apenas mediante a CDP. O surgimento da COD na língua portuguesa está restrito a comunidades que possuem uma sócio-história peculiar e pode ser explicado, desde pelo menos duas perspectivas: (i) transferência de parâmetros da língua de substrato; ou (ii) nativização, conforme os universais linguísticos da G.U.

Entretanto, apoiando-se na ideia de Pylkkänen (2002) de que a COD é um tipo específico de construção aplicativa, Cuervo (2003) e Morais (2006) discutem a proposta de que tanto o espanhol como o PE apresentam a COD, sendo o clítico a realização lexical de um núcleo aplicativo. O principal argumento que utilizam é a presença, nessas línguas, de redobro do clítico. Nesse sentido, para esses autores, a CCD seria um tipo de COD. Não se está negando que essas propostas tenham uma coerência teórica capaz de sustentar a própria perspectiva, mas se faz reverberar o seguinte posicionamento de R. Gonçalves (2016, p.69):

Assumir que as línguas românicas exibem uma CDO [construção de duplo objeto] concebida como uma construção aplicativa é apenas uma outra forma de insistir na aproximação das línguas românicas a línguas tipologicamente distintas, sem motivação empírica que a justifique.

Diante desse quadro, a intenção deste trabalho não é travar embates em defesa de uma perspectiva, em detrimento de outra, mas analisar, entre outros aspectos, quais poderiam ser os fatores extralinguísticos relacionados à realização da alternância dativa numa língua tipologicamente avessa à estrutura da COD. Dessa maneira, a partir de agora, passa-se a

apresentar um breve resumo sobre a forma como a COD e a alternância dativa se manifestam em cada uma das variedades do português já analisadas desde as diferentes teorias apresentadas até o presente momento. Será possível perceber que a maioria dos trabalhos recupera de alguma maneira os apontamentos de Larson (1988) a respeito do inglês, que inclui em sua tipologia a COD. O autor aponta:

- (i) os contextos sintáticos que obrigam o uso da COD: quando o OI é experienciador em orações em que a transferência é metafórica (ex. **Mary gave a punch in the nose to John*);
- (ii) outros contextos que impedem tal construção, como a ordem OD-OI (ex. **I give a letter Mary*), a interrogativa (ex. **Whose pay did you send his mother?*) e verbos como *donate*, *contribute* e *distribute* (**John donated charity the money*);
- (iii) a possibilidade de se realizar em inglês a passiva dativa - ou indireta (ex. *Mary was sent a letter*).

A intenção é que essa revisão ajude a compreender melhor as decisões metodológicas tomadas durante a presente pesquisa (no capítulo 4).

3.4.1 A COD em Moçambique (GONÇALVES, P., 1990)

P. Gonçalves (1990) coletou em Maputo dados não-espontâneos (orais e escritos) de informantes com mais de nove anos de escolaridade que frequentavam a escola na época da inquirição e, a partir da fala desse grupo, identificou a COD como sendo um fenômeno da oralidade, que ocorre preferencialmente na ordem OI-OD e também em casos de OD nulo. A ausência da preposição diante do OI é de tal modo *incorporada* ao uso que se reconheceu a presença de passivas dativas, como em *Os filhos são escondidos a verdade (pelos pais)*, presentes também no inglês.

Após a aferição dos dados, com testes de gramaticalidade, a autora percebeu que os falantes não reconheceram como pertencentes à língua portuguesa a COD e as passivas dativas que com frequência utilizam. Assim, esclarece que esses fenômenos não são desencadeados “por uma regra conscientemente aplicada pelos falantes” (Ibid., p.87). Sendo assim, “parece plausível admitir que este funcionamento do OI é condicionado por propriedades que se exibem nas línguas maternas dos falantes” (Ibid., p. 80).

Cabe ressaltar que a língua portuguesa é oficial em Moçambique, mas não é a nacional. Logo, os moçambicanos, falantes L1 de línguas bantu, adquirem o português, principalmente, através da escolarização e desenvolvem uma L2 com muitas marcas de sua própria L1. Isso

constituiria a aquisição/aprendizagem de uma “nova variedade do português” (p.49). Nas línguas bantu, o verbo poder atribuir dois Casos, logo existe a possibilidade de a preposição ser incorporada ao verbo, não sendo mais visível no discurso. As construções aplicativas, apresentadas na seção 3.1, no caso dessas línguas, por exemplo, seriam uma instância da incorporação da preposição. P. Gonçalves (2005, p.59) afirma, então, que “as evidências a que estão expostos os aprendentes [de português-L2] fazem emergir a possibilidade de existir na língua-alvo o [mesmo] processo de incorporação da preposição pelos verbos” que está presente na L1-bantu.

3.4.2 A COD na Zona da Mata Mineira (SCHER, 1996)

O dialeto mineiro estudado por Scher (1996) manifesta a alternância dativa nos seguintes termos:

- (i) ausência da preposição não permitida nos casos de regência exclusiva com preposição *para*;
- (ii) COD apenas na ordem OI-OD;
- (iii) não permite passiva indireta (**Os meninos foram dados o livro*);
- (iv) possibilidade de relativização do OI (*O menino que eu dei o caderno...*);
- (v) verbos como *doar*, *contribuir* e *distribuir*, diferentemente do inglês, participam da COD;
- (vi) construções do tipo *faciendi* ou com verbos de transferência, que não preveem o OI em sua grade argumental, alternam entre as preposições *para* e *a*, mas não permitem a COD;
- (vii) COD possível em caso de OD nulo, mas impossível quando o OI é precedido por quantificadores.

A respeito da origem do fenômeno, a autora atribui à interação de fatores sintático e morfofonológico: primeiramente, teria surgido a ordem V PP NP devido ao caráter de tópico do OI e, posteriormente, procedeu-se a queda da vogal ‘a’ [preposição]. Segundo Scher (1996, p.38), o inglês possui uma COD genuína e as divergências encontradas na comparação com a Zona da Mata Mineira evidenciaria uma COD aparente nesse dialeto. Entretanto, para a análise que se propõe neste trabalho, é bastante saber da existência nesse dialeto de variação entre a CDP (funcionando com *a* ou *para*) e a COD (Ibid., p.116), conforme as características apresentadas anteriormente.

Cavalcante e Barros (2012, p.493- 496), a respeito desse mesmo dialeto, defendem que a omissão da preposição que configura a COD não é fruto de um processo alternativo de atribuição de Caso ao complemento dativo, mas sim um processo morfossintático de fusão entre a preposição *a* e o determinante posposto. Assim, a fusão *a+o*, *a+ele* ou *a+você* resultaria, respectivamente, em *o*, *ele* e *você*. Essa proposta, entretanto, carece de fundamentos e evidências do ponto de vista fonético-fonológico de que esse processo tenha, de fato, ocorrido na comunidade.

3.4.3 A alternância dativa no Rio de Janeiro (GOMES, 1996)

Este trabalho foi desenvolvido a partir da Amostra Censo, Amostra MOBREAL e Amostra NURC, que registram o dialeto carioca em três níveis de escolaridade, respectivamente, primário/ginásio/colegial, semialfabetizado e universitário. Os resultados sobre a alternância dativa, resumidos em Gomes (1998), apontam para:

- (i) ausência de preposição na ordem OD-OI;
- (ii) preposição \emptyset recorrente entre falantes de baixa escolaridade;
- (iii) avaliação neutra para a preposição *para* e prestígio da preposição *a*;
- (iv) favorecimento da ordem OI-OD em caso de OD oracional;
- (v) adjacência ao verbo do sintagma menor, quando o OI e o OD não oracionais; e
- (vi) preferência pela ordem OD-OI quando ambos argumentos possuem o traço [-animado].

A autora apela para uma explicação sobre a mudança interna da língua e indica que a alternância entre a variante zero e a preposição *a* está registrada desde o português arcaico. Essa proposta reflete a perspectiva da *deriva secular*, defendida principalmente por Naro e Scherre (2007)³⁰. Como a preposição *para* é favorecida entre os mais jovens e a preposição *a* entre os mais velhos, na comunidade analisada, esse fenômeno constituiria uma mudança em progresso (Ibid., p.66). Embora não haja dados sobre a avaliação dos falantes quanto à preposição zero, o fato de essa variante ser evitada entre os de maior escolaridade, já indicaria a direção da mudança nessa comunidade.

³⁰ Esses autores declaram que “no Brasil não existem características estruturais novas induzidas pelo contato entre línguas ou pela nativização do português entre os segmentos de falantes de outras línguas e seus descendentes” (NARO; SCHERRE, 2007, p.158). Assim, defendem que não houve no Brasil a criação de novas estruturas, nem a alteração na tipologia estrutural da língua; apenas reconhecem uma intensificação ou um aumento na frequência de fenômenos já existentes na língua.

3.4.4 A alternância dativa nas comunidades afro-brasileiras (LUCCHESI; MELLO, 2009)

A partir de entrevistas sociolinguísticas, envolvendo quatro comunidades afro-brasileiras (Rio de Contas, Sapé, Cinzento e Helvécia), Lucchesi e Mello (2009) apontam os condicionamentos linguísticos para o fenômeno da alternância dativa:

- (i) a COD ocorre apenas com verbos benefativos, leves e *dicendi*;
- (ii) os verbos *dicendi*, por não expressar transferência material, desfavorece a opção pela COD;
- (iii) quando o OD é oracional, a ordem OI-OD é categórica;
- (iv) a alternância dativa registrada em caso de OD nulo, em consonância com o contexto de objeto nulo no PB;
- (v) no caso de verbos leves, a ordem OD-OI é categórica;
- (vi) não houve registros de passivas dativas; e
- (vii) a CDP com predomínio da preposição *para* foi mais expressiva.

Além dessas características, os autores destacam que a alternância dativa está passando por uma “mudança em curso no sentido do declínio do emprego da COD nas comunidades analisadas” (Ibid., p.449), causada pela urbanização. Os dados das faixas etárias/uso da COD apontam que quanto mais jovem e maior a escolaridade, maior o favorecimento para a forma privilegiada na norma culta que é a CDP. Por fim, os autores atribuem tal configuração sociolinguística à aquisição defectiva do português como L2 pelos africanos trazidos como escravos, que configurou, ao longo das gerações, uma Transmissão Linguística Irregular.

O trabalho de Baxter, Mello e Santana (2014) argumenta que as configurações para a COD e a CDP nesses dialetos devem-se à transferência de parâmetros do substrato africano no processo aquisicional de L2 vivenciado na situação de contato. Nesse sentido, a dificuldade dos falantes bantu de detectarem casos de ambiguidade morfofonológica explicaria a generalização da preposição *para*, em detrimento da preposição *a*. Além disso, os autores defendem a possibilidade de convergência entre os modelos do superstrato e as línguas bantu substratais. Por exemplo, a ordem OD+OI, presente no superstrato português, deve ter sido reforçada pelas línguas niger-congo, que possuem o OI preposicionado como alternativa para a COD e para as construções seriais de dativo.

3.4.5 A COD em comunidades rurais goianas (NASCIMENTO, 2009)

O quadro de variação na representação do OI [presença vs ausência de preposição (*para* ou *a*)], nas comunidades goianas dos Almeidas, de Pombal, de Traíras e de Acaba Vida foi analisado por Nascimento (2009) sob a ótica da Sociolinguística Variacionista. Ao final, o autor observou uma mudança em progresso no sentido da manutenção da variável mais frequente: a CDP com a preposição *para*. Além disso, percebeu que apenas os verbos *pedir*, *ensinar*, *perguntar* e *dar* exibiram a COD, principalmente, na ordem OI-OD. Já os verbos *dicendi*, além de impedirem a COD, demonstraram preferência pelo OD oracional. Houve casos de OD nulo, mas não foram expressivos. Os casos de OI pronominal favoreceram a COD e os casos de CCD aparecerem todos na posição proclítica.

As explicações sintáticas fornecidas para a COD nesse *corpus* basearam-se na fusão da vogal final do OD com uma suposta preposição *a* (restaria avaliar a realidade dessa perspectiva por meio de análises acústicas). Além disso, ao comparar a expressão do dativo nos séculos XIII, XIV, XV e XVI, a partir de textos escritos selecionados aleatoriamente, o autor propõe que o surgimento da COD se explicaria desde a perspectiva funcional da prototipia, da motivação icônica e da motivação econômica. Por fim, “a linha argumentativa deste trabalho é que a variação sincrônica tem sua origem na própria evolução do sistema português, desde fases arcaicas, e não contato com línguas africanas em solo brasileiro” (NASCIMENTO, 2009, p.37).

3.4.6 A alternância dativa no PST (GONÇALVES, R., 2016)

Os dados orais espontâneos do português urbano de STP, coletados e utilizados por R. Gonçalves (2016) compõem o *Corpus África* e está vinculado ao Projeto Variedades Africanas do Português (VAPOR) do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. As ocorrências das construções bitransitivas apontaram para a alternância dativa entre a COD e a CDP com preposição *para* e a CDP com preposição *a*, que é a mais frequente. Os fatores que se mostraram relevantes no condicionamento desse fenômeno foram o tipo de verbo, a estrutura sintagmática, a escolaridade e a faixa etária. Estes são alguns dos resultados encontrados pela autora:

- (i) a COD acontece apenas com os verbos *core dative*;
- (ii) os verbos *non-core dative* aparecem apenas em CDP com a preposição *para*;
- (iii) os verbos *dizer* e *dar*, com OI acompanhado da preposição *a*, foram os mais frequentes;
- (iv) em caso de OI pronominal, maior frequência de COD;

- (v) a COD com NP pronominal foi rejeitada nos testes de aceitabilidade;
- (vi) não há registros de passivas dativas;
- (vii) os falantes mais escolarizados e mais jovens tendem a usar a variante europeia: CDP com preposição *a*.

Segundo a autora, a COD é o resultado de uma “reestruturação das grelhas argumentais dos verbos” (Ibid., p.169), causada pelo contato com as línguas crioulas faladas em STP (principalmente, o forro), que, geralmente, selecionam um NP e não um PP pelo fato de o número das “preposições verdadeiras” ser restrito.

3.5 OBJETO INDIRETO NULO

Com o desaparecimento dos clíticos dativos de 3ª pessoa, o PB traçou dois caminhos diferentes: (i) a forma preposicionada, principalmente, com a preposição *para*, como já foi apresentado; e (ii) o OI nulo, registrado no exemplo (6), sobre o qual há duas possibilidades de interpretação:

- (i) ou se trata do uso transitivo de um verbo prototipicamente bitransitivo e, nesse caso, o OI teria uma interpretação arbitrária por não se referir a uma entidade específica;
- (ii) ou se trata da não-realização fonológica do OI de 3ª pessoa, ou seja, seria mais um caso de anáfora, cujo antecedente é identificado pelo contexto.

De qualquer maneira, no PE, o OI nulo é uma estratégia pouco expressiva, restrita apenas a verbos *dicendi*, que possuem um uso transitivo frequente. Já no PB e no PST, o OI nulo é bastante produtivo e está em concorrência com a CDP, com OI pronominais (MORAIS, RIBEIRO; FERREIRA, 2008; GONÇALVES, R., 2016). Entretanto, como o objetivo desse trabalho é analisar os contextos linguísticos e sociais para a realização do OI, os casos de OI nulo encontrados nos *corpora* em questão ficaram reservados para um trabalho posterior.

Nesse capítulo, foi apresentado o quadro geral das construções dativas nas variedades do português. Essas informações serão recuperadas no capítulo 5 para discussão dos resultados. Ademais, a descrição gramatical proposta neste capítulo serviu de base para algumas decisões metodológicas que foram tomadas ao longo da pesquisa e serão explicitadas no próximo capítulo.

4 METODOLOGIA

“Por meio do estudo direto da língua em seu contexto social, o montante de dados disponíveis se expande enormemente e nos oferece formas e meios de decidir qual das várias análises possíveis está correta.”
William Labov

Este capítulo apresenta os pormenores relacionados a essa pesquisa Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008) no que diz respeito à definição das variáveis dependentes e independentes (seção 4.1), à constituição dos *corpora* (seção 4.2 e 4.3) e ao tratamento dos dados (seção 4.4).

4.1 AS VARIÁVEIS DEPENDENTES E AS VARIÁVEIS INDEPENDENTES

A análise das construções dativas no português de MC e AL se constituiu a partir de três variáveis dependentes:

- 1) Alternância dativa (OI pronominal ou OI nominal):
 - CDP [padrão] → Ex.: “dexô casa **pa filho**” [AL_MANEVEM2]
 - COD [não-padrão] → Ex.: “ê levava comida **filho**” [AL_LUISH2]
- 2) A realização do OI pronominal:
 - CCD [padrão] → Ex.: “**me** levô aqui dois cabra” [MC_PEDFIH3]
 - CDP [não-padrão] → Ex.: “Vai guardá **pami**” [AL_MINISM3]
 - COD [não-padrão] → Ex.: “dá **ocê** uma lata de arroz doce” [AL_ANTOM1]
- 3) A colocação do OI clítico:
 - Pós-verbal → Ex.: “Então deram-**lhe** um lugar” [MC_FREJOH2]
 - Pré-verbal → Ex.: “**me** levô aqui dois cabra” [MC_PEDFIH3]

Optou-se por trabalhar com três variáveis dependentes não somente pela limitação do programa estatístico, que só processa variáveis binárias, mas, principalmente, para que fosse possível testar três diferentes hipóteses. A primeira variável serviu para avaliar se a alternância dativa seria um fenômeno estável nas duas comunidades, como o é no inglês (SCHER, 1996) ou se seria um fenômeno em processo de mudança, que é o caso das comunidades populares brasileiras onde se notificou a COD (ver seção 3.4). A segunda variável serviu para testar a hipótese de, nos casos de aquisição de L2 em situação de contato, a forma sintética do OI, i.e., o clítico dativo, seria a última variante a ser adquirida, devido a sua opacidade semântica em relação às demais variantes. Já a terceira variável, que constitui uma variável sociolinguística

justamente pela alternância entre as posições pré e pós-verbais nos mesmos contextos sintáticos, serviu para avaliar se algum fator linguístico que compõe as construções dativas condicionaria, de alguma forma, a colocação do clítico.

4.1.1 As variáveis independentes linguísticas

A análise de trabalhos prévios sobre as construções dativas (no capítulo 3) revelou uma série de variáveis condicionantes que atuam em outras variedades de português. No presente estudo, para finalidades comparatistas, optou-se por avaliar a validade dessas mesmas variáveis. O Quadro 3 a seguir apresenta a lista inicial das variáveis linguísticas explanatórias.

Quadro 3- Variáveis linguísticas independentes

VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS	
TIPO DE PREDICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Verbo bitransitivo pleno - Verbo bitransitivo leve - Verbo transitivo com argumento acrescentado (construções <i>faciendi</i> e existenciais) - Verbo leve com argumento acrescentado
TIPO DE VERBO	<ul style="list-style-type: none"> - Benefativos - De condução - Dativo de posse - <i>Dicendi</i> - De transferência - De solicitação
ESTRUTURA SINTAGMÁTICA DO OD	<ul style="list-style-type: none"> - Sintagma nominal - Pronome - Preposicionado - Nulo - Oração
REFERÊNCIA DO OI	<ul style="list-style-type: none"> - Genérica [-específico; -definido] - Definida [+específico, +definido] - Indefinida [+específico, -definido]
PESSOA-NÚMERO DO OI	P1, P2, P3, P4, P5 ou P6
ELEMENTOS ALÇADORES DE PRONOME (PARA A ANÁLISE DA COLOCAÇÃO DO CLÍTICO)	<ul style="list-style-type: none"> - Palavras e expressões negativas -Conjunções subordinativas -Advérbios -Pronomes relativos/demonstrativos/indefinidos -Ausente

A separação do grupo *Tipo de predicação* em relação ao *Tipo de verbo* serviu para que se pudesse ter acesso a frequências mais específicas, principalmente, dos verbos leves e das construções *faciendi*. Dessa maneira, seria possível testar, com os dados dos presentes *corpora*, a proposta retomada por R. Gonçalves (2016) de que “um OI selecionado pelo predicado complexo dar/fazer + nome deverbal tem o mesmo comportamento que um OI selecionado pelo verbo pleno” (p.97). Assim, constituem os fatores desse grupo:

- (i) verbo bitransitivo pleno
Ex.: “eu dô você dinheiro” [MC_JUSCAH2]
- (ii) verbo bitransitivo leve
Ex.: “da seôro um meio da vida” [AL_MAURIH2]
- (iii) verbo transitivo com argumento acrescentado
 - a. construções *faciendi*
Ex.: “elé lanja cumida pa muiere” [MC_ALBUMF3]
 - b. construções existenciais
Ex.: “nõ há pa nada pa gente” [AL_MANEVEM2]
- (iv) verbo leve com argumento acrescentado
Ex.: “aquele quentura me fez mal memo” [MC_FRADUH3]

Como se discutiu no capítulo 3, entende-se que os verbos leves são estruturas especiais com VBT e as construções *faciendi* e as existenciais são usos especiais de verbos transitivos. Assim, em tese, a variável *Tipo de verbo bitransitivo* explanaria apenas os tipos específicos de VBT, que se definem pelo aspecto lexical. Como os dois grupos não são tão ortogonais, i.e., possuem fatores que acabam codificando os mesmos dados (GUY; ZILLES, 2007, p.52), para driblar a superposição de fatores (Ibid., p. 176), foram testadas três combinações diferentes e, posteriormente, comparando os *log-likelihoods* (Ibid., p.201-204), foi escolhida a rodada mais significativa.

Na primeira rodada-teste, a variável *tipo de predicação* (*log-likelihood* -295, 141) foi processada junto com as variáveis *estrutura sintagmática do OD*, *referência do OI* e *pessoa do discurso*³¹. Com estas mesmas variáveis, na segunda rodada-teste, foi processada a variável *tipo de verbo bitransitivo*, acrescida do fator *verbos transitivos com argumento acrescentado* (*log-likelihood* -285, 449). Por último, na terceira rodada-teste (*log-likelihood* -292, 649), os fatores

³¹ Optou-se por reestruturar a variável *pessoa-número do OI* para que passasse a indicar apenas as pessoas do discurso, devido aos poucos dados de alguns fatores.

foram reclassificados entre *core dative* e *non core dative*, conforme a proposta de Rappaport-Hovav e Levin (2008).

Procederam-se os cálculos dos graus de liberdade para cada rodada (que é a diferença entre o número de fatores e o de grupos)³² e os cálculos do qui-quadrado (o dobro da diferença entre o *log-likelihood* das rodadas que estão sendo comparadas) (GUY; ZILLES, 2007, p.201-204). Após testar as combinações possíveis entre as três rodadas, de acordo com os valores de referência dispostos na “Tabela de valores do qui-quadrado” (Ibid., p.234), concluiu-se que a rodada nº 2 foi significativamente melhor. Isso implica dizer que “o próprio significado de um verbo desempenha um papel fundamental na determinação de suas opções de realização de argumentos” (RAPPAPORT-HOVAV; LEVIN, 2008, p. 129, tradução nossa³³).

Nesse sentido, ficou claro que o aspecto lexical dos verbos bitransitivos é um fator condicionante mais evidente do que o tipo de predicação. Portanto, a análise de todas as variáveis dependentes se pautou, sobretudo, na segunda rodada-teste, no que diz respeito à distribuição dos fatores da variável *Tipo de verbo bitransitivo*. Essa variável se mostrou relevante no estudo de Lucchesi e Mello (2009, p.447), sobre o português Afro-brasileiro, e de R. Gonçalves (2016, p.179-183), sobre o português urbano de São Tomé. Neste trabalho, pretendeu-se avaliar a hipótese de que as variáveis dependentes não-padrão fossem condicionadas pelos VBT mais prototípicos. Para isso, utilizou-se a classificação dos VBT proposta na seção 3.2; o que resultou nos seguintes fatores:

- (i) benefativos
Ex.: “nos davam leite de vaca puro” [MC_FRALAH1]
- (ii) de condução
Ex.: “me levô aqui dois cabra” [MC_PEDFIH3]
- (iii) dativo de posse
Ex.: “então robaram canoa dele” [AL_ALBAH2]
- (iv) *discendi*
Ex.: “prissoros xpricava alunos toda essas coesas” [AL_MAURIH2]
- (v) de transferência
Ex.: “no dexâ nada pra os neto” [MC_JOACEH1]
- (vi) de solicitação

³² **Rodada nº1:** 13 fatores – 4 grupos = 9 graus de liberdade. **Rodada nº2:** 16 fatores – 4 grupos = 12 graus de liberdade. **Rodada nº3:** 13 fatores – 4 grupos = 9 graus de liberdade.

³³ “Our investigation affirms proposals that a verb’s own meaning plays a key role in determining its argument realization options”.

Ex.: “tu vai pidi dinheiro ele” [AL_CARMOM1]

Segundo Gomes (1998, p.68), a adjacência do OI ao verbo ocorre em função, entre outros fatores, da realização OD nulo e da natureza morfológica do OD. No português afro-brasileiro, quando o OD é uma oração, a ordem OD-OI é desfavorecida na CDP (LUCCHESI; MELLO, 2009, p.446). Por outro lado, Figueiredo (2004, p.131) concluiu que OD nulo no PB é uma variante não-padrão que resultou dos processos sócio-históricos vivenciados no país. Dessa forma, a variável *Estrutura sintagmática do OD* foi escolhida neste trabalho no sentido de testar duas hipóteses: (i) a estrutura do OD condicionaria, de alguma maneira, a posição dos argumentos na CDP e na COD; e (ii) o OD nulo constituiria um contexto sintático favorável aos OI não-padrão. Assim, essa variável classifica estruturalmente o OD da seguinte maneira:

- (i) sintagma nominal

Ex.: “dizia pa trazê ropa pa eis” [AL_ZECAH1]

- (ii) pronome (pessoal forte, demonstrativo, indefinido)

Ex.: “seôra talvez ñ me contô isso” [MC_DULCEM1]

- (iii) nulo

Ex.: “dá [o remédio] todos criança” [MC_JOACEH1]

- (iv) oracional

Ex.: “Médica disse ela assi ñão que sua filha ñão foi mexido.” [MC_JUSCAH2]

- (v) preposicionado: os únicos casos nos *corpora* correspondem a construções com verbos leves do tipo *dar de comer* ou *dar com tiro*, por isso o fator foi excluído da análise.

Baxter, Mello e Santana (2014, p.290) apontaram que a ordem dos objetos na COD bantu é fortemente condicionada pela definitude, animacidade e pessoa-número dos dois SN. Como um dos objetivos era testar a influência das línguas bantu na formação das variedades do português em MC e AL, o ideal seria analisar esses três aspectos tanto do OD como do OI. Mas, para este trabalho, optou-se por avaliar apenas as variáveis *Referência do OI* e *Pessoa-número do OI*, tal como procederam Baxter, Mello e Santana (2014), no sentido de avaliar a presença de algum condicionamento em relação à COD. Abaixo algumas amostras da variável *Referência do OI* nos *corpora* do trabalho:

- (a) OI com referência genérica, com traço [-definido; -específico]

Ex.: “oh sinhora tê que dare homé comida” [MC_JUSCAH2]

- (b) OI com referência indefinida, com traço [-definido; +específico]

Ex.: “É la memo é que faz comida pa criança” [MC_ALBAH2]

- (c) OI com referência definida, com traço [+definido; +específico]

Ex.: “eu ovi os môs pai me contar essa história” [MC_ALBUMF3]

Já a variável *pessoa-número do OI*, também mantida com o objetivo de se avaliar um possível condicionamento em relação ao OI clítico ou à COD, se distribui entre os seguintes fatores:

- (a) OI de 1ª pessoa do singular (P1)
Ex.: “esse desque trabaio nuca me deu purada” [MC_JOSAUH3]
- (b) OI de 2ª pessoa do singular (P2)
Ex.: “Fala prima pa dá você banho com água quente” [MC_JOANUF1]
- (c) OI de 3ª pessoa do singular (P3)
Ex.: “Deus nunca fez publicidade pá ninguém” [MC_LUCVEF1]
- (d) OI de 1ª pessoa do plural (P4)
Ex.: “meu avô que ando conta-nos isso” [AL_ZECAH1]
- (e) OI de 2ª pessoa do plural (P5)
Ex.: “Eu marco-vos uma licença” [MC_ADRIJOH3]
- (f) OI de 3ª pessoa do plural (P6)
Ex.: “se fosse pressor daqui... dava elas jeito” [MC_AMENAF1]

A variável *Elementos alçadores de pronome* apareceu nos estudos comparativos de Vieira (2016) sobre a posição dos clíticos no PE, no PB e no PST e também no trabalho de Vieira e Vieira (2018) sobre o PST e o português moçambicano. No presente trabalho, essa variável serviu para avaliar se a posição pré-verbal dos OI estaria restrita à presença de elementos alçadores de pronome ou se representaria um quadro de mudança na cliticização em relação à variante europeia (que é a hipótese que se defende neste trabalho). Para a análise que se propõe, essa variável foi simplificada [em relação à proposta de Vieira (2016) e Vieira e Vieira (2018)] nos seguintes fatores:

- (a) presença de palavras ou expressões negativas
Ex.: “Eu no te conta, só direto” [MC_SILVF3]
- (b) presença de conjunções subordinativas
Ex.: “el que sinô-mo piscar” [AL_SALVH3]
- (c) presença de advérbios
Ex.: “ele depois mo emprestou essa viola” [MC_FRAJUH1]
- (d) presença de pronomes relativos/demonstrativos/indefinidos: não ocorreu nos *corpora*.
- (e) Ausência de elementos alçadores de pronome
Ex.: “me dá dinheiro” [MC_ROSALF3]

4.1.2 As variáveis independentes sociais

A escolha das variáveis sociais (no quadro 4 a seguir) decorre da constituição sócio-histórica de cada uma das comunidades (na seção 2.2 e 2.3).

Quadro 4- Variáveis sociais independentes

VARIÁVEIS SOCIAIS			
Faixa etária	- Faixa I - Faixa II - Faixa III	Sexo do informante	- Feminino - Masculino
Principal fonte de L1 (para MC)	- Ambos pais tongas - Ambos pais angolanos - Mãe tonga + pai angolano - Mãe angolana + pai tonga	Escolaridade (para AL)	- Ginásio (8º ano) - Semianalfabeto (1ª a 4ª série) - Analfabeto
L1 do informante (para AL)	- Forro - Português e forro	Situação de bilinguismo (para MC)	- Bilíngue - Bilíngue passivo (umbundu dominante) - Bilíngue passivo (português dominante)

Como MC surgiu de “ondas de contato” de etnias diferentes (angolanos, moçambicanos e caboverdianos) e os entrevistados tiveram acesso a DLP de L1 diferentes, imaginou-se que seria relevante investigar um possível condicionamento das variáveis *Situação de bilinguismo* e *Principal fonte de L1*, especificamente nesta comunidade. P. Gonçalves (1990), a respeito do português moçambicano, afirmou que “parece plausível admitir que este funcionamento do OI é condicionado por propriedades que se exibem nas LM dos falantes” (p.80). Por este motivo, esperava-se identificar se o fato de o informante ser bilíngue passivo em umbundu e português ou de ter como principal fonte de L1 a mãe angolana favoreceria o uso da COD, construção dativa não tipológica do português.

Por outro lado, a comunidade de AL se desenvolveu de forma continuada, i.e., a partir dos descendentes das primeiras famílias de forros que se instalaram na região. Além disso, todos os informantes são bilíngues em santome e português e possuem diferentes níveis de escolaridade. Nesse sentido, a variável *L1 do informante* permitiria avaliar se os informantes cuja L1 é o crioulo tendem a usar as construções dativas mais inovadoras em relação ao PE. Já a variável *Escolaridade* permitiria perceber até que ponto a escolarização interfere na opção

pelas construções dativas padrão. Esperava-se que os informantes com maior acesso à escolarização exibissem em sua fala marcas mais evidentes da norma europeia.

A variável *sexo* é importante para se compreender se a distribuição dos papéis sociais interfere na língua falada na comunidade. Esperava-se que as mulheres fossem mais inovadoras do que os homens pelo fato de estes exercerem, em suas localidades, serviços que os colocavam em maior contato com a norma europeia. Além disso, por meio da variável *faixa etária*, é possível proceder com uma análise de tempo aparente, observando se o comportamento das variáveis linguísticas através das gerações corresponde a uma mudança em progresso ou a uma variação estável (LABOV, 2008, p. 318).

4.2 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS TONGA*

O *Corpus Tonga* (BAXTER, 2004), disponível no Acervo do Projeto Vertentes da Universidade Federal da Bahia, foi constituído a partir de entrevistas sociolinguísticas gravadas, em 1998, com 24 informantes, distribuídos entre homens e mulheres da faixa etária I (de 20 a 40 anos), faixa II (de 41 a 60 anos) e faixa III (acima de 60 anos). O perfil social dos informantes segue mais ou menos o mesmo padrão: analfabetos (principalmente na faixa III) e semianalfabetos (até a escola primária); contatos restritos fora da comunidade devido à dificuldade de transporte já que a cidade mais próxima dista de 3 a 4 quilômetros; e acesso limitado à televisão (apenas um aparelho na sede, com poucos programas disponíveis e apenas à noite).

Quando questionados sobre a primeira língua aprendida, alguns informantes declararam o *kimbundu*, entretanto, é mais provável que essa seja uma referência ao *umbundu*³⁴. Além disso, houve respostas como “língua angolana”, “língua de tonga” e “língua de Moçambique”³⁵, que confirmam a presença de variados modelos disponíveis para a aquisição, seja pelas diferentes línguas-L1 em contato, seja pelas diferentes versões de L2. Em outras palavras, é possível que os informantes que declararam “língua tonga” como L1, por exemplo, tenham a

³⁴Em algum momento da história da roça Monte Café, é possível que haja predominado falantes do *kimbundu* já que Luanda era o principal porto de comunicação com S. Tomé. Entretanto, os informantes que souberam indicar, de forma mais precisa, suas origens mencionaram que seus avós vieram de lugares do sul, da região de Benguela, uma região *umbundu*. Como a maior parte da documentação dessa roça foi destruída no processo de independência, imagina-se que o uso do termo *kimbundu* pode significar a presença de um bom número de *kimbundus* em algum período da história, ou pode indicar a generalização do nome pelos portugueses, ou ainda pode estar associado a algum prestígio do termo no passado. O fato é que havia uma certa preferência pela contratação de *umbundus* pelo fato de serem agricultores e que a fala africana dos informantes que compõem esse *corpus* se aproxima muito mais do *umbundu* do que do *kimbundu* (BAXTER, 2002).

³⁵Trata-se, possivelmente, de uma referência a dialetos da região de Nampula.

consciência de que usavam uma variedade linguística diferente do umbundu falado pelos pais e, ao mesmo tempo, diferente do português dos administradores. Poderia ser, então, uma versão tonga do umbundu, em fase de desgaste (LORENZINO, 2015, p.3-4).

Quanto ao perfil aquisicional, o quadro 5 a seguir pretende fornecer uma visão mais geral, com informações retiradas dos próprios inquéritos quanto à principal fonte dos DLP e à situação particular de bilinguismo. Todos os informantes apontaram que aprenderam o português durante a infância pelo contato com os brancos na rotina de trabalho e relataram que usavam suas línguas maternas apenas com a própria família. Nesse sentido, o português é L2 apenas porque foi adquirido em segundo lugar, mas o fato de ter sido adquirido no período crítico, antes da puberdade, o torna diferente da L2 de um adulto recém-chegado à roça.

Quadro 5- Perfil aquisicional dos informantes tongas

Faixa etária	Informante	Principal fonte dos DLP	Situação de bilinguismo
I	[MC_FRALAH1]	Pais angolanos	Bilíngue
	[MC_FRAJUH1]	Tios angolanos	Bilíngue
	[MC_JOACEH1]	Pais Tongas	Bilíngue passivo (Português dominante)
	[MC_AMENAF1]	Pais tongas	Bilíngue
	[MC_JOANUF1]	Pais Tongas	Bilíngue passivo (Português dominante)
	[MC_LUCVEF1]	Pais angolanos	Bilíngue
II	[MC_FREJOH2]	Pais Tongas	Bilíngue passivo (Umbundu dominante)
	[MC_ALBAH2]	Mãe Tonga e Pai angolano	Bilíngue passivo (Umbundu dominante)
	[MC_JUSCAH2]	Mãe Tonga e Pai angolano	Bilíngue passivo (Umbundu dominante)
	[MC_ISASIF2]	Pais angolanos	Bilíngue passivo (Umbundu dominante)
	[MC_MARFAF2]	Pais tongas	Bilíngue
	[MC_MARLUF2]	Pais Tongas	Bilíngue passivo (Umbundu dominante)
III	[MC_ADRJOH3]	Pais Tongas	Bilíngue passivo (Umbundu dominante)
	[MC_DUAOKH3]	Mãe Tonga e Pai angolano	Bilíngue
	[MC_FRADUH3]	Pais Tongas	Bilíngue passivo (Umbundu dominante)
	[MC_JOSAUH3]	Mãe Tonga e Pai angolano	Bilíngue passivo (Umbundu dominante)
	[MC_MIGKAH3]	Pais Tongas	Bilíngue passivo (Umbundu dominante)

[MC_PEDFIH3]	Pais Tongas	Bilíngue passivo (Umbundu dominante)
[MC_ALBUMF3]	Pais Tongas	Bilíngue passivo (Umbundu dominante)
[MC_ALIRIF3]	Avós angolanos	Bilíngue passivo (Umbundu dominante)
[MC_CECIF3]	Pais angolanos	Bilíngue passivo (Umbundu dominante)
[MC_ISANAF3]	Pais Tongas	Bilíngue
[MC_ROSALF3]	Mãe angolana e Pai Tonga	Bilíngue passivo (Umbundu dominante)
[MC_SILVF3]	Pais angolanos	Bilíngue passivo (Umbundu dominante)

A representatividade apontada por Guy e Zilles (2007, p.126-129) foi respeitada apesar de o número de informantes na faixa 3 (6 homens e 6 mulheres) ser superior ao das outras faixas (3 homens e 3 mulheres, cada). Isso porque a distribuição dos dados entre as faixas está bastante equilibrada: 184 dados na faixa 3; 185 na faixa 2 e 166 na faixa 1. Como o programa calcula as estatísticas pela quantidade de dados e a variabilidade em cada fator, tal configuração entre os mais velhos não chega a constituir um problema estatístico.

Por outro lado, há três informantes cuja interação sociolinguística os diferencia em relação à comunidade. A distinção desses informantes em relação aos demais mostrou-se relevante, principalmente, na análise dos clíticos na comunidade (ver seção 5.4). Embora a proposta de Guy e Zilles (2007, p.128) para esses contrastes seja “estabelecer outras variáveis sociais mais adequadas para o propósito em questão”, optou-se por não fazer isso visto que, com exceção desses três indivíduos, os entrevistados em MC possuem mais ou menos o mesmo perfil em relação à classe social, à escolaridade e ao contato com as mídias. Dessa forma, as generalizações que incluem a faixa etária estiveram pautadas muito mais nos dados dos demais informantes.

4.3 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* ALMOXARIFE

O *Corpus* de Almojarife faz parte do projeto desenvolvido pelo professor Alan Baxter entre os anos 1998 e 2000. Foram entrevistados, segundo o modelo laboviano, 18 informantes bilíngues em português e forro, distribuídos igualmente entre homens e mulheres nas três faixas etárias. No caso desta comunidade, não houve necessidade de discriminar as fontes para os DLP para cada informante, visto que o perfil de aquisição em AL, já explicitado anteriormente, é

bastante diferente de MC. O quadro 6 a seguir apresenta o que será interessante controlar nesta comunidade: a escolaridade e a L1 de cada informante.

Quadro 6- Escolaridade e L1 dos informantes de AL

Faixa etária	Informante	Escolaridade	L1
I	[AL_OSVALH1]	4ª série	FORRO/PORTUGUÊS
	[AL_ZECAH1]	4ª série	FORRO/PORTUGUÊS
	[AL_CASTEH1]	8º ano	FORRO/PORTUGUÊS
	[AL_ANTOM1]	8º ano	FORRO/PORTUGUÊS
	[AL_DULCEM1]	3ª série	FORRO/PORTUGUÊS
	[AL_CARMOM1]	8º ano	FORRO/PORTUGUÊS
II	[AL_ABILH2]	4ª série	FORRO
	[AL_LUISH2]	Analfabeto	FORRO
	[AL_MAURIH2]	3ª série	FORRO
	[AL_CLOTIM2]	4ª série	FORRO
	[AL_FRANCM2]	Analfabeta	FORRO
	[AL_MANEVEM2]	Analfabeta	FORRO/PORTUGUÊS
III	[AL_CELESH3]	3ª série	FORRO
	[AL_MANOH3]	Analfabeto	FORRO
	[AL_SALVH3]	Analfabeto	FORRO
	[AL_PRINCEM3]	Analfabeto	FORRO
	[AL-MMDEUSM3]	Analfabeto	FORRO
	[AL_MINISM3]	1ª série	FORRO

Fonte: Adaptado de Figueiredo (2012)

4.4 O TRATAMENTO DOS DADOS

A pesquisa desenvolvida seguiu as seguintes etapas: (i) delimitação das variáveis dependentes e das explanatórias; (ii) levantamento de dados a partir dos *corpora*; (iii) codificação dos dados com o suporte do Excel; (iv) processamento dos dados no GOLDVARB-X (SANKOFF, TAGLIAMONTE; SMITH, 2005); e (v) análise e interpretação dos resultados.

Os dados foram codificados em Excel porque uma codificação em células dá maior segurança no sentido de minimizar a margem de erro na codificação e, à diferença do VARBRUL, o EXCEL permite sortear e listar ocorrências de variáveis individuais. A avaliação do condicionamento da variação foi realizada por meio do pacote GOLDVARB-X (SANKOFF, TAGLIAMONTE; SMITH, 2005). Desse modo, as três variáveis dependentes foram

analisadas individualmente como variáveis binárias, em três rodadas fundamentais. No caso da variável (1), intrinsecamente uma variável trinomial, adotou-se o procedimento recomendado por (GUY; ZILLES, 2007, p.142), opondo a forma padrão às não-padrão. Os dados totalizam 669 e se distribuem entre as comunidades e entre as variáveis dependentes, conforme a tabela a seguir.

Tabela 1- Perfil geral de variação nos *corpora*

	Alternância dativa (OI pronominais ou OI nominais)			OI pronominais				OI clíticos		
	CDP	COD	Σ	CDP	COD	CCD	Σ	Pré-verbal	Pós-verbal	Σ
MC	78	129	207	33	78	74	185	51	23	74
AL	112	152	264	64	66	124	254	70	54	124

Reconhece-se que a quantidade total de dados não é tão expressiva pelo fato de o fenômeno linguístico em questão não ser recorrente no discurso. Porém, é aceitável para se fazer algumas generalizações sobre as construções dativas nessas comunidades com base nos pesos relativos e nas frequências geradas pelo programa. Nesse sentido, interessam para a interpretação dos resultados apenas as variáveis independentes cujas significâncias são iguais ou inferiores a 0,05 e, para cada variável selecionada, são considerados favorecedores os fatores com pesos relativos acima do ponto neutro 0.5, e desfavorecedores aqueles com pesos relativos abaixo desse valor. Nas palavras de Guy e Zilles (2007, p.86),

[...] a estatística de significância é geralmente expressa em termos da probabilidade de que a hipótese nula seja verdadeira [...] se esse número é pequeno, significando que a hipótese nula é improvável, então os resultados são considerados ‘estatisticamente significativos’.

Para que a análise fosse o mais confiável possível, decidiu-se pela exclusão de ocorrências que continham: (i) qualquer possível sequência que envolvesse a vogal *a* e uma possível preposição *a* (*comida pa dá as criança*- MC_ISASIF2); (ii) topicalização (*aquele lemède tomô deu criança*- MC_FRADUH3); (iii) as orações relativas (*esse violão que el me emprestou*- MC_FRAJUH1) ou as adverbiais finais (*va comprar pão pra bocês comere*- MC_ISANAF3); (iv) os casos de OD na oração principal (*panhó pedra pra dare elé*- AL_ALBAH2); (v) os de infinitivos pessoais (*aqui nã tem nada pa gente lovovê vida*- AL_MMDEUSM3), que se poderiam confundir com as construções dativas do tipo existencial

ou *faciendi*; (vi) e as sentenças com trechos ininteligíveis (*Naquele tempo pra pidi ININT aos pais tem que levar dinheiro- AL_CLOTIM2*).

Ademais, é comum nos *corpora* a partícula *ami*, que pode ser resultado de um processo de relexificação do português *a+mim*, sob influência do umbundu *ami*, ou simplesmente o próprio pronome P1 umbundu. Por exemplo: *Batoque! Zente... aqui tem zente que dança. Ami no dança maizi. Eu... eu no danço mazi-* [MC_CECIF3] (tradução: Batoque! Gente... aqui tem gente que dança. Eu não danço mais. Eu... eu não danço mais). Nesse caso, *ami* aparece como correspondente do *eu*; inclusive essa informante, cuja língua dominante é o umbundu, se autocorrigue, transparecendo como processa mentalmente essa estrutura. Por esse motivo, casos como *Ela disse ami: leva isso dinheiro-* [MC_FRADUH3] foram excluídos do banco de dados a fim de que a análise seja a mais transparente possível.

Nos *corpora*, há uma partícula *le* (exemplo 13), que aparece como um complemento dativo de um verbo bitransitivo, na posição pós-verbal, induzindo a uma interpretação de que seria uma forma fonologicamente reduzida do clítico *lhe*. Em (13a) foi transcrita sem hífen; em (13b), com hífen e, em (13c), aparece como um clítico com redobro não fosse a presença da preposição *para* introduzindo o OI_{SN}. Nessa transcrição, revista por três linguistas, os elementos grafados com hífen indicam mais incorporação e, sem hífen, menos incorporação. Ou seja, há duas variantes do mesmo elemento funcional, uma mais incorporada do que a outra.

- (13) a. “Então a cobra deu le uma ferada, ele morreu” [MC_SILVF3].
 b. “Depois ô proquntô-le motivo” [MC_ABILH2].
 c. “da le ajuda pa mãe” [MC_FRADUAH3].

Aparecem entre os dados também casos de *mo* e *lo*, como se indicassem a presença de um clítico acusativo. Entretanto, a presença de um OD_{SN} nesses contextos denuncia que se trata de um processo fonológico, por isso o OI dessas sentenças foram codificadas como clíticos e o OD como SN. Em (14b) ainda seria possível questionar-se se seria o uso de um clítico acusativo no lugar de um dativo, embora essa opção pareça a menos provável já que há poucos registros de clíticos acusativos nessas comunidades. Por outro lado, sim, é provável que o falante-aprendente de português-L2, ouvindo exemplos típicos e altamente frequentes do PE, como *dá-mo* ou *dá-lho*, haja interpretado essas formas como variantes de *me* e *l(h)e*.

- (14) a. “disse presta-mo essa quantia” [AL_OSVALH1]
 b. “eu ñ posso ñ posso dizer-lo [ao documentador] isso” [AL_FRALAH1]

Desse modo, foram apresentados, neste capítulo, os aspectos relacionados à metodologia aplicada no presente trabalho. No capítulo seguinte, serão apresentados os resultados estatísticos gerados pelo programa Goldvarb-X, a partir dos quais se pautam as interpretações sobre o encaixamento linguístico e social de cada variável dependente e sua relação com a aquisição em situação de contato linguístico.

5 AS CONSTRUÇÕES DATIVAS EM MONTE CAFÉ E ALMOXARIFE

Este capítulo apresenta os resultados das análises probabilísticas dos três temas principais em torno da variação na representação do OI: a alternância dativa (subseção 5.2), o OI pronominal (subseção 5.3) e a colocação do OI clítico (subseção 5.4). Antes, porém, apresenta-se a distribuição geral das construções dativas (OI nominais e OI pronominais) nos *corpora*.

5.1 DISTRIBUIÇÃO DAS CONSTRUÇÕES DATIVAS NOS *CORPORA* DE MONTE CAFÉ E ALMOXARIFE

A tabela 2 abaixo demonstra a distribuição geral das construções dativas (OI nominais e OI pronominais) nos *corpora* analisados. Inicialmente, o que se observa é que a construção mais produtiva tanto em MC como em AL é a COD.

Tabela 2- Distribuição das construções dativas nos *corpora*

COMUNIDADE ↓	CDP	CCD	COD	Σ
Monte Café	78 27,8%	74 26,3%	129 45,9%	281
Almoxarife	112 28,9%	124 32%	152 39,2%	388

Nota-se aqui um contraste com o português santomense, que utiliza como estratégia mais frequente a CDP. Segundo os dados apresentados por R. Gonçalves (2016, p.279), a CDP representa quase 50% dos dados, enquanto a COD, estratégia menos frequente, representa 23,5%. Além disso, a autora aponta que, dos 47 informantes que produziram sentenças com construções dativas, apenas 14 apresentaram variação entre CDP e COD e 7 utilizaram apenas a COD (GONÇALVES, R., 2016, p. 174-175). Já nos *corpora* analisados no estudo atual, dos 42 informantes entrevistados, 36 apresentaram a alternância dativa e apenas 4 não utilizaram a COD³⁶.

A título de comparação com o trabalho de R. Gonçalves (2016, p.279), propõe-se as tabelas 3a e 3b a seguir que apresentam as estratégias de realização do argumento dativo, respectivamente, no *corpus* Monte Café e Almoxarife.

³⁶ Em AL, dos 18 entrevistados, apenas um informante não apresentou a alternância e expressa apenas a COD; já em MC, dos 24 informantes, quatro deles apresentam apenas a CDP e um expressa apenas a COD.

Tabela 3a- Monte Café: A distribuição das construções dativas entre os tipos de predicação e a estrutura sintagmática do OI

		Verbos plenos	Verbos leves	Verbo transitivo com argumento acrescentado	total
CDP	OI _{SN}	21	8	16	45
	OI _{pronomes}	17	1	15	33
	Subtotal	38	9	31	78
CCD		52	2	5	59
COD	OI _{SN}	31	20	0	51
	OI _{pronomes}	43	33	2	78
	Subtotal	74	53	2	129
total		164	79	38	281

Tabela 3b- Almojarife: A distribuição das construções dativas entre os tipos de predicação e a estrutura sintagmática do OI

		Verbos plenos	Verbos leves	Verbo transitivo com argumento acrescentado	total
CDP	OI _{SN}	28	4	16	48
	OI _{pronomes}	33	4	27	64
	Subtotal	61	8	43	112
CCD		97	16	11	124
COD	OI _{SN}	61	21	4	86
	OI _{pronomes}	52	13	1	66
	Subtotal	113	34	5	152
total		271	58	56	388

Nota-se, mais uma vez, a produtividade da COD nas duas comunidades rurais tanto entre os verbos plenos como entre os leves; a mesma situação se observa entre os OI nominais. Quando se trata dos OI pronominais, percebe-se uma realidade interessante: no português de AL e no PST, prevalece a forma clítica sobre a forma preposicionada do pronome forte³⁷

³⁷Embora haja uma vasta discussão sobre a diferença entre pronomes fortes e fracos (cf. Kato, 2002), neste trabalho, se está estabelecendo apenas um contraste entre os pronomes fortes e clíticos (cf. Costa; Grolha, 2017). Aqueles corresponderiam aos de Caso nominativo e estes aos de Caso dativo; ambos classificados tradicionalmente pela gramática normativa, respectivamente, como pronomes pessoais retos e oblíquos átonos (BECHARA, 2009, p.139).

(GONÇALVES, R., 2016, p.45), enquanto em MC prevalece a COD; esse dado será retomado na seção 5.4.2 na discussão sobre a aquisição dos clíticos entre os tongas. Nas seguintes seções, apresentam-se os resultados das análises feitas *corpus por corpus*, nas quais se identificou condicionamentos linguísticos semelhantes entre as comunidades.

5.2 O FENÔMENO DA ALTERNÂNCIA DATIVA NAS DUAS COMUNIDADES

A fim de analisar o fenômeno da alternância dativa em cada comunidade, foram processados todos os dados de CDP³⁸ e de COD (com OI nominal ou OI pronominal), em cada *corpus*. Foram avaliados os efeitos de 9 variáveis independentes: 5 linguísticas e 4 extralinguísticas. As tabelas 4a e 4b apresentam as variáveis selecionadas como condicionadoras da alternância dativa, nos *corpora* de Monte Café e Almojarife respectivamente:

Tabela 4a- Monte Café: variáveis independentes selecionadas para a alternância dativa

VARIÁVEL	ORDEM DE SELEÇÃO
Tipo de verbo bitransitivo	+ 1
Pessoa do discurso	+ 2
Estrutura sintagmática do OI	+ 3
Estrutura sintagmática do OD	+ 4
	ORDEM DE REJEIÇÃO
Faixa etária	- 1
Sexo do informante	- 2
Principal fonte de L1	- 3
Situação de bilinguismo	- 4
Referência do OI	- 5

Log-likelihood = -63,382 Significância = 0,008

³⁸ A CDP, tanto no *corpus* tonga como no *corpus* Almojarife, se constrói, majoritariamente, com a preposição *para* (MC- 91% e AL- 82%); em ambos os *corpora*, a preposição *a* é a menos expressiva (MC- 5% e AL- 4%). Houve também casos de CDP com outras preposições- *em*, *de* e *com*- relacionadas a verbos dativos de posse e verbos leves (MC- 4% e AL- 14%).

Tabela 4b- Almoxarife: variáveis independentes selecionadas para a alternância dativa

VARIÁVEL	ORDEM DE SELEÇÃO
Tipo de verbo bitransitivo	+ 1
Pessoa do discurso	+ 2
Faixa etária	+ 3
	ORDEM DE REJEIÇÃO
Estrutura sintagmática do OI	- 1
Referência do OI	- 2
Escolaridade	- 3
L1 do informante	- 4
Estrutura sintagmática do OD	- 5
Sexo do informante	Eliminada ³⁹

Log-likelihood = -120,672 Significância = 0,031

Por um lado, observa-se que nas duas comunidades, há um paralelo no condicionamento linguístico pelo *tipo de verbo bitransitivo* e a *pessoa do discurso*. Por outro lado, há divergência relativamente às demais variáveis independentes linguísticas e às variáveis sociais. As próximas seções comentam os pormenores desses resultados, a começar pelas variáveis independentes linguísticas.

5.2.1 Alternância dativa em Monte Café e Almoxarife: condicionamento linguístico

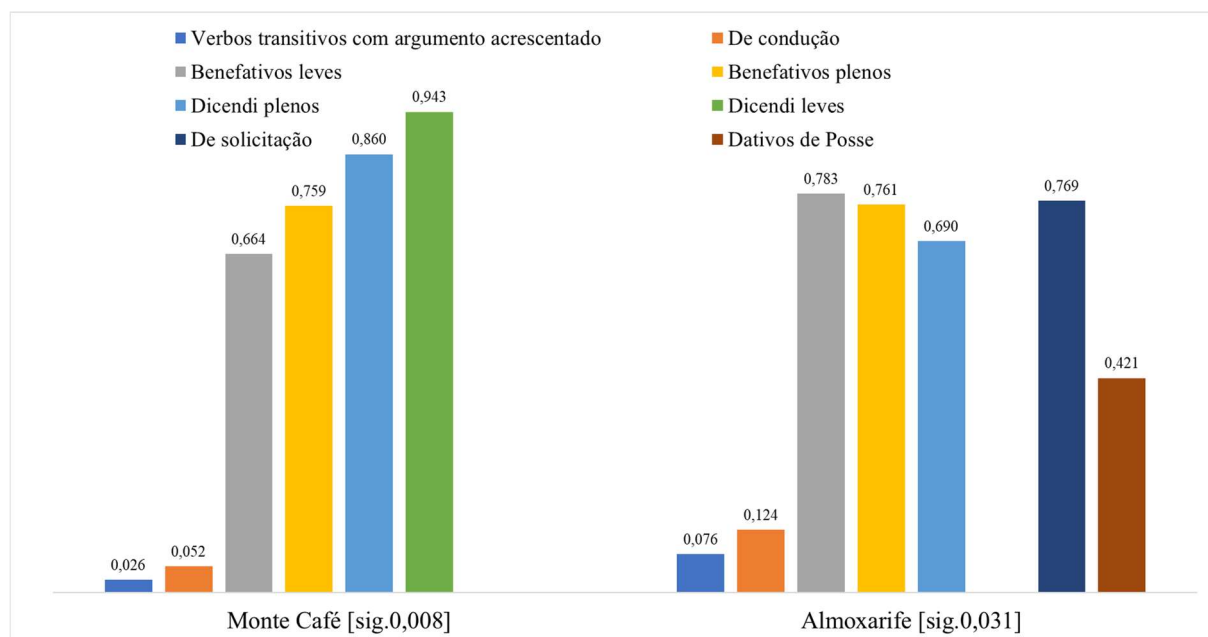
As rodadas independentes dos dados das duas comunidades revelaram que as variáveis *tipo de verbo bitransitivo* e *pessoa do discurso* atuam juntas no condicionamento da alternância dativa. No português dos tongas, quanto ao *tipo de verbo bitransitivo*, observou-se a seguinte tendência: os benefativos (p.r.0,759) e os *dicendi plenos* (p.r.0,858) e *dicendi leves* (p.r.0,673) favorecem fortemente a COD, enquanto a desfavorecem fortemente os verbos de condução (p.r.0,038) e os verbos transitivos com argumento acrescentado (p.r.0,028), preferindo a CDP. Nessa comunidade, como todos os verbos de transferência correspondem à CDP e todos os de solicitação e de posse correspondem à COD, foram excluídos da análise. Em contrapartida, em AL, todos os tipos de verbo bitransitivo apresentam variação entre a CDP e a COD e os pesos

³⁹ Essa variável apresentou no nível 1 de algumas rodadas preliminares uma significância de 1,000, por isso foi eliminada nas rodadas subsequentes com o intuito de refinar a análise.

relativos para cada um deles foram semelhantes aos resultados da análise dos dados de MC. Desse modo, em AL, os benefativos plenos (p.r.0,769) e leves (p.r.0,783), os *dicendi plenos* (p.r.0,690), e os verbos de *solicitação* (p.r.0,769) favorecem fortemente a COD, enquanto a desfavorecem levemente os *dativos de posse* (p.r.0,421) e fortemente os verbos de *condução* (p.r.0,124) e os verbos transitivos com argumento acrescentado (p.r.0,076), preferindo a CDP.⁴⁰

A seguir, o gráfico 1 mostra os efeitos dos tipos de verbo bitransitivo sobre a alternância dativa. Nele, é possível notar que os verbos *benefativos* e *dicendi* são os que favorecem a COD nas duas comunidades, independentemente de serem plenos ou leves⁴¹. Contudo, no caso de AL, os verbos de *solicitação* registram um peso relativo semelhante a essas classes. O perfil geral da comparação das comunidades confirma que, em primeiro lugar, a semântica dos verbos é mais relevante na seleção dos argumentos do que o tipo de predicação; e, em segundo lugar, que há desfavorecimento da COD (e, portanto, favorecimento da CDP) da parte dos verbos transitivos com argumento acrescentado e dos verbos de *condução*.

Gráfico 1- A COD em função do tipo de verbo em MC e AL



Neste ponto, há que se concordar com Lucchesi e Mello (2009, p.446) quando afirmam que os verbos benefativos são os que determinam as construções dativas *stricto sensu*,

⁴⁰ Os verbos de transferência não foram incluídos na análise por contarem com apenas 5 dados.

⁴¹ A comparação entre os verbos leves e plenos se deu, no *corpus* tonga, apenas com os benefativos ou *dicendi* devido à pouca quantidade de verbos leves das outras classes (apenas 1 verbo leve de condução e nenhum dos demais). Tal comparação no *corpus* Almoхарife se deu apenas com os verbos benefativos pela mesma razão; encontraram-se apenas 2 verbos leves de condução, 1 de solicitação e nenhum dos demais.

delineando a “porção mais nuclear e legítima do fenômeno”, e que os verbos *dicendi* se estruturam seguindo a mesma lógica e, ao mesmo tempo, conservando algumas particularidades, como por exemplo, a possibilidade de selecionar um OD oracional, categoricamente na ordem OI-OD. Portanto, com base no comportamento dos tipos de verbos em relação às variáveis estudadas aqui, pode-se dizer que a classe dos verbos bitransitivos está dividida em dois grupos: (1) os *verbos prototípicos*, que são os mais frequentes e mais produtivos no discurso e (2) os *verbos não-prototípicos*, que são os menos frequentes, que aparecem em contextos sintáticos mais restritos.

Por outro lado, segundo os mesmos autores, as construções *faciendi* exigem um OI meta e, por isso compõem apenas CDP com a preposição *para*. Por este motivo, esses autores excluíram esses verbos da análise do português afro-brasileiro (LUCCHESI; MELLO, 2009, p.444-445). Entretanto, no presente trabalho, essas construções, assim como as existenciais, que compõem o grupo de verbos transitivos com argumento acrescentado, correspondem a 33 ocorrências no *corpus* tonga e 55 ocorrências no *corpus* Almojarife e se distribuem entre a CDP com preposição *para* (MC- 30 e AL- 40), a CCD (MC- 1 e AL- 10) e a COD (MC- 2 e AL- 5). Conforme a discussão no capítulo 3, o OI nesse tipo de construção corresponde à entidade que se beneficia com a ação do sujeito (ex.: *ele arrumou o quarto para mim*) ou, ocasionalmente, com o OD em questão (ex.: *ele fez um bolo para Maria*). A inclusão dessas construções entre os fatores da variável *Tipo de verbo bitransitivo* não invalida o caráter especial dessas construções, apenas possibilita avaliar seu comportamento em relação às demais variáveis.

Nas rodadas das duas comunidades, além da variável *Tipo de verbo bitransitivo*, foi selecionada a *pessoa do discurso*. Identificou-se que, nos dois casos, a primeira pessoa, representada pelos pronomes *eu*, *mim*, *nós* e *a gente*, desfavorece fortemente a COD (MC p.r.0,008; AL p.r.0,252) e a terceira pessoa favorece discretamente a COD (MC p.r.0,609; AL p.r.0,570). No *corpus* de AL, os OI de 2ª pessoa foram pouco expressivos e, por isso, foram excluídos da análise. A Tabela 5 apresenta os resultados da análise:

Tabela 5- A COD em função da pessoa do discurso

	<i>Monte Café</i> sig.0,008			<i>Almojarife</i> sig. 0,031		
<i>1ª pessoa do discurso</i>	1/20	5,0%	0,008	20/54	37,0%	0,252
<i>2ª pessoa do discurso</i>	35/38	92,1%	0,685	-	-	-
<i>3ª pessoa do discurso</i>	93/149	62,4%	0,609	130/207	62,8%	0,570

Apenas na análise dos dados de Monte Café, foram selecionadas as variáveis *estrutura sintagmática do OI* e *estrutura sintagmática do OD*, nessa ordem. A Tabela 6 a seguir apresenta os resultados das análises da influência da *estrutura sintagmática do OI* sobre a alternância dativa nos dois *corpora*.

Tabela 6- A COD em função da estrutura sintagmática do OI

	Monte Café (selecionada) sig.0,008			Almoxarife (não selecionada) sig. 0,003 no nível 1 do <i>step up</i>		
	No.	%	P.R.	No.	%	P.R.
<i>Sintagma nominal</i>	51/96	53,1%	0,224	86/134	64,2%	0,403
<i>Pronome</i>	78/111	70,3%	0,745	66/130	50,8%	0,584

Percebe-se que, em MC, o OI pronominal favorece fortemente a COD (p.r.0,745). Nos dados de AL, o efeito dessa variável [não selecionada] é semelhante, embora mais moderado: os OI pronominais manifestam um leve favorecimento da COD (p.r.0,584) enquanto os nominais a favorecem (p.r.0,584). A última variável linguística independente selecionada na análise do *corpus* de MC, a *estrutura sintagmática do OD*, exerce um favorecimento da COD bastante leve:

Tabela 7- Os efeitos da variável estrutura sintagmática do OD sobre a COD

	Monte Café (selecionada) sig.0,008			Almoxarife (não selecionada) sig. 0,004 no nível 1 do <i>step up</i>		
	No.	%	P.R.	No.	%	P.R.
<i>Sintagma nominal</i>	90/144	62,5%	0,550	59/121	48,8%	0,415
<i>Pronome forte</i>	5/7	71,4%	-	6/8	75%	-
<i>Objeto nulo</i>	29/44	65,9%	0,530	59/101	58,4%	0,511
<i>Oração</i>	3/10	30%	0,032	24/29	82,8%	0,781

Em MC, por um lado, o OD sintagma nominal e o OD nulo exercem um efeito quase idêntico, favorecendo a COD. Por outro lado, a presença de um OD oracional, que parece desfavorecer a COD, registra poucos dados, por isso o resultado deve ser tratado com cautela. Embora essa variável independente não tenha sido selecionada na análise do *corpus* de AL, inspecionando as frequências, comparando os resultados registrados no nível 1 do *step up*,

percebe-se que há tendências divergentes daqueles do *corpus* de MC. Em primeiro lugar, o OD sintagma nominal é levemente desfavorável à COD, enquanto o OD oracional a favorece bastante; o OD objeto nulo registra um favorecimento marginal, quase neutro. Apenas uma análise mais refinada poderia esclarecer o que ocorre, no português de Almojarife, em relação a esses contextos sintáticos.

Finalmente, quanto à ordem dos argumentos na alternância dativa, os resultados estão sintetizados nas tabelas 8a e 8b abaixo e demonstram (i) a preferência da COD pela ordem OI-OD, inclusive quando se trata dos verbos leves (MC- 94% e AL- 95%); e (ii) a regra geral da ordem OD-OI no caso de CDP, excetuando-se os casos de OD oracional (MC- 85% e AL- 84%).

Tabela 8a- Monte Café: A ordem dos argumentos na CDP e na COD

	ORDEM OD-OI				ORDEM OI-OD			
	<i>Verbos plenos</i>	<i>Verbos leves</i>	<i>Verbos transitivos com argumento acrescentado</i>	Σ	<i>Verbos plenos</i>	<i>Verbos leves</i>	<i>Verbos transitivos com argumento acrescentado</i>	Σ
CDP	19	9	37	65	6	0	0	6
COD	3	8	0	11	41	45	2	88
Σ	22	17	37	76	47	45	2	94

Tabela 8b- Almojarife: A ordem dos argumentos na CDP e na COD

	ORDEM OD-OI				ORDEM OI-OD			
	<i>Verbos plenos</i>	<i>Verbos leves</i>	<i>Verbos transitivos com argumento acrescentado</i>	Σ	<i>Verbos plenos</i>	<i>Verbos leves</i>	<i>Verbos transitivos com argumento acrescentado</i>	Σ
CDP	26	8	35	69	4	0	0	4
COD	8	2	3	13	50	27	1	78
Σ	34	10	38	82	54	27	1	82

Os 10 casos de CDP na ordem OI-OD [6 em MC e 4 em AL] correspondem aos casos de OD oracional, que obriga a posição do OI adjacente ao verbo. Gomes (1998), sobre a variedade falada no Rio de Janeiro, apontou: “Se OD e OI são sintagmas não-oracionais, virá adjacente ao verbo o sintagma que for menor” (p.68)⁴². Entretanto, os dados de MC e AL

⁴² Seria necessária uma análise mais refinada que pudesse dar conta de explicar o porquê da escolha da ordem OD-OI nos 24 casos de COD [11 em MC e 13 em AL], cujos OD correspondem a sintagmas nominais.

demonstrados nas tabelas acima apontam que, quando o OI e o OD são não-oracionais, o que vai definir a ordem dos argumentos é muito mais o tipo de construção do que o tamanho do sintagma.

Lucchesi e Mello (2009) notaram, a respeito das comunidades afro-brasileiras, que “a alta coesão do verbo com o OD, com o qual forma uma única lexia composta, impede a ocorrência da ordem OI-OD” (p.446). Assim, todas as ocorrências de verbos leves levantadas por esses autores, seja de COD seja de CDP, apontam que a ordem OD-OI é categórica. Entretanto, ratificou-se que, nas variedades estudadas aqui, os verbos leves se sujeitam aos mesmos condicionamentos sintáticos que os verbos plenos que lhes correspondem. Assim, está claro que o fato de a seleção do argumento dativo ser feita pela combinação <verbo leve + SN> não interfere nas propriedades sintático-semânticas da construção dativa resultante. Note-se nas tabelas acima que a ordem OI-OD é prevalente no caso de COD, mesmo em se tratando de verbos leves.

Segundo Baxter, Mello e Santana (2014, p.295), a dupla configuração da COD (SN_{OD}+SN_{OI} ou SN_{OI}+SN_{OD}), no caso do português afro-brasileiro e do português dos tongas, corresponderia superficialmente à configuração simétrica da COD, comum nas línguas bantu. Diz-se *superficialmente* porque, para a COD ser simétrica, seria necessário atestar a presença das passivas dativas; o que na amostra analisada por esses autores não se verificou. Seria possível estender essa hipótese explicativa à variedade falada em AL uma vez que as informações disponíveis na tabela 8b confirmam, nesse *corpus*, a possibilidade de COD com OI adjacente ou não-adjacente ao verbo. Segundo Gonçalves (2016, p.200), no caso de a COD ser simétrica, quando um dos objetos é [+animado], apenas ele pode estar imediatamente após o verbo e quando o OD e o OI compartilham o mesmo traço semântico, então a posição entre eles é variável. Desse modo, uma análise mais refinada que desse conta da animacidade do OD e do OI poderia fornecer um material mais robusto para investigar uma possível simetria da COD no português de MC e de AL.

5.2.2 Alternância dativa em Monte Café e Almojarife: condicionamento social

Na análise dos dados de Monte Café, nenhuma variável social foi selecionada para inclusão no conjunto de variáveis independentes condicionantes da alternância dativa. Já na análise dos dados de Almojarife, foi selecionada a faixa etária. A tabela 9 apresenta os resultados da análise dessa variável no *corpus* de AL e inclui os resultados da mesma variável no *corpus* de Monte Café, apenas a título de comparação:

Tabela 9- O efeito da faixa etária sobre o uso da COD

	<i>Almoxarife</i> (selecionada) sig.0,031			<i>Monte Café</i> (não selecionada) sig. 0,638 no nível 1 do <i>step up</i>		
	No.	%	P.R.	No.	%	P.R.
<i>Faixa III</i>	46/71	64,8%	0,672	61/94	64,9%	0,527
<i>Faixa II</i>	56/97	57,7%	0,467	33/52	63,5%	0,512
<i>Faixa I</i>	50/96	52,1%	0,402	35/61	57,4%	0,449

Os resultados para AL sugerem uma leve mudança, devido ao aumento do uso da CDP na faixa I, mas não eliminando totalmente a COD. A mesma tendência parece estar presente no perfil dos resultados de MC, mas neste caso, as faixas 2 e 3 manifestam pouca diferença. Em AL, junto com os resultados da *faixa etária*, as variáveis *L1 do informante* e *Escolaridade*, embora não selecionadas, podem ser instrutivas. Na tabela 10 a seguir, nota-se que os falantes que indicaram o português e o forro como suas L1 registraram menos uso da COD do que os que registraram o forro como L1. Em termos de influência da gramática da L1, esse perfil faz sentido, já que, no forro, a única estratégia para expressão do dativo é a COD (GONÇALVES; HAGEMEIJER, 2015, p.97).

Tabela 10 - Efeitos da *L1 do falante* e *escolaridade* sobre a COD

L1 do falante (não selecionada) sig.0,354				Escolaridade (não selecionada) sig. 0,638 no nível 1 do <i>setp up</i>			
	No.	%	P.R.		No.	%	P.R.
Forro	85/141	60,3%	0,527	Analfabeto	49/78	62,8%	0,527
Português e Forro	67/123	54,5%	0,469	Semianalfabeto (1ª a 4ª série)	75/139	54%	0,512
				Ginásio (8º ano)	28/47	59,6%	0,449

Por outro lado, na mesma tabela, e novamente exercendo cautela, pois se trata de variáveis não selecionadas, conforme se aumenta a escolaridade, o uso da COD diminui levemente, mas ainda se mantém como uma variante notável.

5.2.3 A origem da COD nas duas comunidades

Para determinar que a COD é o resultado de uma transferência a partir do substrato, segundo Parkvall (2012, p.56-57), é necessário verificar, primeiramente, sua presença nas línguas de substrato e, ao mesmo tempo, sua ausência no PE (o que já está feito) e nos P/Cs não relacionados. No contexto das comunidades estudadas aqui, os substratos seriam as línguas bantas, presentes nos ciclos de contato em MC (umbundu, caboverdiano e kimbundu) e as línguas kwa, substrato do crioulo forro falado em AL (ROUGÉ, 1992; GONÇALVES, 2010, p.25). Os P/Cs não relacionados seriam aqueles cuja língua de substrato não corresponde a nenhuma dessas citadas.

De acordo com o *World Atlas of Language Structures Online* (HASPELMATH, 2013), a COD se concentra, principalmente, na África subsaariana, nas regiões que incluem as vertentes da grande família niger-congo, em que estão incluídas as línguas bantas e edoides, substratos africanos dos P/Cs santomenses. Ademais, o *Atlas of Pidgin and Creole Language Structures Online* (HASPELMATH; MICHAELIS, 2013) revela a ausência da COD nos P/Cs de base lexical portuguesa do continente asiático; estes seriam os P/Cs não relacionados aos da zona bantu: Diu Indo-português, Korlai, Sri Lanka portuguesa, Papiá Kristang, Criáceo da Batávia. Ainda assim, segundo a proposta de Parkvall (2012), para que se pudesse afirmar, com o máximo de precisão, que se trata de um traço linguístico transferido a partir do substrato, além dessas informações, a COD deveria ser incomum translinguisticamente. Isso porque a ausência de um traço linguístico tanto na língua lexificadora quanto nos P/Cs não relacionados seria suficiente para determinar um universal de reestruturação.

Contudo, a distribuição da COD entre os P/Cs do mundo revela que, nos crioulos das regiões do Atlântico e do Oceano Índico que têm conexões históricas com a África, continente onde se concentram grande número de línguas de tipologia COD, substratos desses P/Cs, o padrão mais difundido é a COD. Estes fatos independem da língua lexificadora (inglês, francês ou ibero-românica) (HASPELMATH; MICHAELIS, 2013). Além disso, alguns dos P/Cs não relacionados àqueles, que também expressam a COD, parecem ter mantido algum vínculo com alguma língua de tipologia COD, revelando que uma explicação substratista é mais provável que a universalista.

Entende-se, portanto, que a COD nas variedades estudadas aqui é resultado da “transferência histórica do parâmetro COD da L1 ancestral para o português L2, transmitida ultimamente para o português L1” (BAXTER; MELLO; SANTANA, 2014, p.303). Diz-se, assim, que as situações de contato com as línguas niger-congo, vivenciadas em toda ilha, teriam

provocado a transferência do parâmetro COD, num primeiro momento, num processo radical de Transmissão Linguística Irregular, que resultou nos crioulos santomenses (forro, angular e lung'ie). Num segundo momento e de maneira mais localizada, essa mesma transferência substratal se observou no processo de Transmissão Linguística Irregular do tipo leve, que resultou, em MC e em AL, na formação de um português reestruturado.

Além do efeito da transferência de um parâmetro da L1 de substrato, em fases iniciais de aquisição e em contexto de bilinguismo prolongado, a incorporação da COD nas variedades estudadas aqui pode estar associada, inicialmente, a problemas de percepção. Isto é a dificuldade de os aprendentes adultos, no processo de aquisição do português como L2 à oitiva, detectarem e decodificarem a preposição em casos de ambiguidade morfofonológica. Baxter, Mello e Santana (2014, p.298) afirmam que

A preposição *A* não seria facilmente detectada a partir das fonologias das L1, sobretudo as L1 que privilegiam sílabas do tipo cv. Aliás, a preposição *A* apresentaria um perfil acusticamente fraco e funcionalmente opaco devido à fusão de sequências de vogais /a/ e a possibilidade de não diferenciar artigo definido, preposição *A* e vogal /a/ inicial de palavra.

Assim, os adultos oriundos das regiões niger-congo que mantiveram contato ao longo de várias gerações na roça MC, à medida que surgiam novas necessidades comunicativas, começaram a expandir o MFIC (ver seção 1.3) e, ao se deparar com a dificuldade de detecção da preposição *a* (atribuidora de Caso dativo no PE, que nesse momento já se teria imposto como LA), recorreram à COD, que, evidentemente, era o recurso disponível nas suas próprias L1 (línguas bantas) para expressão do dativo. Como nessa comunidade o acesso à norma europeia está restrito aos que mantêm algum contato fora da comunidade e essa é a condição de apenas 3 dos 24 informantes que compõem o *corpus* tonga, se estabeleceu inicialmente na comunidade uma variação estável entre a CDP e a COD. O prestígio do português e a abertura da comunidade a contatos externos pode ser o responsável pelo estabelecimento de um leve processo de mudança.

Em AL, a situação foi semelhante. Os adultos forros mais velhos adquiriram o português como L2 e, devido à mesma dificuldade de detecção da preposição *a*, optaram pela COD, recurso disponível em sua própria L1, o forro. Segundo Almeida e Flores (2017), “no caso da aquisição simultânea de duas línguas, a interação entre as línguas em aquisição é mais reduzida do que no caso da relação entre uma L1 e uma L2” (p. 290). Assim, pode-se dizer que os adultos mais jovens que durante a infância adquiriram simultaneamente o forro e o português seriam

os responsáveis por estabelecer na comunidade um discreto quadro de mudança no sentido da substituição da COD pela CDP com a preposição *para* já que, apesar das possíveis interferências entre as línguas, sua competência bilíngue minimizaria as chances de reinterpretação e incorporação do parâmetro COD na língua portuguesa.

Em contrapartida, a preposição *para* é adquirida com mais facilidade porque apresenta uma maior visibilidade e transparência funcional no discurso. O fato de essa preposição estar presente em todas as línguas crioulas de base lexical portuguesa, ao contrário da categórica ausência da preposição *a*, demonstra isso (BAXTER; MELLO; SANTANA, 2014, p.298). Ademais, se observa nas variedades [mais ou menos] reestruturadas da língua portuguesa a expansão do uso da preposição *para*: no PE, introduz apenas o objeto oblíquo, mas nas variedades reestruturadas do português, inclusive nas que foram estudadas aqui, rege todos os tipos de verbos bitransitivos. Portanto, entende-se que o uso generalizado da preposição *para*, no contexto das comunidades estudadas aqui, não é fruto direto de “uma interferência da L1 no processamento da L2, mas de uma aproximação da língua-alvo graças ao que chamaríamos de um princípio geral de gramaticalização: finalidade > meta” (OLIVEIRA, 2005, p.7). Dessa forma, a atribuição de Caso dativo nas variedades reestruturadas do português (e isso inclui as estudadas aqui) se dá pela preposição *para* em contexto de CDP.

5.2.3.1 A atribuição do Caso dativo na COD

P. Gonçalves (2005, p.54-61) propõe uma explicação para o surgimento de um “novo sistema de marcação casual” (p.59) no português moçambicano, que parece se aplicar parcialmente ao que ocorreu nas variedades do português faladas em MC e AL.

Primeiramente, a autora esclarece que os verbos na língua portuguesa atribuem apenas um Caso estrutural. Assim, nas construções dativas, em que há dois argumentos internos, o verbo atribui Caso acusativo ao OD e o Caso dativo é atribuído ao OI pela preposição (no PE, a preposição *a*). A possibilidade de cliticização do OI, por meio de um pronome pessoal dativo, é a prova de que a preposição *a* não é requerida pelo verbo, mas se apresenta apenas para marcação casual (OLIVEIRA, 2005, p.3-4). Os verbos das línguas bantu, por outro lado, atribuem Caso a mais de um NP, não sendo necessária, portanto, a expressão de preposição em muitos casos. Isso explicaria a tendências dessas línguas ao uso de construções applicativa e de COD (GONÇALVES, 2005, p.56-57).

Assim, os aprendentes de português-L2 ficam expostos a um *input* ambíguo, do ponto de vista de suas L1-bantu, já que o OI ora aparece no discurso precedido por preposição, ora

aparece como clítico indexado ao verbo. Diante desse quadro, retomando a proposta de Müller e Hulk (2001 apud Slabakova, 2016, p.133): se um dado na língua A é ambíguo, ou seja, pode ser analisado de duas maneiras diferentes, e a língua B está estruturada com base em uma das duas análises possíveis, essa análise é reforçada na língua A. Dessa forma, esses aprendentes de português-L2 reinterpretem a opção clítica do OI como sendo a possibilidade de incorporação da preposição (opção de sua própria L1) e terminam por fixar um novo valor de parâmetro.

A consequência dessa reanálise para o português moçambicano foi o surgimento da COD e das passivas dativas. Esta última seria a única divergência em relação ao português das comunidades estudadas aqui já que nelas não se registram passivas dativas. Por isto mesmo, pode-se pensar que a incorporação da preposição teria ocorrido depois da estruturação inicial da COD; na realidade, essa incorporação ainda estaria acontecendo.

5.3 OS OI PRONOMINAIS EM MONTE CAFÉ E ALMOXARIFE: A FORMA PADRÃO VS. AS FORMAS NÃO-PADRÃO

No *corpus* de Monte Café, foram analisadas 185 ocorrências de OI pronominais e no *corpus* de Almoхарife, 254 ocorrências. Notou-se, entre esses dados, a prevalência das formas analíticas (MC- 60% e AL- 51%), representadas nos exemplos (15a) e (15b), em detrimento das formas sintéticas, no exemplo (16).

(15) a. “Leva armoço pa elé” [MC_JOSAUH3]

b. “Dá bocê pramatoria” [MC_ALIRIF3]

(16) “Ei me dá cachimbo” [MC_SILVF3]

Para analisar os condicionamentos linguísticos e sociais desse fenômeno, opôs-se as variantes não-padrão (CDP e CCD, respectivamente, nos exemplos 15a e 15b) à variante padrão (CCD, no exemplo 16). Foram avaliados os efeitos de 8 variáveis independentes: 5 linguísticas e 3 extralinguísticas. As tabelas 11a e 11b apresentam os grupos de fatores selecionados como condicionadores do OI pronominal, nos *corpora* de Monte Café e Almoхарife respectivamente:

Tabela 11a – Monte Café: variáveis independentes selecionadas na análise da variável OI pronominal

VARIÁVEL	ORDEM DE SELEÇÃO
Pessoa do discurso	+ 1
Tipo de verbo bitransitivo	+ 2
Sexo do informante	+ 3
Faixa etária	+ 4
Referência do OI	+ 5
VARIÁVEL	ORDEM DE REJEIÇÃO
Situação de bilinguismo	- 1
Principal fonte de L1	- 2
Estrutura sintagmática do OD	- 3

Log-likelihood = -50,075 Significância = 0,026

Tabela 11b – Almojarife: variáveis independentes selecionadas na análise da variável OI pronominal

VARIÁVEL	ORDEM DE SELEÇÃO
Pessoa do discurso	+ 1
Referência do OI	+ 2
Sexo do informante	+ 3
Tipo de verbo bitransitivo	+ 4
Escolaridade	+ 5
	ORDEM DE REJEIÇÃO
L1 do informante	- 1
Faixa etária	- 2
Estrutura sintagmática do OD	- 3

Log-likelihood = -96,310 Significância = 0,001

Observa-se que nas duas comunidades, há paralelos, sobretudo, no condicionamento linguístico e parcialmente no condicionamento social. Nas próximas seções, comenta-se esse perfil, a começar pelas variáveis linguísticas selecionadas.

5.3.1 OI pronominais em Monte Café e Almojarife: condicionamento linguístico

Nota-se nas tabelas 11a e 11b que foram selecionadas as mesmas três variáveis linguísticas independentes. Coincidem na seleção da pessoa do discurso, e apenas se diferenciam na ordem de seleção da caracterização semântica do OI e o tipo de verbo bitransitivo. Por motivos de economia, a discussão será desenvolvida conforme a ordem de seleção detectada na análise do *corpus* de Monte Café.

Quanto à *pessoa do discurso*, observe-se, a partir das tabelas 12a e 12b abaixo, que a maioria dos dados de clíticos correspondem à primeira pessoa do discurso e a maioria dos OI pronominais como CDP e COD correspondem à terceira pessoa.

Tabela 12a- Monte Café: Efeito da pessoa do discurso sobre o OI pronominal não-padrão

	OI Pronominal não-padrão (CDP e COD)		
	Nº. de oc.	%	P.R.
<i>1ª pessoa do discurso</i>	20/81	24,7	0,087
<i>2ª pessoa do discurso</i>	38/42	90,5	0,771
<i>3ª pessoa do discurso</i>	53/62	85,5	0,904

Significância = 0,026

Tabela 12b- Almojarife: Efeito da pessoa do discurso sobre o OI pronominal não-padrão

	OI Pronominal não-padrão (CDP e COD)		
	Nº. de oc.	%	P.R.
<i>1ª pessoa do discurso</i>	50/165	30,3	0,070
<i>2ª pessoa do discurso</i> ⁴³	-	-	-
<i>3ª pessoa do discurso</i>	77/84	91,7	0,886

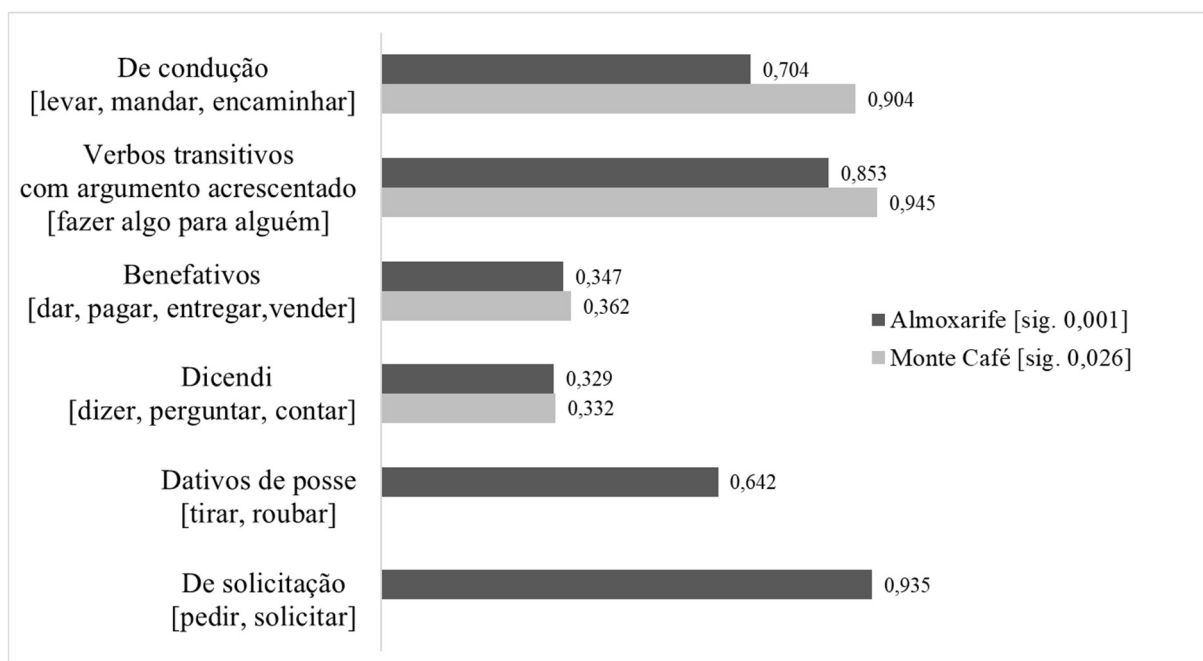
Significância = 0,003

Isso implica dizer que, no discurso, quando a referência é à primeira pessoa, a tendência é para o uso do *me* e não do pronome forte *eu/nós/a gente* ou da forma preposicionada *pra mim*. Quando, por outro lado, a referência é à segunda pessoa, a tendência é para o uso do pronome forte *você(s)*. Destaca-se também que a maioria dos OI de 2ª pessoa são de referência genérica (72%), no exemplo “quando fala co senhoro *bá ômenhã* você sabe é água pide você água”- [MC_ISASIF2]. Apenas 28% dos OI de 2ª pessoa são realmente uma referência do informante ao documentador; essa situação não surpreende já que as entrevistas sociolinguísticas, em geral, possuem um caráter mais narrativo.

⁴³ Devido aos poucos dados (apenas 5), este fator foi eliminado da análise.

No que diz respeito ao *tipo de verbo bitransitivo*, a segunda variável linguística independente selecionada, o gráfico 2 a seguir demonstra o efeito dessa variável sobre o uso das formas não-padrão. É possível observar que, quando se trata dos OI pronominais, os verbos benefativos e *dicendi* são os únicos que favorecem a forma padrão, ou seja, o OI clítico. Os demais tipos de verbo, as formas não-padrão.

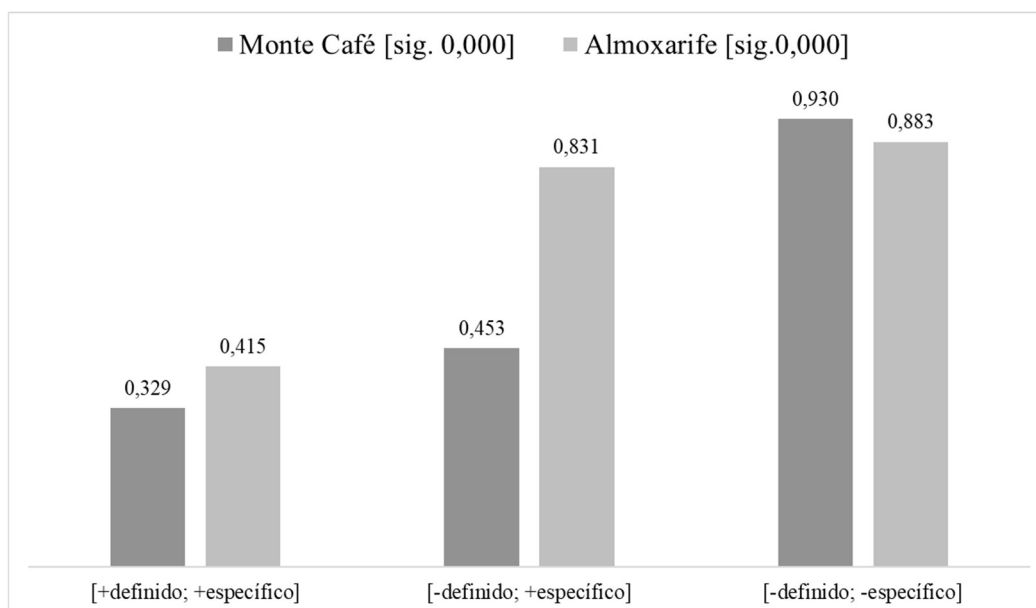
Gráfico 2- Efeito do tipo de verbo sobre o uso do OI não-padrão



Novamente, nota-se um forte paralelo nos perfis das duas comunidades, embora o efeito dos verbos de condução e dos transitivos com argumento acrescentado seja mais evidente em MC do que em AL. Como se vê no gráfico acima, esses verbos demonstraram forte tendência às formas não-padrão, assim como os dativos de posse e de solicitação, no *corpus* de AL. Porém, como se observou no gráfico 1 na seção 5.2.1, que trata dos condicionamentos linguísticos da alternância dativa, esse favorecimento, com exceção dos verbos de solicitação, é, na realidade, em relação à CDP e não à COD.

No caso da terceira variável linguística selecionada, observa-se um comportamento diferente entre as comunidades no que diz respeito ao traço de definitude e ao de especificidade. Conforme se observa no gráfico 3 abaixo, em MC, os OI que compartilham o traço [+específico] apresentam o mesmo comportamento, favorecendo o OI clítico. Em AL, por outro lado, apresentam o mesmo comportamento os OI que compartilham o traço [-definido], favorecendo o OI não-padrão.

Gráfico 3- O uso do OI não-padrão em função da referência do OI



O que se percebe em ambas comunidades é a tendência ao uso do clítico nos casos em que o OI possui referência definida e específica. Gramaticalmente, essa situação também já era esperada porque, via de regra, o uso do clítico implica uma referência mais definida. Nos *corpora*, apenas 10 casos de clíticos dativos possuem uma referência indefinida ou genérica, em contextos semelhantes ao exemplo: “e eu como fiquê formado neste ramo e eu é que lhes dô a técnica”- [MC_FRALAH1], em que o informante se refere aos pequenos agricultores que recebem dele apoio técnico para criação de abelhas, num projeto do estado.

5.3.2 Os OI pronominais em Monte Café e Almozarife: condicionamento social

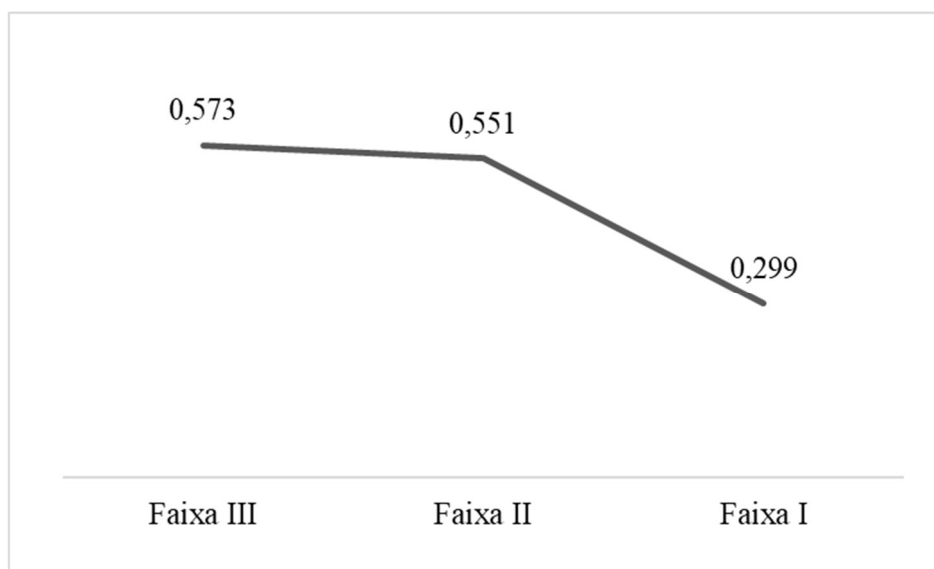
Quanto às variáveis sociais, mostrou-se comum às duas comunidades o efeito do *sexo*, a primeira das variáveis sociais a ser selecionada, conforme se viu nas tabelas 11a e 11b no início da seção 5.3. Contudo, houve divergência na seleção de uma segunda variável social: faixa etária, em MC, e escolaridade em AL.

A distribuição dos papéis sociais até o momento da coleta de dados (final do séc. XX) cooperou para que a fala das mulheres e dos homens fossem diferentes já que era frequente em MC os serviços dos homens os colocarem em maior contato com os colonos e, conseqüentemente, em maior exposição à variante padrão. Em AL, entre os homens e as mulheres, a realidade é semelhante a MC. Uma das atividades econômicas mais produtivas na comunidade de Almozarife era o transporte de mercadorias das roças; esse tipo de trabalho, desenvolvido pelos homens, garantia-lhes um contato mais frequente com os colonos e com a

norma europeia. Essas realidades foram confirmadas pelos resultados estatísticos. Enquanto os homens apresentam as menores frequências da forma não-padrão (MC 43,6%, p.r. 0,254; AL 43,1%, p.r. 0,334), e portanto, maior uso dos clíticos, as mulheres tendem a usar a CDP e a COD como as principais formas de expressão do OI pronominal (MC 76,9%, p.r.0,753; AL 61,8%, p.r. 0,711).

A *faixa etária* só foi selecionada na comunidade de MC. Para analisar os efeitos dessa variável, foi necessário controlar o perfil individual de três informantes que possuem uma interação sociolinguística particular: [MC_JUSCAH2] e [MC_FREJOH2], homens da faixa II que, na época colonial, trabalharam junto com os administradores portugueses da roça e [MC_FRALAH1], um jovem da faixa I que tem um envolvimento num empreendimento comercial fora da comunidade. A presença dos dados desses informantes indicou que tanto a faixa I como a faixa II teriam a preferência pelos OI clíticos, sendo que as maiores frequências de OI clíticos pertencem aos informantes com idade média. Como um teste, foram excluídos os dados desses três informantes e o resultado apontou para um favorecimento ao uso da forma padrão apenas entre os informantes da faixa I, conforme se observa no gráfico 4 a seguir.

Gráfico 4- O uso do OI não-padrão entre as faixas etárias em MC

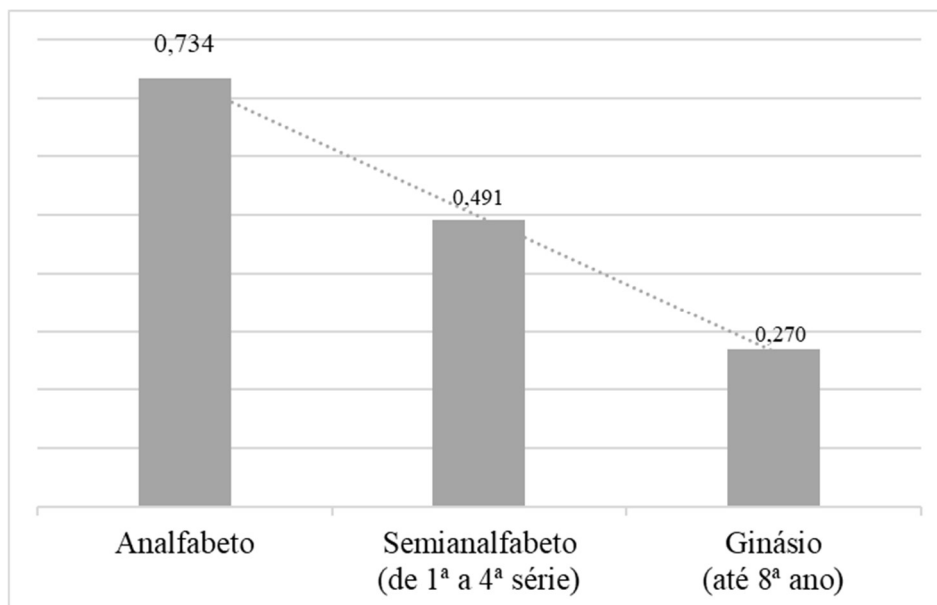


Significância = 0,000

Essa característica da fala dos mais jovens não está associada à escolaridade porque todos os informantes tongas entrevistados são analfabetos ou semianalfabetos. Em contrapartida, nos dados da comunidade de Almojarife, foi possível avaliar o efeito da variável *escolaridade* sobre a realização do OI pronominal. No gráfico 5, a seguir, nota-se que quanto menor o grau de escolarização, mais se favorece a forma não-padrão do OI. O perfil do gráfico

sugere que a difusão da variante padrão, i.e., do OI clítico, na comunidade é favorecida mediante a escolarização.

Gráfico 5- O uso não-padrão do OI pronominal em AL em função da escolaridade dos informantes



Significância= 0,012

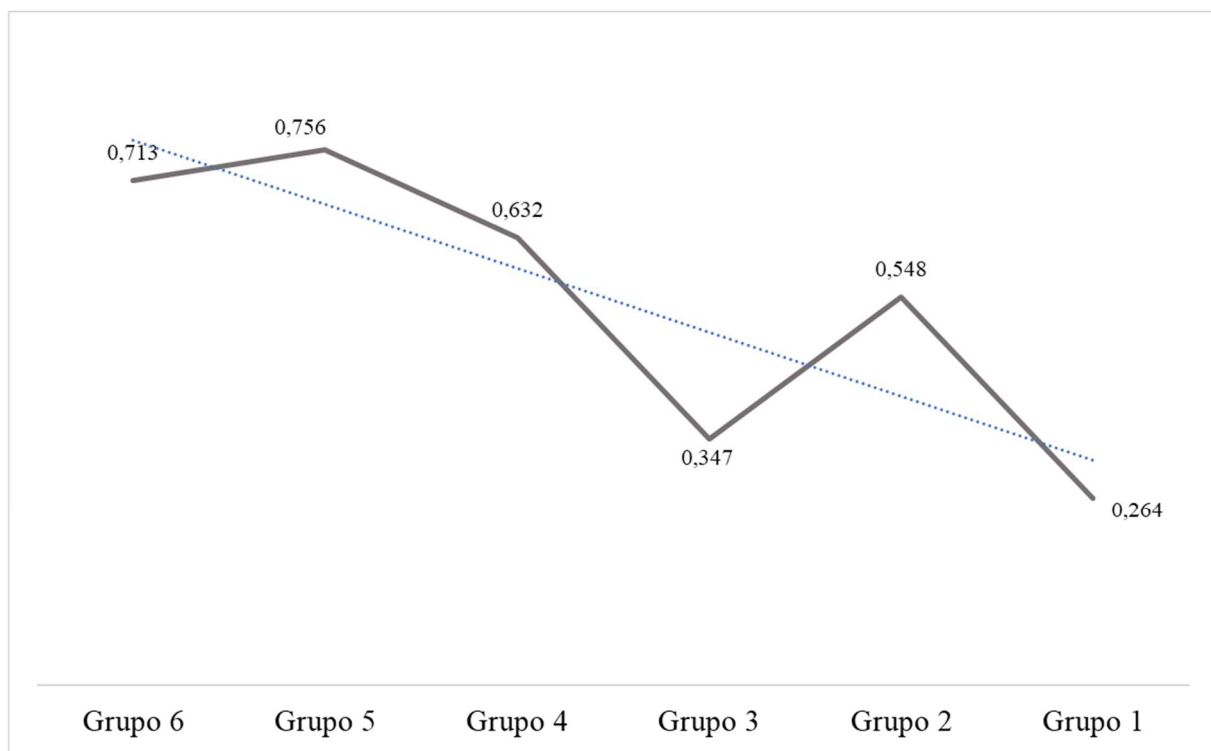
Na realidade, no caso de AL, as variáveis sociais *escolaridade* e *faixa etária* estão interrelacionadas na medida em que, conforme se observou no quadro 6 na seção 4.3, a maioria dos falantes com escolarização está na faixa I e só minimamente nas faixas II e II. Nota-se, então, que esses dois grupos de fatores não são ortogonais, ou seja, terminam por codificar os mesmos dados. Portanto, procedeu-se uma rodada especial, com essas variáveis combinadas, configurando seis diferentes grupos sociais⁴⁴:

- (i) grupo 1 [ginásio; faixa I]: 3 informantes
- (ii) grupo 2 [semianalfabeto; faixa I]: 3 informantes
- (iii) grupo 3 [semianalfabeto; faixa II]: 3 informantes
- (iv) grupo 4 [semianalfabeto; faixa III]: 2 informantes
- (v) grupo 5 [analfabeto; faixa II]: 3 informantes
- (vi) grupo 6 [analfabeto; faixa III]: 4 informantes

Nessa rodada, essa nova variável *Perfil social dos informantes* foi selecionada e o seu efeito sobre o uso dos OI pronominais não-padrão está demonstrado no gráfico 6 abaixo.

⁴⁴ Como a variável *Escolaridade* foi selecionada na rodada anterior, diferentemente da faixa etária para a combinação com a variável *Faixa etária*,

Gráfico 6- O uso dos OI pronominais não-padrão em função do perfil social dos informantes



Significância = 0,008

O padrão curvilíneo acima, demonstrado pela linha de tendência no gráfico, aponta que quanto mais jovem e mais escolarizado, menor a chance de o informante optar pelos OI não-padrão. Seria necessária uma análise mais refinada que pudesse dar conta de contextos mais individuais e que justificasse a queda do uso da variante não-padrão registrada no grupo 3 e no grupo 6. Propõe-se como hipótese que essa situação se dá pela variável *estada fora da comunidade*, que foi controlada por Figueiredo (2008) e Coelho (2015) no estudo nesse mesmo *corpus* sobre a concordância nominal e verbal, respectivamente. Através desses trabalhos, notou-se que nos grupos 3 e 6 estão concentrados três dos cinco informantes que já estiveram fora da comunidade por pelo menos seis meses.

Além disso, na análise dos dados de AL, a variável *L1 do informante*, que se tem revelado de interesse em estudos sobre o português urbano de São Tomé (VIEIRA, 2016), não foi selecionada em nenhuma rodada, nem tampouco apresentou uma boa significância no nível 1. De maneira semelhante, nas análises dos dados de MC, outras variáveis instrumentadas para avaliar efeitos de transferência da outra língua presente na vida do falante - *situação de bilinguismo e principal fonte de L1* tampouco foram significativas. Esta última se mostrou relevante em estudos da concordância de número (BAXTER, 2004).

5.4 O USO DOS OI CLÍTICOS: A POSIÇÃO PRÉ-VERBAL VS. A PÓS-VERBAL

Os OI clíticos se expressam em duas variantes: a pré-verbal, no exemplo (17a), e a pós-verbal, no exemplo (17b):

- (17) a. “É conseguiu me dare uma arma” [MC_FRADUH3]
 b. “seôr da-me essa coesa pronto” [AL_ABILH2]

Em MC, os OI clíticos correspondem a 51 pré-verbais e 23 pós-verbais, resultando em uma frequência de 68,9% de próclise. Porém, a realidade é ainda mais radical, pois das 23 ocorrências de OI enclíticos, 22 pertencem aos três informantes que mantinham maior contato com os colonos. O único caso restante revela pouca *incorporação* do pronome ao verbo: “Lava boca, lavacara, da mê banho”- [MC_CECIF3]. Desse modo, a variação em MC só existe nos idioletos desses informantes com uma realidade sociolinguística particular, sendo assim a regra geral de colocação pronominal em MC é a próclise. Essa realidade é consequência do contato com as línguas bantu que se estabeleceu nessa comunidade (ver seção 5.4.2).

5.4.1 A variação na colocação do OI clíticos em Almojarife

Em AL, também prevalece a próclise, embora com uma frequência mais modesta: 56,5%. Contudo, diferentemente do que acontece em MC, a variação na colocação do OI clítico em AL é no nível da comunidade, ou seja, não está em função dos usos particulares de um ou outro informante. Na análise probabilística, foram selecionadas duas variáveis independentes: uma linguística, *elementos capazes de induzir alçamento do pronome*, e uma social, a *escolaridade*. A presença de elementos alçadores efetivamente favorece a próclise (p.r.0,684)⁴⁵, embora a maioria dos casos proclíticos ocorra na ausência desses elementos, conforme se observa na tabela 13 a seguir. Percebe-se também a presença da ênclise, mesmo diante desses elementos proclisadores.

⁴⁵ Rodada com *log-likelihood* = -72,067 e significância = 0,029.

Tabela 13- Almozarife: o OI clítico e os elementos alçadores de pronome

	Ausente	Palavras negativas	Conjunções subordinativas	Advérbios	Σ
OI pré-verbal	47	11	10	2	70
OI pós-verbal	44	4	4	0	52
Σ	91	15	14	2	122

Assim, estendendo a reflexão de Vieira e Vieira (2018) [sobre o PST e o português moçambicano] à variedade falada em AL, propõe-se, como hipótese, que a oscilação entre a próclise e a ênclise nos mesmos contextos sintáticos seja favorecida: (i) pelo contato com o forro⁴⁶ e com o PE, que possuem a ênclise como a opção não marcada; e (ii) pelo fato de ainda não se ter consolidado a variedade falada na comunidade. Nesse último caso, em dados urbanos, “a aquisição do modelo com efeito proclisador ainda não estaria estabelecida plenamente, de modo que ocorreria ora próclise, ora ênclise nos mesmos contextos sintáticos” (VIEIRA; VIEIRA, 2018, p. 315-316). Embora seja importante exercer cautela ante os resultados registrados na análise atual, considerando o baixo número de dados, nota-se aqui uma preferência pela próclise. Além disso, há evidências de um aumento no uso da próclise, entre o grupo com mais escolaridade, evidente na tabela 14 abaixo.

Tabela 14 – Almozarife: Efeito da escolaridade sobre a próclise do OI

	<i>No.</i>	<i>%</i>	<i>P.R.</i>
<i>Analfabeto</i>	8/21	38,1%	0,281
<i>Semianalfabeto (1ª a 4ª série)</i>	33/70	47,1%	0,383
<i>Ginásio (8º ano)</i>	29/33	59,6%	0,833

Log-likelihood = -72,067 *Significância* = 0,029

Tendo em conta as limitações numéricas dos dados, a distribuição das duas variantes nas variáveis sociais *faixa etária* e *L1 do falante*, na tabela 15 parece reforçar essa perspectiva:

⁴⁶ Segundo Vieira (2016, p.90), no forro, “o pronome objeto sempre se encontra na posição depois do verbo ou da preposição, não havendo efeitos de partículas proclisadores”.

Tabela 15- Almoxarife: A próclise do OI em relação a *faixa etária* e *L1 do falante*

	Fator	Nº de Oc.	%	P.R.
<i>Faixa etária</i> (não selecionada) sig. 0,000 no nível 1 do <i>step up</i>	I	49/68	72,1%	0,659
	II	9/32	28,1%	0,310
	III	12/24	50%	-
<i>L1 do falante</i> (não selecionada) sig.0,007 no nível 1 do <i>step up</i>	Forro/Português	49/73	67,1%	0,608
	Forro	21/51	42,2%	0,348

Em relação às faixas etárias, como se vê na tabela 15, as frequências das duas variantes entre os mais velhos foram iguais. Em contrapartida, como se demonstrou no gráfico 6 na seção 5.3.2, há uma relação intrínseca entre a idade e a escolaridade dos informantes: os únicos que estudaram até o ginásio pertencem à faixa I e tendem a usar a próclise; por outro lado, os que pertencem às faixas II e III (e correspondem aos analfabetos e semianalfabetos) tendem a usar a ênclise. Acredita-se que a baixa frequência de próclise na faixa II poderia ser explicada pelo contato com a escola na época colonial e imediatamente pós-colonial, enquanto a alta frequência de próclise na faixa I pode ser explicada pela gradual assimilação do tonga e sua [relativamente] recente presença na escola, no período pós-colonial. Hagemeyer (2018, p.179) comenta que, no setor rural, o forro está em declínio e sofre da força do português devido à presença dos tongas nesse setor.

Ademais, quanto à *L1 do informante*, embora não tenha sido selecionada como uma condicionadora da colocação do OI clítico, pode-se afirmar, com base nos dados disponíveis na tabela 15, que os informantes que tiveram uma aquisição bilíngue tendem a optar pelos OI clíticos pré-verbais, enquanto aqueles que possuem o forro como L1 tendem a optar pelos pós-verbais. Esse dado constitui mais uma evidência da interferência do forro sobre o português no contexto dessa comunidade, pois no forro o OI pronominal é sempre pós-verbal (FERRAZ, 1979, p.61; VIEIRA, 2016, p.90).

Dessa maneira, verifica-se que a ênclise é adquirida sem interferência da escolarização já que é a variante preferida pelos menos escolarizados da comunidade. O fato de a escolaridade (e não a faixa etária) ter sido selecionada como uma variável relevante confirma que a realização do clítico em AL está muito mais vinculada à escolaridade dos informantes do que a alguma tendência à mudança geracional na comunidade.

5.4.2 A aquisição dos clíticos dativos entre os tongas

Manuel (2015), a respeito da realidade de Benguela (Angola), afirma que “se [a oscilação entre a próclise e a ênclise] fosse apenas por influência do Umbundu, ou de outra língua Bantu, esperar-se-ia que os falantes produzissem exclusivamente próclise” (p.77). Note-se que essa é justamente a situação em MC: os tongas que mantiveram pouco contato com a variante europeia produziram o clítico categoricamente em posição pré-verbal, principalmente, na ausência de elementos alçadores de pronome (56% dos OI proclíticos em MC ocorrem na ausência desses elementos). Destaca-se, portanto, que a reestruturação que se operou nessa variedade quanto à colocação dos clíticos dativos é resultado da interferência da L1-bantu no processo de aquisição de português-L2.

As línguas bantu se distinguem entre três tipos no que diz respeito à posição de objetos pronominais em relação ao verbo: tipo 1- aquelas com marcadores de objeto pré-verbal (localizadas no leste e no sul da zona banta); tipo 2- as com marcadores de objeto pós-verbal (localizadas no noroeste da zona banta); e tipo 3- as com marcadores de objeto pré e pós-verbal (localizadas na parte central e ocidental da zona banta) (MARTEN; KULA, 2012, p.238-239). O umbundu, língua africana majoritária na roça MC, é do tipo 1, logo “os morfemas que representam os complementos ocorrem sempre antes da base verbal” (MANUEL, 2015, p.77).

Entretanto, essa transferência da próclise ao português dos tongas não se deu inicialmente, i.e., nas primeiras gerações. Note-se que, conforme se discutiu na seção 5.3.2, as formas analíticas do OI pronominal prevalecem entre os falantes mais velhos e os da faixa etária média. Esta pode ser uma evidência de um português que se formou nas primeiras fases da Transmissão Linguística Irregular tanto em MC como em AL. Segundo Romaine (1988, p.28 apud Lucchesi e Baxter, 2009, p.110), durante as situações de contato, as formas mais complexas e de difícil decodificação, geralmente expressas em estruturas sintéticas (neste caso, os OI clíticos), seriam substituídas, durante as primeiras fases da aquisição de L2, por formas mais analíticas e mais simples, com um significado mais transparente; imagina-se que, neste caso, seja a CDP com OI_{PROforte}, no exemplo (18):

(18) “quando ele tá ndare priada **para ieu**”- [MC_CECIF3]

Entretanto, no *corpus* tonga, sentenças semelhantes a (18) correspondem a menos de 10% dos dados de OI pronominais e, quando se trata da primeira pessoa do singular, o exemplo mostrado é único; nesse contexto, predomina o OI clítico. Assim, pode-se dizer que a entrada

para aquisição dos clíticos dativos é a primeira pessoa, sobretudo, do singular⁴⁷; observe-se, nas tabelas 12a e 12b, que esse é o único contexto favorável ao OI clítico nas duas comunidades. Desse modo, propõe-se como hipótese que a aquisição do clítico entre os tongas tem inibido as construções analíticas de CDP com OI_{PROforte} (*pra ieu e pra nós*) que teriam surgido nas primeiras gerações da comunidade.

Costa e Grolha (2017) retomam alguns estudos sobre a aquisição dos pronomes (clíticos e nulos) cujas hipóteses parecem corroborar com essa ideia. As crianças parecem tratar os pronomes clíticos de forma diferenciada: os clíticos seriam adquiridos tardiamente e sua omissão, durante as primeiras fases de aquisição, que foi verificada em línguas como francês, italiano, catalão e português, nas variedades europeia e brasileira, não estaria relacionada à sua proeminência fonológica; possivelmente, seria uma sobregeneralização da construção de objeto nulo.

Além disso, essa aquisição do clítico dativo, que tem ocorrido de forma bastante tímida, parece que se dá, primeiramente, com os verbos prototípicos (benefativos e *dicendi*). Note-se que esses são os únicos tipos de verbo que desfavorecem as variantes não-padrão do OI pronominal, ou seja, os únicos que favorecem o OI clítico (ver gráfico 2). Assim, postula-se que o uso do OI clítico com as demais classes de verbo, sobretudo, com as que apresentaram os maiores pesos relativos no mesmo gráfico 2, constituiria uma das últimas fases de aquisição do clítico (construções *faciendi* e as existenciais, os verbos dativos de posse e os de condução). No *corpus* tonga, houve apenas quatro ocorrências de OI clítico associado a essas classes de verbo.

Dessa forma, imagina-se que as crianças das primeiras gerações de tongas teriam à disposição para aquisição o *input* fornecido por seus pais (a CDP com preposição *para* do português-L2 e a COD das línguas africanas) e o fornecido pelos colonos (a CDP com preposição *a* e os clíticos dativos). No processo de aquisição do português, as crianças tongas teriam, inicialmente, incorporado a COD e adquirido simultaneamente a CDP com preposição *para* e não a CDP com preposição *para*, devido à dificuldade de detecção da preposição *a* (discutida na seção 5.2.3). Já os clíticos dativos teriam começado ser adquiridos pelas gerações seguintes, a começar pelos clíticos de 1^o pessoa, nos contextos de verbos bitransitivos prototípico. Assim, à medida que o contato da comunidade tonga com a variedade europeia crescia, a CDP com preposição *para*, para os casos de OI pronominal, semelhante ao exemplo (18), teria começado a ser substituída pelos clíticos dativos.

⁴⁷ Os pronomes P1 correspondem a 76% dos dados de OI clíticos em MC e a 89% em AL.

As frequências de OI pronominais, expressas na tabela 1, e os pesos relativos em função da faixa etária, expressos no gráfico 4, já parecem confirmar essa hipótese, indicando, entre os mais jovens, a preferência pela COD na expressão do OI pronominal, seguida da CCD; já a CDP aparece como a estratégia menos recorrente. A tabela 16 abaixo retoma esses dados e revela a necessidade de uma análise mais refinada (por exemplo, uma análise estatística trinomial) que forneça pesos relativos para as três variáveis.

Tabela 16- Os OI pronominais em função da faixa etária em MC

	Variantes não-padrão				P.R.	Variante padrão		
	COD Ex.: “Dá bocê pramatoria” [MC_ALIRIF3]		CDP Ex.: “Leva armoço pa elé” [MC_JOSAUH3]			CCD Ex.: “Ei me dá cachimbo” [MC_SILVF3]		
	Nº oc.	%	Nº oc.	%		Nº oc.	%	P.R.
Faixa III	44/82	53,7	19/82	23,2	0,573	19/82	23,2	0,427
Faixa II	15/24	62,5	4/24	16,7	0,551	5/24	20,8	0,449
Faixa I	15/34	44,1	8/34	23,5	0,299	11/34	32,4	0,701

A título de comparação, destaca-se que a realidade em AL é bastante contrastante. Embora nessa comunidade os OI clíticos se sujeitem aos mesmos condicionamentos sintáticos que em MC, sendo favorecidos pelos OI de 1ª pessoa e pelos verbos prototípicos, eles são mais expressivos nesse *corpus*, representando 32% de todos os dados. Além disso, diferentemente do que ocorre em MC, os OI clíticos em AL também são expressivos com os verbos transitivos com argumento acrescentado, com os verbos de condução e os dativos de posse (27% dos casos desses verbos), que constituiriam o contexto mais resistente à aquisição do clítico. Conforme se observa nos gráficos 5 e 6, essa aquisição tem sido geracional e é reforçada pela escolarização. Por outro lado, há que se considerar a colocação pronominal variável. As informações da tabela 14 apontam para a aquisição da ênclise, inclusive entre os informantes analfabetos. Além de ser uma evidência da interferência da L1-crioula, o fato de haver poucos dados de ênclise na presença de elementos alçadores de pronome (apenas 8 do total de 52), pode indicar que, nessa comunidade, as regras de proclização têm sido adquiridas.

Neste capítulo, foram discutidos os resultados das análises das três variáveis que compõem o quadro das construções dativas em MC e AL: a alternância dativa, o OI pronominal e a colocação do OI clítico. A partir desses resultados, foram apresentadas algumas hipóteses

explicativas, com base na transferência substratal e na interferência da gramática da L1 (bantu, no caso de MC e crioula, no caso de AL) na aquisição do português-L2. Sumarizados os aspectos mais proeminentes dos três fenômenos centrais desta pesquisa, segue-se com as considerações finais que reforçam a relevância do contato linguístico na formação do português de MC e de AL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No segundo capítulo desta dissertação, que tratou do perfil sócio-histórico das comunidades, expôs-se que uma das razões para se estudar especificamente as comunidades de MC e AL seria a possibilidade de se discutir se as novas configurações resultantes do contato seriam fruto de influências substratais ou dos processos mentais e cognitivos próprios da aquisição de L2. Após as análises apresentadas no capítulo 5, pode-se dizer que, de fato, o quadro das construções dativas nessas comunidades é bastante produtivo para essas discussões e aponta para uma confluência de fatores: há indícios do substrato africano no português dessas comunidades e também de interferência da L1 relacionada à aquisição do português-L2.

Quanto ao *tipo de predicação*, percebeu-se, em ambas as comunidades, que os verbos leves, em relação às variáveis dependentes, demonstram os mesmos condicionamentos sintáticos dos verbos plenos que lhes correspondem, confirmando a proposta de Duarte (2010), e os verbos transitivos com argumento acrescentado, os mesmos condicionamentos dos verbos de condução e dativos de posse. Demonstrou-se, assim, que a semântica dos verbos é mais significativa na seleção dos argumentos do que o tipo de predicação.

A variável *tipo de verbo* indicou que, nas duas comunidades, os verbos benefativos e *dicendi* preferem, acima de tudo, a COD, mas, quando se trata dos OI pronominais, tendem a optar pela variante padrão. Portanto, negou-se parcialmente a hipótese de que os verbos bitransitivos mais prototípicos favoreceriam os OI não-padrão. Ademais, os verbos de condução, os de posse e os verbos transitivos com argumento acrescentado, embora prefiram a CDP, também exibem a alternância dativa, evidenciando um contraste com o português afro-brasileiro (LUCCHESI; MELLO, 2009).

Quanto à *estrutura sintagmática do OD*, notou-se que o OD nulo favorece discretamente a COD (MC- p.r. 0,530 e AL- p.r. 0,511), confirmando a hipótese inicial de que a variante não-padrão do OD representaria um contexto favorável ao uso do OI não-padrão. A variável *referência do OI* revelou que os OI que compartilham o traço [+específico] apresentam o mesmo comportamento, em MC, favorecendo o OI clítico e os OI com traço [-definido] apresentam o mesmo comportamento em AL, favorecendo o OI não-padrão. Já a variável *pessoa do discurso*, indicou que a 3ª pessoa do discurso é mais favorável à COD, em ambas as comunidades; a 2ª pessoa, analisada apenas no *corpus tonga*, favorece as variantes não-padrão, quando se trata dos OI pronominais; já a 1ª pessoa, favorece em geral a CDP.

Quanto à CCD, demonstrou-se que a próclise é a regra categórica entre os poucos casos de OI clíticos em MC, evidenciando uma aquisição tardia do clítico que se dá sob a forte

interferência da L1-bantu quanto à colocação pronominal, a começar pelos verbos mais prototípicos e pelos clíticos de 1ª pessoa. Já em AL, a colocação dos OI clíticos é instável: 67% dos casos proclíticos ocorrem na ausência de elementos capazes de alçar o pronome e, por outro lado, a presença inexpressiva desses elementos não bloqueia totalmente a ênclise, que seria adquirida naturalmente pelas crianças já que é a forma categórica no forro. Nesse sentido, se confirmou a hipótese inicial de um quadro de mudança na cliticização em favor da próclise, embora se trate de uma situação ainda em consolidação já que o favorecimento visível tem um peso apenas mediano.

Quanto às variáveis sociais, observou-se, ao longo de todas as análises, que a *faixa etária* e o *sexo* foram significativos, apontando, em ambas as comunidades, uma leve mudança em favor da CDP, porém sem eliminar a COD, e indicando os homens como mais conservadores. Confirmou-se, portanto, a hipótese inicial de que aqueles que tiveram maior contato com a norma europeia optariam pelas variantes mais conservadoras.

Em Almojarife, as variáveis *faixa etária* e *escolaridade* estão relacionadas e indicaram que os mais jovens e mais escolarizados tendem a optar pelo OI clítico; nessa comunidade, a ênclise é adquirida sem interferência da escolarização e é desfavorecida pelos mais escolarizados. A hipótese foi parcialmente confirmada: de fato, a escolarização se mostrou relevante, mas não como favorecedora da variante europeia. A *L1 do informante*, embora não tenha sido selecionada, confirmou a hipótese inicial, indicando que os informantes que adquiriram simultaneamente o português e o forro tendem a optar pela próclise, enquanto os que possuem o forro como L1 tendem a optar pela ênclise.

Por fim, as variáveis *Principal fonte de L1* e *Situação de bilinguismo*, controladas no *corpus* tonga, não demonstram significância estatística, em nenhuma rodada. Por isso, não foi possível avaliar as hipóteses iniciais de que o fato de ser bilíngue passivo (umbundu dominante) e de ter como principal fonte de L1 uma mãe angolana favoreceriam a COD.

Retomando o conceito de *continuum* crioulo (SEIGEL, 1997, p.120) e o de *continuum* afro-brasileiro (PETTER, 2009, 2015) (apresentados na seção 1.1), percebem-se diferentes *graus de reestruturação*⁴⁸ [sob a ótica das construções dativas] entre as variedades da língua portuguesa estudadas aqui e as variedades estudadas por Gomes (1996), Scher (1996), Nascimento (2009), Lucchesi e Mello (2009), P. Gonçalves (1990) e R. Gonçalves (2016).

⁴⁸ Utiliza-se este termo para expressar a realidade das variedades reestruturadas da língua portuguesa resultantes do contato, que, segundo o que se propõe aqui, se localizariam em diferentes pontos do *continuum* afro-brasileiro proposto por Petter (2009, 2015).

Primeiramente, não existe passiva dativa nem no português dos tongas e nem no de Almojarife e isso revela que esse critério como classificação tipológica é questionável. Essas variedades, por outro lado, não estão muito distantes do português de Moçambique, devido à prevalência da COD sobre as demais construções (MC- 45,9% e AL- 39,2%). Ademais, as variedades faladas em MC e AL se mostraram mais reestruturadas do que o PST, no qual prevalecem os clíticos, em caso de OI pronominais, e a CDP com preposição *a*, no caso de OI nominal (GONÇALVES, R., 2016, p.174-176). Nas variedades estudadas aqui, as formas não-padrão prevalecem sobre o OI clítico (MC- 60% e AL- 51%) e o uso da preposição *para* se sobrepõe, e muito, ao da preposição *a* (em MC- 91% e AL- 82%).

Em contrapartida, notaram-se entre MC e AL divergências que os distanciam discretamente nesse *continuum*, no que diz respeito, principalmente, aos OI clíticos. O português dos tongas mostrou-se mais reestruturado devido à aquisição tardia (e talvez, limitada) do clítico dativo (apenas 26% do total dos dados), que aparece, categoricamente, em posição pré-verbal como uma marca evidente da L1-bantu. Já em AL, esses mesmos clíticos, que correspondem a 32% de todos os dados e são majoritariamente pré-verbais, se expressam também na posição pós-verbal e ocorrem com as classes de verbos que parecem ser mais resistentes ao clítico dativo, demonstrando maior proximidade com a norma europeia. Essa característica foi adquirida naturalmente, ou seja, sem a interferência da escolarização e sob a influência da L1-crioula. Confirmou-se, portanto, a hipótese inicial de que em AL seriam mais visíveis estruturas do PE uma vez que, durante a aquisição e mediante a escolarização, estariam em relevo os modelos de prestígio da LA.

Não obstante as particularidades de cada variedade, o fato de ambas exibirem a COD, construção dativa que não pertence tipologicamente à língua portuguesa, já aponta maior reestruturação em relação ao PB, cujas únicas variedades que exibem a COD pertencem a comunidades isoladas específicas (algumas delas apresentadas no capítulo 3).

A radicalidade desse processo de mudança, que gerou construções absolutamente estranhas aos falantes cultos das grandes cidades brasileiras, coloca de forma incontestável a relação histórica da emergência da alternância dativa com as situações de contato entre línguas que marcam a formação das variedades populares do PB (LUCCHESI; MELLO, 2009, p.433).

Assim, o fator sócio-histórico que separa as variedades reestruturadas do português que exibem a alternância dativa daquelas que não a exibem é o contato que essas variedades mantêm (ou mantiveram) com línguas de tipologia COD. Desse modo, apesar dos diferentes *graus de*

reestruturação resultantes dos contextos sócio-históricos específicos de cada variedade, ficou claro que o português adquirido em situação de contato por falantes de um crioulo (como se observa em AL) manifesta os mesmos padrões de variação de um português que se formou numa transmissão linguística irregular, em que a língua ancestral não era um crioulo (como é o caso de MC e também do português popular brasileiro) (FIGUEIREDO, 2008, p.24).

Por fim, reconhece-se que este está longe de ser um trabalho acabado uma vez que ficaram aspectos pendentes de maiores explicações, que dependem de análises mais refinadas, a partir de outros dados ou de outras ferramentas teórico-metodológicas. Contudo, cumpriu-se com o objetivo a que se propôs inicialmente de demonstrar, por meio de uma análise sociolinguística variacionista, que o contato linguístico foi o principal agente externo que desencadeou processos de mudança, durante a aquisição de L2, resultando no português reestruturado dos tongas e de Almoxarife.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Nélia. Aquisição de português L2 em Cabo Verde: alguns aspectos morfossintáticos do contato. In: OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte de; ARAUJO, Gabriel Antunes de. *O português na África Atlântica*. São Paulo: Humanitas, 2018, p.139-163,
- ALMEIDA, Letícia; FLORES, Cristina. Bilinguismo. In: FREITAS, Maria João; SANTOS, Ana Lúcia (Ed.). *Aquisição de língua materna e não materna: Questões gerais e dados do português* (Text books in Language Sciences 3). Berlin: Language Science Press, 2017, p. 275-304.
- AVELAR, Juanito; GALVES, Charlotte. O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. *Linguística*, 30 (2): 241-288, 2014.
- BAKER, Philip. Off target? *Journal of Pidgins an Creole Languages*, v.5, n.1, p.107-119, 1990.
- BAXTER, Alan Norman. A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a crioulação prévia: um exemplo do estado da Bahia. In: ANDRADE, E. (ed.). *Actas do Colóquio Internacional sobre Línguas Crioulas de Base Portuguesa*, Universidade de Lisboa. Lisboa: Colibri, p.7-35, 1992.
- _____. Transmissão Geracional Irregular na História do Português Brasileiro - divergências nas vertentes afro-brasileiras. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n.14, p. 72-90, 1995.
- _____. *Semi-creolization: testing the hypothesis against data from Portuguese-derived languages of São Tomé (West Africa)*. Projeto financiado pelo Australian Research Council e sediado na La Trobe University, Melbourne, Austrália, 1998-2000.
- _____. Semicreolization? – The restructured Portuguese of the Tongas of São Tomé, a consequence of L1 acquisition in a special contact situation. *Journal of Portuguese Linguistics*, n.1, p. 7-39, 2002.
- _____. The development of variable NP plural agreement in a restructured African variety of Portuguese. In: Escure, Geneviève; Schwegler, Armin (Org.). *Creoles, Contact and Language change: Linguistics and social implications*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co, v.27, p.97-126, 2004.
- _____. Epílogo. In: LÓPEZ, Laura Álvarez; GONÇALVES, Perpétua; AVELAR, Juanito Ornelas de. *The portuguese language continuum in Africa and Brazil*. John Benjamins B.V. (e-book), 2018.
- BAXTER, Alan; MELLO, Camila Ferreira de; SANTANA, Natali Gomes de Almeida. A construção de objeto duplo e as influências do substarto no português afrobrasileiro (e africano). *PAPIA*, v. 24, n.2, p. 283-306, 2014.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BLEY-VROMAN, Robert. The logical problem of foreign language learning. *Linguistic Analysis*, v. 20, n.1-2, p.3-47, 1990.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo (Org.). *Duas variedades africanas do português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018.

BRITO, A. M. Construções de objecto indirecto preposicionais e não preposicionais: uma abordagem generativo-constructivista. In : Textos Seleccionados. XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Minho: Universidade do Minho, p. 141-159, 2009.

BURKE, Peter. A nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 7-37.

CADBURY, William A. *Labour in Portuguese West Africa*. Londres: George Routledge and Sons Ltd., 1910.

CAVALCANTE, Rerrisson; BARROS, Isis. Construções de duplo objeto em dois dialetos brasileiros. *Domínios de Lingu@Gem*, v. 6, n.1, p. 477-499, 2012.

CHAVAGNE, Jean-Pierre. Etude des écarts morphosyntaxiques. In: _____. *La langue portugaise d'Angola: étude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais*. Thèse de doctorat. Université Lumière Lyon 2, 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/271525349_La_langue_portugaise_d'Angola_-_Etude_des_ecarts_par_rapport_a_la_norme_europeenne_du_portugais>. Acesso em: 30 out. 2018.

CHOMSKY, Noam. *Aspectos de la teoría de la sintaxis*. Tradução de C. P. Otero. Madrid: Aguilar, 1970 [1965].

COELHO, Thamiris Santana. *Variação na concordância verbal no português da comunidade de Almocharife, São Tomé (África)*. Universidade Federal da Bahia. Dissertação (Mestrado), 2015.

COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história*. Tradução Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.

COSTA, João; GROLHA, Elaine. Pronomes, clíticos e objetos nulos: dados de produção e compreensão. In: FREITAS, Maria João; SANTOS, Ana Lúcia (ed.). *Aquisição de língua materna e não materna: Questões gerais e dados do português*, 2017, p. 177–199. Berlin: Language Science Press.

CUERVO, M. C. *Datives at Large*. Dissertação de Doutorado. Cambridge: MIT, 2003.

DEUCHAR, M.; QUAY, S. *Bilingual Acquisition: Theoretical Implications of a Case Study*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

DUARTE, Inês. et. al. Light verbs features in European Portuguese. *Interdisciplinary Workshop on Verbs: The identification and representation of verb features*. Università di Pisa,

2010. Disponível em:

<http://linguistica.sns.it/Workshop_verb/papers/Duarte_verb2010_submission_66.pdf>.

Acesso em 08 nov. 2018.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. 2.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FERRAZ, Luiz Ivens. *The Creole of São Tomé*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1979.

FIÉIS, Alexandra; MADEIRA, Ana. Clíticos e objetos nulos na aquisição de português L2. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, v.10, n.1, p.441-462, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21747/2183-9077/rapla19>>. Acesso em 26 de mar. 2019.

FIGUEIREDO, Cristina. *O objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro*. Universidade Federal da Bahia. Dissertação de mestrado, 2004.

FIGUEIREDO, Carlos Filipe Guimarães. A concordância variável no sintagma nominal plural do português reestruturado de Almojarife (São Tomé). *Revista PAPIA*, n.18, p.23-43, 2008.

FIGUEIREDO, Carlos Filipe G. Variação extralinguística: influência na marcação plural do sintagma nominal do português reestruturado de Almojarife, São Tomé. *PAPIA*, v.22, n.1, 2012.

GALVES, Charlotte. Princípios, parâmetros e aquisição da linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.29, p.137-152, jul/dez 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

GASS, Suzan M.; SELINKER, Larry. *Second Language Acquisition*. New York: Routledge, 2008.

GOMES, Christina Abreu. Aquisição e perda de preposição no português do Brasil. Tese de Doutorado, UFRJ, 1996.

GOMES, Cristina Abreu. Efeito funcional no uso variável de preposição. *Revista de Estudos da Linguagem*, v.7, n.2, p.61-70, dez. 1998. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2294/2243>>. Acesso em 04 nov. 2018.

GONÇALVES, Perpétua Morgado. *A construção de uma gramática de português em Moçambique: aspectos da estrutura argumental dos verbos*. Dissertação de Doutorado em Linguística Portuguesa, Universidade de Lisboa- Faculdade de Letras, 1990.

_____. *Português de Moçambique: uma variedade em formação*. Universidade Eduardo Mondlane: Livraria Universitária e Faculdade de Letras da U.E.M., 1996.

_____. Panorama gérai do Português de Moçambique. In: *Revue belge de philologie et d'histoire*, v. 79, n.3, p. 977-990, 2001. *Langues et littératures modernes - Moderne taal- en letterkunde*.

_____. Falsos sucessos no processamento do *input* na aquisição de L2: papel da ambiguidade na génese do português de Moçambique. *Revista da Abralín* 4, v.1-2, p.47-74, 2005.

GONÇALVES, P.; CHIMBUTANE, Francisco. O papel das línguas bantu na génese do português de Moçambique: o comportamento sintático de constituintes locativos direcionais. *PAPIA*, v.14, p.7-30, 2004.

GONÇALVES, Rita Margarida Gamito. *Propriedades de subcategorização verbal no português de S. Tomé*. Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade de Lisboa, 2010a.

_____. A preposição *a* no português de S. Tomé. In: Textos Seleccionados do XXV, Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, 2009. Lisboa: Edições Colibri, 2010b.

_____. *Construções ditransitivas no português de São Tomé*. Tese de Doutoramento em Linguística, Universidade de Lisboa, 2016.

GONÇALVES, Rita; HAGEMEIJER, Tjerk. O português num contexto multilíngue: o caso de São Tomé e Príncipe. *Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane*, Série: Letras e Ciência Sociais, v.1, n.1, p.87-107, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/31032/1/Goncalves%26Hagemeijer2015.pdf>>. Acesso em 08 de dez. 2018.

GONÇALVES, Anabela. et. al. Propriedades predicativas dos verbos leves: estrutura argumental e eventiva. Textos Seleccionados, XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Porto, APL, 2010, p. 449-464.

GUY, Gregory R. A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialeto nos padrões de variação linguística. *ORGANON- Revista do Instituto de Letras da UFRGS*, Rio Grande do Sul, v.14, n.28-29, p. 17-32, 2000. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30194/18703>>. Acesso em 21 ago. 2017.

GUY, Gregory; ZILLES, Ana. *Sociolinguística Quantitativa*. Instrumental de análise. São Paulo: Parábola, 2007.

HAGEMEIJER, Tjerk. As línguas de São Tomé e Príncipe. *Revista de crioulos de base lexical portuguesa e espanhola*, Macau, v.1, 2009, p.1-27.

_____. O português em contacto em África. In: MARTINS, A. M. Martins; CARRILHO, E. (Eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2016, p.43-67. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/31040/1/Hagemeijer2016%28MLP%29.pdf>>. Acesso em 07 dez.2018.

_____. From creoles to Portuguese: Language shift in São Tomé and Príncipe. In: LÓPEZ, Laura Álvarez; GONÇALVES, Perpétua Gonçalves; AVELAR, Juanito Ornelas de Avelar

(Ed.). *The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam: John benjamins Publishing Company, 2018, p.169-184.

HASPELMATH, Martin. *Ditransitive Constructions: The Verb 'Give'*. In: DRYER, Matthew S.; HASPELMATH, Martin. *The World Atlas of Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013. Disponível em: <<http://wals.info/chapter/105>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

HASPELMATH, Martin; MICHAELIS, Susanne Maria. *Ditransitive constructions with 'give'*. In: MICHAELIS, Susanne Maria; MAURER, Philippe; HASPELMATH, Martin; HUBER, Magnus. *Atlas of Pidgin and Creole Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013. Disponível em: <<http://apics-online.info/parameters/60>>. Acesso em 02 ago. 2017.

HICKEY, Raymond. Language contact: reconsideration and reassessment. In: HICKEY, Raymond (ed.). *The Handbook of Language Contact*. Wiley-Blackwell, 2010.

HOLM, John. *An introduction to pidgins and creoles*. Cambridge University Press, 2000.

_____. *Languages in contact: the partial restructuring of vernaculars*. Cambridge University Press, 2004.

INSTITUTO NACIONAL ESTATÍSTICO (República Democrática de São Tomé e Príncipe)-INE. *População segundo Línguas Faladas, RGPH 2012*. São Tomé e Príncipe, 2012. Disponível em: <<https://www.ine.st/index.php/publicacoes/documentos/file/199-5-populacao-seg-linguas-faladas-54>>. Acesso em 09 out. 2018.

KATO, Mary. Pronomes fortes e fracos na gramática do português brasileiro. *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, v.20, p.101-122, 2002.

KROCH, Anthony. Mudança sintática. Tradução de Silvia Regina Cavalcante (UNICAMP). In: BALTIN, Mark; COLLINS, Chris (Ed.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Massachusetts: Black, 2003 [2001], p.699-729.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno; Marta Scherre; Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. London: The university of Chicago press, 2003.

LARSON, R. On the Double Object Construction. *Linguistic Inquiry*, v.19, n.3, p. 335-391, 1988. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25164901>>. Acesso em 03 nov. 2018.

LENNEBERG, Eric H. On Explaining language. *Science*, New Series, v.164, n.3880, p.635-643, 1969. Disponível em: <http://www.biolingagem.com/ling_cog_cult/lenneberg_1969_on_explaining_language.pdf> Acesso em 17 nov. 2018.

LIGHTFOOT, David. *How new languages emerge*. New York: Cambridge University Press, 2006.

LORENZINO, Geraldo Augusto. Uma avaliação socio-linguística sobre São Tomé e Príncipe. In: *Actas do Congresso Internacional Sobre o Português*. DUARTE, Inês; LEIRIA, Isabel (Org.). Lisboa: Colibri, v.3, 1996. Disponível em: <<http://www.apl.org.pt>>. Acesso em 27 de set. 2018.

LORENZINO, Gerardo Augusto. Retention and Attrition of Umbundu in São Tomé and Príncipe. *SAGE Open*, v. 5, n. 4, p.1-15, 2015.

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jusara (Org.). *Português Brasileiro: Contato linguístico, heterogeneidade e História*. Volume 1. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora, 2003, p. 272-283.

_____. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. *Revista Estudos de linguística galega*, Santiago de Compostela, v.4, p.45-65, 2012.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. Processos de criouliização na história sociolinguística do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

_____. A transmissão Linguística Irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante. Africanos, crioulos e a língua portuguesa. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008. p.151-180. Disponível em: <<http://www.coresmarcasefalas.pro.br/adm/anexos/10122008232732.pdf>>. Acesso em 16 ago. 2017.

LUCCHESI, Dante; MELLO, Camila. A alternância dativa. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante. et al. O português afro-brasileiro: as comunidades analisadas. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MADEIRA, Ana. Aquisição de língua não materna. In: FREITAS, Maria João; SANTOS, Ana Lúcia (Ed.). *Aquisição de língua materna e não materna: Questões gerais e dados do português* (Text books in Language Sciences 3). Berlin: Language Science Press, 2017, p.305-330.

MALCHUCOV, Andrej; HASPELMATH, Martin; COMRIE, Bernard. Ditransitive constructions: a typological overview. Projeto para Conferência sobre Construções Ditransitivas, nov.2007. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/6868/ed03eb4c111c28c18b1392ddcdfb3295b7c8.pdf>. Acesso em 12 de set. de 2018.

MANUEL, Félix Chinjengue Matias. *Aspectos do português falado em Benguela*. Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado, 2015.

MARTEN, Lutz; KULA, Nancy C. Object marking and morphosyntactic variation in bantu. *Southern African Linguistics and Applied Language Studies*, v. 30, n.2, p. 237–253, 2012.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Ideias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Para a história do português brasileiro*, v.1, Primeiras ideias. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1998.
_____. “Ouvir o inaudível”. In: _____. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.

MAURER, Philippe; 'Give' serial verb constructions. In: MICHAELIS, Susanne Maria; MAURER, Philippe; HASPELMATH, Martin; HUBER, Magnus. *Atlas of Pidgin and Creole Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013. Disponível: < <https://apics-online.info/parameters/60.chapter.html>>. Acesso em 08 nov. 2018.

MICHAELIS, Susanne Maria; MAURER, Philippe; HASPELMATH, Martin; HUBER, Magnus (eds.). *Atlas of Pidgin and Creole Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013. Disponível: < <https://apics-online.info/>>. Acesso em 08 nov. 2018.

MORAIS, Maria Aparecida C.R. Torres. Argumentos dativos: um cenário para o núcleo aplicativo no Português Europeu. *Revista da Abralín* 5 (1, 2), p. 239-266, 2006.

MORAIS, Maria Aparecida C.R. Torres; RIBEIRO, Ilza; FERREIRA, Michael J. Rastreado dativos de 3ª pessoa na Gramática de Fernão de Oliveira. *Revista Estudos Linguísticos e Literários*, n.37/38, p. 71-118, 2008. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/23828099/livro-morais-ribeiro-e-ferrira>>. Acesso em 12 de set. 2018.

NASCIMENTO, André Marques do. Variação e mudança na expressão do dativo em comunidades rurais e suas relações com as origens no Português Brasileiro. *Revista Domínios de Lingu@agem*, v.3, n.2, p. 36-74, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11505/6785>>. Acesso em 02 nov. 2018.

NARO, Anthony; SCHERRE, Marta. O conceito de transmissão linguística irregular e as origens estruturais do português brasileiro. In: _____. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007, p. 135-159.

OLIVEIRA, Marilza. A aquisição da preposição no português como L2: complementos verbais dativos. In: *Comunicação apresentada no IV Congresso Internacional da Abralín, Brasília*. 2005. Disponível em: < <http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/maril001.pdf>>. Acesso 30 out. 2018.

OLIVEIRA, Marilza. Português Brasileiro, Português moçambicano e as línguas crioulas de base portuguesa. *VEREDAS: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, Porto Alegre, n.9, p.99-113, 2008. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/34453/1/Veredas9_artigo7.pdf>. Acesso 30 out. 2018.

PAGOTTO, Emilio Gozze. Sociolinguística. In: PFEIFFER, Claudia Castellano; NUNES, José Horta. *Linguagem, história e conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Linguística histórica. In: PFEIFFER, Claudia Castellanos; NUNES, José Horta (Org.). *Introdução às ciências da linguagem: linguagem, história e conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006.

PARKVALL, mikael. *Da África para o Atlântico*. Tradução de Rodolfo Ilari. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2012.

PEPE, Duarte; ANDRADE, Rodrigo Rebelo; NOGUEIRA, Francisco. As roças de São Tomé e Príncipe. Projeto de Paralelo Zero & Francisco Nogueira, 2009-2016. Disponível em: <<http://www.asrocasdesaotome.com>>. Acesso em 26 de set. 2018.

PERINI, Mário A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Uma hipótese explicativa do contato entre o português e as línguas africanas. *PAPIA*, São Paulo, 17, p. 9-19, 2007.

_____. Aspectos morfossintáticos comuns ao Português angolano, brasileiro e moçambicano. *PAPIA*, São Paulo, 19, p.201-220, 2009.

_____. Ampliando a investigação do continuum afro-brasileiro de português. *PAPIA*, São Paulo, 25(2): 305-317, 2015.

POLINSKY, Maria. Applicative Constructions. In: DRYER, Matthew S.; HASPELMATH, Martin. *The World Atlas of Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013. Disponível em: <<http://wals.info/chapter/109>>. Acesso em 26 out. 2018.

PYLKKÄNEN, Liina. Applicatives. In: *Introducing Arguments*. Tese de PHD em Linguística, Massachusetts Institute of Technology, 2002.

ROUGÉ, J.L. Les langues des Tonga. In: *Actas do Colóquio sobre "Crioulos de base lexical portuguesa"*. D'ANDRADE, E.; KIHM, A. Lisboa: Colibri, p.171-176, 1992.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. *Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SCHER, Ana Paula. *As construções de dois complementos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo*. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Estadual de Campinas- SP, 1996.

SCHWARTZ, Bonnie D.; SPROUSE, Rex A. L2 cognitive states and the full

transfer/full access model. *Second Language Research*, v.12, n.1, p. 40–72, 1996.

SEIBERT, Gerhard. Le massacre de février 1953 à São Tomé: raison d'être du nationalisme santoméen. *Lusotopie*, v. 4, n. 4, p. 173-191, 1997. Disponível em: <
http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/seibert97.pdf>. Acesso em 02 dez. 2018.

SEIGEL, Jeff. Mixing, leveling, and pidgin/creole development. In: SPEARS, Arthur K.; WINFORD, Donald (Ed.). *The structure and status of pidgins and creoles*. Amsterdam: John Benjamins, p.111-150, 1997.

SELINKER, L. Interlanguage. *International Review of Applied Linguistics in Language Teaching- IRAL*, v.10, n.3, p.209-231, 1972. Disponível em: <
http://www.academia.edu/21533333/Selinker-Interlanguage>. Acesso em 2 fev.2019.

SIM-SIM, Inês. Aquisição da linguagem: Um olhar retrospectivo sobre o percurso do conhecimento. In: FREITAS, Maria João; SANTOS, Ana Lúcia (Ed.). *Aquisição de língua materna e não materna: Questões gerais e dados do português* (Text books in Language Sciences 3). Berlin: Language Science Press, 2017.

SLABAKOVA, Roumyana. *Second language acquisition*. New York: Oxford Linguistics, 2016.

TAGLIAMONTE, Sali. *Variationist Sociolinguistics*. Change, observation, interpretation. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

VALDÉS, Guadalupe. Heritage language students: Profiles and possibilities. In: PEYTON, J. K.; RANARD, D. A.; MCGINNIS (Ed.). *Heritage languages in America: Preserving a national resource*. Washington: Center for Applied Linguistics, 2001.

VIEIRA, Maria de Fátima. *A ordem dos clíticos pronominais nas variedades urbanas europeia, brasileira e são-tomense: uma análise Sociolinguística do Português no início do século XXI*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; VIEIRA, Maria de Fátima. Ordem dos clíticos pronominais no português de São Tomé e no Português de Moçambique. In: BRANDÃO, Silvia Figueiredo (Org.). *Dois variedades africanas do português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018, p.277-320.

WEI, L.. Introduction. In: _____. *The Bilingual Reader*. London: Routledge, p. 1-13, 2000.

WEINREICH, Uriel; LABOV, Willian; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

WINFORD, Donald. Contact-induced changes: Classification and processes. *Diachronica*, v. 22, n. 2, p. 373-427, 2005.

_____. Contact and borrowing. In: HICKEY, Raymond (ed.). *The Handbook of Language Contact*. Wiley-Blackwell, 2010, p.170- 187.